

**AGRICULTURA FAMILIAR E GESTÃO SOCIAL: ONGs,
PODER PÚBLICO E PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO RURAL**

THIAGO RODRIGO DE PAULA ASSIS

**LAVRAS - MG
2005**

THIAGO RODRIGO DE PAULA ASSIS

**AGRICULTURA FAMILIAR E GESTÃO SOCIAL: ONGs, PODER
PÚBLICO E PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO RURAL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração, área de concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para a obtenção do título de “Mestre”.

Orientador
Prof. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro

LAVRAS
MINAS GERAIS – BRASIL
2005

**FICHA CATALOGRÁFICA PREPARADA PELA DIVISÃO DE
PROCESSOS TÉCNICOS DA
Biblioteca Central da UFLA**

Assis, Thiago Rodrigo de Paula

Agricultura familiar e gestão social: ONGs, poder público e participação na construção do desenvolvimento rural / Thiago Rodrigo de Paula Assis. --
Lavras : UFLA, 2005.

145 p. : il.

Orientador: Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro
Dissertação (Mestrado) – UFLA.
Bibliografia.

1. Agricultura familiar. 2. Políticas públicas. 3. Território. 4. ONGs
I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD-306.852
-658.048

THIAGO RODRIGO DE PAULA ASSIS

**AGRICULTURA FAMILIAR E GESTÃO SOCIAL: ONGs, PODER
PÚBLICO E PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO RURAL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração, área de concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para a obtenção do título de “Mestre”.

APROVADA em 24 de fevereiro de 2005

Prof. Juvêncio Braga de Lima

UFLA

Prof. Antônio César Ortega

UFU

Prof. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro
UFLA
(Orientador)

LAVRAS
MINAS GERAIS – BRASIL

Dedico esse trabalho a Eunice, Dhiego, Sabrina e ao meu avô Álvaro, pelo afeto, companheirismo, torcida e orações de hoje e sempre.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Eduardo Magalhães Ribeiro, pela orientação e contribuições acadêmicas e de vida.

A todos do Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar Justino Obers (PPJ), pela convivência e aprendizado conjunto.

Às colegas de mestrado, Ana Paula, Ana Adalgisa e todos os outros, pela amizade e apoio.

Aos professores Robson Amâncio, Edgard Alencar, Juvêncio Braga de Lima, Luis Marcelo Antonialli e Mozar José de Brito, pelos ensinamentos durante o curso.

A César Ortega, pelas contribuições ao texto.

Aos funcionários do DAE e PPGAD, pela prestatividade e simpatia.

Ao CNPq, MDS, FAO e FAPEMIG, pelo apoio à pesquisa.

Aos amigos Zaroni, João Batista, Edna, Guilherme e todos os outros que comigo compartilharam dessa importante etapa de minha vida.

Às diversas pessoas e organizações que contribuíram para a realização desse estudo: Amauri, Mariana, Derli, Margarida, Paulinho, João Antônio, Tura, Zé Murilo, Valmir, Eduardo Baiano, Geilson, Cida, Praia, Joelma e todos os outros da Associação Regional e CAV.

Aos agricultores Seu Antônio, Anderson, Seu Roxo, Seu Francisco e Seu Pedro.

SUMÁRIO

RESUMO	I
ABSTRACT	II
LISTA DE SIGLAS.....	III
1 INTRODUÇÃO	1
2 AGRICULTURA FAMILIAR, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO	5
2.1 Agricultura familiar.....	5
2.2 A institucionalização dos interesses da agricultura familiar	8
2.3 A crítica ao modelo autoritário de planejamento	11
2.4 Gestão social e desenvolvimento	14
2.5 Desenvolvimento local.....	19
2.6 Participação e empoderamento.....	23
2.7 Desenvolvimento rural: uma perspectiva.....	31
2.8 Capital social: conceitos e suas aplicações	34
2.9 Territórios.....	38
3 METODOLOGIA DO ESTUDO	48
3.1 Organizações territoriais de desenvolvimento	48
3.2 Tipos e técnicas de pesquisa utilizados	50
4 ORGANIZAÇÕES TERRITORIAIS DE DESENVOLVIMENTO E SUA ATUAÇÃO.....	56
4.1 O CAV	56

4.2 A associação regional.....	67
4.3 As ações desenvolvidas, seus potenciais e limitações.....	76
4.4 Metodologias de atuação e canais de participação.....	79
4.5 Empoderamento e capital social.....	90
4.6 A articulação entre as experiências no território.....	104
4.7 OTDS, gestão social e políticas públicas.....	107
4.8 Algumas formas de contribuição ao desenvolvimento da agricultura familiar.....	122
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	129
ANEXO A - Mapas: Vale do Jequitinhonha, MG E Zona da Mata, MG.....	136
ANEXO A - Mapas: Vale do Jequitinhonha, MG e Zona da Mata, MG.....	137
ANEXO B – Questionários da pesquisa.....	139
ANEXO C - Lista de entrevistados.....	144

RESUMO

ASSIS, Thiago Rodrigo de Paula. **Agricultura familiar e gestão social: ONGs, Poder Público e participação na construção do desenvolvimento rural.** 2005. 145p. Dissertação (Mestrado em Administração)-Universidade Federal de Lavras, Lavras.¹

A agricultura familiar é um setor do rural brasileiro que historicamente, tem buscado maiores espaços de representação de seus interesses. Para isso tem contado com o auxílio de organizações de apoio por ela criadas. Este estudo pretende avaliar duas organizações territoriais de desenvolvimento (OTDs) consolidadas que atuam em mais de um município articulando ações de apoio à agricultura familiar: o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV) e a Associação Regional de Trabalhadores Rurais da Zona da Mata (Associação Regional). Busca analisar os processos de participação dos agricultores familiares dentro dessas organizações, seu relacionamento (e conseqüentemente dos agricultores) com o poder público na busca da satisfação de suas demandas, sua participação nas atuais políticas de gestão social e o potencial dessas organizações para o empoderamento da agricultura familiar, para a criação de capital social e para a promoção do desenvolvimento rural. A metodologia utilizada foi de cunho qualitativo, utilizando-se do estudo de caso, realizando a coleta de dados por meio de questionários semi-estruturados, análise documental e observação não-participante. Observou-se que ambas as organizações preocupam-se com a participação dos agricultores(as) em suas atividades e valorizam seu conhecimento e cultura, estimulando o empoderamento e aumento do capital social entre eles. Isso se dá por meio do apoio à organização desses agricultores(as), da participação em redes de organizações, da realização de parcerias com entidades públicas e não-públicas, entre outros fatores. Pode se perceber também que as OTDs estudadas contribuem para a conformação de territórios identificados com a agricultura familiar, por meio da atuação microrregional, e que têm atuado em espaços de gestão social tanto no município quanto no estado e país. Através dessa atuação contribuem para a representação dos interesses da agricultura familiar e para incorporação de suas demandas a essas políticas públicas.

¹ Orientador: Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro – UFLA; Co-orientador: Antônio César Ortega – UFU.

ABSTRACT

ASSIS, Thiago Rodrigo de Paula. **Family agriculture and social administration:** ONGs, public power and participation in the construction of rural development. 2005. 145p. Dissertation (Master's degree in Administration) – Federal University of Lavras, Lavras.²

Family agriculture is a sector of the Brazilian rural that historically has looked for larger spaces for representation of its interests. For this it has been counting on aid from support organizations, created by it. This study intends to evaluate two consolidated Territorial Development Organizations (TODs), that act in more than one municipal district articulating support actions for family agriculture: the Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV) and the Associação Regional de Trabalhadores Rurais da Zona da Mata (Regional Association). The study also seeks to analyze the processes of the family farmers' participation inside those organizations, their relationship (and consequently that of the farmers) with public power seeking to satisfy their demands, their participation in the current policies of social administration, and the potential of those organizations for the empowerment of family agriculture, for the creation of social capital and for promotion of rural development. The qualitative approach methodology was used, the case study being used, accomplishing data collection through semi-structured questionnaires, document analysis and non-participative observation. It was observed that both organizations worry about the participation of the farmers in their activities and they value their knowledge and culture, stimulating the empowerment and social capital among them. This is given through support to the organization from those farmers, from participation in network organizations, from building of partnerships with public and non-public entities, among other factors. It can also be noticed that studied TODs contribute to the conformation of identified territories to family agriculture, through micro-regional performance, and have been acting in social administration spaces in the municipal district as well as in the state and country. Through this performance they contribute to the representing of family agriculture interests and towards the incorporation of their demands the those public policies.

² Advisor: Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro – UFLA; Co-advisor: Antônio César Ortega – UFU.

LISTA DE SIGLAS

AAPIVAJE – Associação dos Apicultores do Vale do Jequitinhonha
AMAJE – Associação dos Municípios do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais
ASA – Articulação do semi-árido
CAV – Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica
CeVI – Centro di Volontariato Internazionale
CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CODEMA - Conselho Municipal de Conservação, Defesa e Desenvolvimento do Meio Ambiente
CONSAD – Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
CRSAN – Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional
CTA – Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
CUT – Central Única dos Trabalhadores
Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Epamig – Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais
GAO – Grupo de Agricultura Orgânica do Brasil
GT – Grupo de trabalho
IDENE – Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais
IEF – Instituto Estadual de Florestas
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITER – Instituto de Terras de Minas Gerais
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ONG – Organização Não Governamental
OTD – Organização Territorial de Desenvolvimento
PIMC – Programa Um Milhão de Cisternas Rurais
PEC – Plano Estratégico do Café

PID – Projeto Intermunicipal de Desenvolvimento

PMDRS – Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROSAN – Programa Mutirão pela Segurança Alimentar e Nutricional em Minas Gerais

SAF – Secretaria da Agricultura Familiar, Ministério do Desenvolvimento Agrário

SAFs – Sistemas agroflorestais.

SEI/BA - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

STR – Sindicato de trabalhadores rurais

UEL – Unidade executora local

UFLA – Universidade Federal de Lavras

UFV – Universidade Federal de Viçosa

UGM – Unidade Gestora Microrregional

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é um setor do rural brasileiro que vem historicamente lutando por espaço de representação política e oportunidades de elaboração de seus próprios projetos. Nesse processo, tem contado com o auxílio de diversas organizações não governamentais e movimentos sociais, que buscam contribuir com sua organização e com a institucionalização de suas demandas.

A partir das diversas críticas ao modelo de planejamento autoritário operado pelas instâncias governamentais para o desenvolvimento nacional e da abertura política proporcionada pela Constituição de 1988, alguns desses espaços têm surgido na denominada “gestão social”, que prevê a participação dos atores locais desde a concepção até a avaliação das políticas públicas, em um processo comunicativo, com a criação de novos mecanismos de representação dos sujeitos junto ao Estado. Assim, também emerge o conceito de desenvolvimento local, que vê o local como espaço ideal para a promoção de políticas de desenvolvimento e a construção de padrões inovadores na relação entre populações e instâncias públicas, numa tentativa de rompimento com a dominação, que parte de baixo para cima.

Perpassando esses movimentos surgem pressupostos importantes, como o da participação e o do empoderamento. É da participação consciente, conquistada pelos próprios desfavorecidos num processo educativo que podem ser criadas as condições para um aumento dos ativos disponíveis para a agricultura familiar e o crescimento do seu poder, visando à melhoria de suas condições frente ao Estado, o mercado e a sociedade.

Ainda nesse sentido atuam elementos como o capital social - entendido como relações de confiança, solidariedade e proximidade existentes entre atores - que permitem a consecução de resultados positivos quando aplicados ao desenvolvimento rural, visto que proporcionam a articulação de forças no

âmbito local, regional e até nacional, em busca da construção de novas dinâmicas em um determinado território. O conceito de território surge, então, como forma de ampliação do espaço de ação das políticas para desenvolver o rural, extrapolando os municípios, na tentativa de articular o tecido social de uma determinada região rumo a um projeto de desenvolvimento.

Esta dissertação tem como objetivo estudar justamente esse processo, no qual a agricultura familiar busca melhores condições de vida em parceria com organizações não governamentais, entremeio a uma série de dinâmicas do mundo rural e do país. Isso é feito por meio da análise de duas organizações territoriais de desenvolvimento (OTDs) já consolidadas, que atuam em mais de um município articulando ações de apoio à agricultura familiar: o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV) e a Associação Regional de Trabalhadores Rurais da Zona da Mata (Associação Regional). O estudo busca analisar os processos de participação dos agricultores familiares dentro dessas organizações, o relacionamento dessas últimas (e, conseqüentemente, dos agricultores) com o poder público na busca da satisfação de suas demandas, sua participação nas atuais políticas de gestão social e seu potencial para o empoderamento da agricultura familiar, para a criação de capital social e para a promoção do desenvolvimento rural.

Mais detalhadamente objetiva-se:

1. identificar quais ações essas OTDs desenvolvem e como elas se relacionam com o desenvolvimento da agricultura familiar;
2. analisar os espaços de planejamento, gestão, coordenação e avaliação à disposição dos agricultores familiares nesses projetos e suas formas de expressão e atuação;

3. estudar o papel dessas organizações para o empoderamento de seu público beneficiário e analisar seu potencial para a formação de capital social entre os agricultores(as) familiares;
4. estudar as relações dessas organizações com o poder público local/estadual/nacional e com órgãos estatais, procurando perceber sua atuação nas políticas públicas no contexto da gestão social.

Observa-se que organizações não-governamentais e projetos de apoio à agricultura familiar são muitos, mas organizações com ações de sucesso são muito mais raras. Aquelas que desenvolvem ações em mais de um município, conseguindo extrapolar os limites paroquiais para o desenvolvimento rural, encontram-se em menor número ainda.

Esta dissertação visa analisar, justamente, iniciativas que conseguem fazer parte desse universo restrito, possuindo um histórico de continuidade, consolidação e uma atuação não apenas municipal, mas microrregional. A importância de estudar esse tipo de organizações está na possibilidade de compreender sua atuação no contexto do desenvolvimento territorial, rompendo com os limites do município na promoção do desenvolvimento rural. A identificação das atividades desenvolvidas por essas iniciativas tem, assim, o papel de mostrar qual caminho essas organizações têm trilhado e quais ações empreendem como forma de contribuir ao desenvolvimento da agricultura familiar.

Quando se examina o histórico das políticas de desenvolvimento no Brasil, percebe-se que elas foram pensadas de maneira autoritária, a partir de planos e projetos que, se por um lado proporcionaram o desenvolvimento econômico de determinadas regiões, por outro tiveram diversas formas de insucesso, seja pela não aceitação e participação da população local, seja por sua inadequação ao contexto local, seja por suas conseqüências nocivas ao meio ou

concentradoras de renda, seja pelo desperdício de recursos públicos numa estrutura de gestão extensa e burocratizada, etc.

Por isso, ao avaliar projetos de desenvolvimento da agricultura familiar, um aspecto de grande importância é saber se, e em que medida, essas experiências têm contribuído para a expressão dos interesses do público ao qual representam, ou se são apenas experiências produtivas, conservacionistas, etc., que não apresentam articulações políticas, ou que atuam de forma autoritária, antidemocrática e sem perspectivas de melhoria dos espaços de representação desse público. Uma forma de verificar essa natureza da relação entre organizações e seus beneficiários (neste caso a agricultura familiar) é por meio dos espaços de atuação que estes últimos têm (dentro e fora das organizações), para decidir e agir. Mais ainda, saber se estes projetos atuam com vistas ao empoderamento de seus beneficiários, buscando sua emancipação, cidadania e atuação junto ao poder público, é de suma importância.

Nesse processo de gestão social outro elemento de destaque são as redes de relacionamentos e reciprocidades denominadas de capital social. Saber se essas organizações atuam no aproveitamento, consolidação e formação desse tipo de capital e quais formas usam para isso traz importantes contribuições para o estudo do desenvolvimento.

Assim, estudando organizações com potencial para a atuação territorial e analisando aspectos sobre seu relacionamento com o Estado e com seu público, espera-se identificar rumos e experiências interessantes para auxiliar os processos de desenvolvimento rural no Brasil e contribuir com os estudos de administração na sistematização dessas reflexões.

Na próxima seção são abordados, sob uma perspectiva teórica, os temas comentados anteriormente. Apresenta-se, posteriormente, a metodologia utilizada para o estudo. Na parte seguinte, apresentam-se os resultados da pesquisa e, por fim, as considerações finais.

2 AGRICULTURA FAMILIAR, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO

2.1 Agricultura familiar

O termo agricultura familiar envolve diversos aspectos que, ao longo dos tempos, geraram debates sobre quais tipos de agricultores se encaixam nessa definição.

Para um melhor entendimento sobre o que é a agricultura familiar, um ponto importante a ser esclarecido é o conceito de família. Bruschini (1989) mostra que a família funciona como uma unidade de reprodução física, material e cultural, dando ao indivíduo sua matriz ideológica e as bases para a convivência social, reunindo, às vezes, pessoas não só do mesmo sangue, mas que estão ligadas por diversos outros laços (no caso da agricultura familiar: agregados, compadrio, etc.) e que são acolhidos por ela, passando a fazer parte daquela unidade social, convivendo sob o mesmo teto e respondendo pelas mesmas normas, costumes e ética. Apesar de congregarem a unidade, a família não constitui um grupo homogêneo. Em seu interior estão indivíduos com características diferentes que, juntos, formam a unidade familiar.

Uma das definições que resumem de forma interessante os elementos que perpassam a agricultura familiar é aquela utilizada por Lamarche (1993), segundo o qual a agricultura familiar é aquela organização rural onde terra, trabalho e família estão reunidos para um mesmo objetivo. A esses três elementos, pode-se adicionar também um quarto aspecto: o da gestão. Esse mesmo autor mostra que a agricultura familiar não é um grupo social homogêneo, encerrando sob este conceito uma grande diversidade de situações. Assim, a “exploração familiar” pode apresentar diversos ideais, seja a reprodução da família (modelo familiar) ou apenas a sobrevivência da família (modelo subsistência), ou, ainda, “a formação de uma exploração agrícola organizada sobre a base do trabalho assalariado para a obtenção de um ganho

máximo (modelo empreendimento agrícola)”(Lamarche, 1993:18). Seus estudos definem quatro “modelos ideais” de agricultura familiar, com bases e em diferentes critérios, sendo o principal deles o seu relacionamento com o mercado³: o modelo empresa, o modelo empresa familiar, o modelo agricultura camponesa e o modelo agricultura familiar moderna.

A agricultura familiar a que se refere esse trabalho aproxima-se daquele modelo denominado camponês, que reúne características como a forte predominância da lógica familiar e a fraca dependência em relação ao exterior, que conferem uma relativa autonomia a esses tipos de produtores.

A agricultura camponesa envolve ainda aqueles agricultores familiares que estabelecem relações comunitárias fortemente determinadas pela tradição e pelo costume, para os quais o trabalho na terra representa mais que uma atividade econômica com fins lucrativos. Para estes, mais importante que a produção agropecuária é a reprodução da família e sua permanência na terra como agricultores. Nessa agricultura, trabalho e vida não se separam. Produzem não apenas para gerar “meios” de vida, mas também “modos” de vida (Abramovay, 1992). Como mostra Chayanov (1974), na unidade familiar camponesa, a composição e o tamanho da família determinam integralmente o montante de sua força de trabalho e, assim, determinam também todos os limites máximos e mínimos do volume de suas atividades econômicas.

Esses camponeses estabelecem estratégias para sua reprodução, calculando cada fator à sua disposição, com vistas a garantir a reprodução familiar. Dentre algumas das estratégias adotadas pela agricultura familiar camponesa para sua sobrevivência estão a pluriatividade, a migração e o desenvolvimento de atividades rurais não agrícolas, como o artesanato. Algumas outras características presentes, que dão aspecto particular a esse tipo de

³ Essa perspectiva também é compartilhada por autores brasileiros, como Abramovay (1992) e Wanderley (1996).

agricultura familiar são: a sua pouca inserção ou integração aos mercados e ao agronegócio, as fortes relações de parentesco e compadrio existentes entre as famílias – agrupadas em comunidades -, a grande identidade com o território a que pertencem e o conhecimento e respeito em relação ao meio ambiente em que vivem (fonte de seu sustento)⁴. Neste estudo, sempre que se tratar do termo agricultura familiar, a referência será a agricultura camponesa.

Diversos autores, desde Lênin, no século XIX, até a atualidade, têm proclamado o fim deste tipo de agricultura, com a substituição de suas relações tradicionais, num processo pelo qual se transformaria em uma agricultura tipicamente capitalista, voltada essencialmente ao mercado, ou se tornariam em proletários, trabalhadores assalariados a serviço do capital no campo.

Mas, ao contrário das previsões sobre o seu fim, ainda nos dias de hoje observa-se a permanência da agricultura familiar em todas as regiões do país e do mundo. No entanto, os efeitos desse pensamento apocalíptico refletiram seriamente sobre esses agricultores. De fadados ao desaparecimento não foi difícil transformarem-se em seres julgados como ignorantes, incapazes, matutos, caipiras, etc. Não foi surpresa serem excluídos do processo de transformação por que passou a agricultura brasileira nos últimos quarenta anos⁵ e, mais do que isso, não foi espanto serem considerados como uma classe incapaz de definir seu próprio destino, necessitando que pessoas bondosas e iluminadas fossem capazes de fazê-lo por eles. Como resultado disso, mostra Martins (1981), os camponeses sempre foram pensados nos projetos dos outros, nunca tomando parte de seu próprio projeto.

Apesar dessa constatação, nota-se que agricultores familiares vêm agindo de diversas formas ao longo dos tempos, buscando corrigir a maneira

⁴ Para mais esclarecimentos sobre o tema ver Moura (1978), Abramovay (1992), Wanderley (1996), Woortmann & Woortmann (1997).

⁵ Sobre o tema ver Delgado (1985), Graziano da Silva (1996;1999).

como a agricultura familiar vem sendo pensada e a atenção que tem merecido dos outros setores da sociedade e das políticas públicas. A luta por reconhecimento e por espaço de expressão vem sendo desempenhada ao longo dos tempos ao lado de movimentos sociais e das chamadas organizações de representação, ou seja, entidades de origens variadas que procuram articular os agricultores familiares e levar suas demandas e anseios aos órgãos públicos e à sociedade civil.

Essa busca por representação se dá no âmbito de relações intrincadas e contraditórias que envolvem aspectos da participação e empoderamento, num movimento de dois caminhos. Um deles é o da representação direta, via movimentos sociais e outros movimentos que levam as demandas de grupos de interesse e as negociam junto aos governos. Um outro é o da participação na chamada gestão social, que tem tido destaque a partir das críticas aos planos de desenvolvimento centralizados pelo Estado. Esses aspectos são discutidos a seguir.

2.2 A institucionalização dos interesses da agricultura familiar

Uma das formas que a agricultura familiar utiliza para reivindicar seus interesses e encontrar espaços de participação política é a criação de organizações representativas. As organizações responsáveis pela representação buscam, por meio da ação política, institucionalizar as demandas da agricultura familiar de forma que deixem de ser questões particulares e passem a públicas e, portanto, dignas de merecimento e atenção. Essa tentativa é feita por um processo denominado de *tradução*.

A tradução consiste na adaptação dos interesses do grupo representado, de forma que tenham seu sentido ajustado, dando à causa empreendida uma face simpática, compreensível, isomórfica frente à sociedade, buscando, com isso, sua assimilação por esta sociedade civil e, a partir daí, sua aceitação como parte

do sistema social vigente e institucionalizado. Esse processo de *tradução* não é automático e se dá no âmbito de uma disputa política (Alexander, 1998).

No Brasil, os principais processos de tradução das demandas da agricultura familiar têm sido realizados pelo movimento sindical, por meio da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais que, a partir de 1965 - por Portaria do Ministério do Trabalho - passaram a representar tanto assalariados, parceiros e arrendatários, quanto pequenos proprietários e agricultores familiares (Medeiros, 1997).

Por meio dessa organização, foram traduzidas demandas e conseguidas diversas conquistas, como a implantação do salário mínimo no campo, da aposentadoria para o trabalhador rural, da licença maternidade para a mulher trabalhadora do campo, entre muitas outras, além da realização de diversas ações afirmativas voltadas à implantação da reforma agrária, à consecução de crédito rural e à valorização da agricultura familiar, inclusive por meio de pesquisas oficiais visando demonstrar a importância produtiva desse setor (Medeiros, 1997).

Ao se fazerem legítimos pela *tradução*, os interesses do grupo podem aspirar sua institucionalização pelas instituições dessa sociedade. Assim, a *tradução* retira as demandas específicas do âmbito do particular e as coloca para a sociedade civil, lhe dá corpo e abre a oportunidade para que as instituições lhes reconheçam a alma.

Offe (1989) traz algumas contribuições sobre a institucionalização em sua análise sobre a atribuição pelo Estado de status político aos grupos de interesse. Para este autor, todas as organizações são grupos de interesses, que representam um grupo frente à sociedade. Essa diversidade de interesses gera conflitos e o Estado, para administrá-los, tenderia a identificá-los, equacioná-los e antecipá-los. Assim, uma alternativa para que não ocorra o conflito seria

canalizar as demandas existentes para o próprio Estado, institucionalizando-as e disciplinando as reivindicações.

Dessa forma, “qualquer atribuição de *status* significa que, por um lado, os grupos auferem vantagens e privilégios, mas, por outro, têm de aceitar certas limitações e obrigações restritivas” (Offe, 1989: 240-241). Por meio dessa estratégia, o Estado coloca filtros que permite preocupar-se apenas com os grupos que possuem expressão, reconhecimento e poder para legitimar-se frente aos mecanismos estatais.

Assim, a institucionalização é um jogo duplo. Por um lado, consegue-se a visibilidade desejada e abre-se espaço para a consecução dos objetivos almejados. No entanto, esse processo não tem um fim em si mesmo. Os grupos de interesse precisam, após institucionalizados, sustentar seu poder social, de forma que este lhes confira poder e capacidade de negociar seus interesses, o que reforça a idéia expressa em Alexander (1998:17) de que “a institucionalização é um processo historicamente contingente e de fim indeterminado; depende das idéias, energias e experiências culturais acumuladas – das vitórias e das derrotas – dos movimentos sociais.”

Observa-se, então, uma luta incessante pelo reconhecimento das demandas da agricultura familiar. Essa luta procura chegar aos mecanismos governamentais, mas não pára por aí, continua sempre num processo de legitimação, aparentemente sem fim.

Apesar de uma progressiva flexibilização do Estado em relação a algumas políticas, observa-se que ele possui um grande controle sobre as decisões. No entanto, ao observarem-se os avanços e os resultados conseguidos pelos movimentos sociais nos últimos anos, percebe-se que os camponeses têm construído seus caminhos próprios. Por parte do próprio Estado têm surgido políticas de descentralização das decisões, voltadas à gestão social, como conselhos de saúde, educação e, no caso da agricultura familiar, os conselhos de

desenvolvimento rural e as instâncias de decisão sobre crédito, assistência técnica e ambiente. A grande questão é saber até que ponto essas políticas servem apenas como forma de cooptar os movimentos sociais, controlando suas ações e disciplinando-as por meio de espaços institucionalizados como esses conselhos, ou até que ponto são a real expressão daquilo que os movimentos e organizações que lutam pela representação da agricultura familiar têm buscado.

Alguns aspectos sobre a gestão social são discutidos a seguir. Antes disso, serão analisadas as políticas de planejamento nacionais que antecederam as discussões sobre essa nova forma de gestão de projetos de desenvolvimento.

2.3 A crítica ao modelo autoritário de planejamento

Apesar das hoje tão propaladas políticas de corte neoliberal, com sua política de redução do escopo de atuação do Estado e de diminuição da atuação do poder estatal na promoção do desenvolvimento - passando a ter cada vez mais como papel principal a mediação (Castro & Carvalho, 2002) -, até finais da década de 1980, o governo brasileiro empreendeu políticas desenvolvimentistas ativas, voltadas para o direcionamento do crescimento da economia e a promoção do desenvolvimento. Tais políticas baseavam-se no exemplo do grande crescimento das economias socialistas (altamente planificadoras e planejadoras) e nos princípios keynesianos do “Estado de bem-estar social”, que tinha como ponto de partida a constatação de que sem um planejamento que direcionasse ações específicas para o desenvolvimento seria impossível resolver os problemas estruturais das sociedades capitalistas (como era o caso do Brasil), que dependeriam, para isso, somente dos resultados aleatórios do mercado.

Dessa forma, o Estado nacional desenvolveu, ao longo dos tempos, diversos planos e projetos, coordenados por agências públicas, que tiveram como objetivo orientar a economia e promover o desenvolvimento. O primeiro deles a ter maior consolidação foi o Plano de Metas, do presidente Kubitschek,

em 1956⁶. Além dos planos e intervenções, o governo nacional também impulsionou – principalmente no período militar – a criação de agências de desenvolvimento (como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - Sudam) com o objetivo de implementar o planejamento e apoiar ações nas áreas consideradas necessárias.

No entanto, esses planos continham alguns aspectos bastante problemáticos. Em primeiro lugar, a coordenação de todas as suas etapas pelo governo baseava-se na constatação de que quanto menos pessoas participassem e colocassem suas demandas na elaboração e execução dos planos, mais fácil seria sua implementação (Lafer, 1975). Outro aspecto é que os planejamentos partiam do princípio de homogeneização do espaço nacional, ou seja, da noção de que existiam regiões diferentes no país, que deveriam se tornar iguais, não só no aspecto econômico, mas também cultural, social, produtivo e ambiental. Tal pensamento desconsiderava a existência de potencialidades e peculiaridades locais, próprias daquele ambiente e cultura, e que poderiam ser aproveitadas no processo de desenvolvimento (Andrade, 1987).

Além disso, apesar da aparente neutralidade que os planos de desenvolvimento podem representar - visto que são desenvolvidos a partir de diagnósticos elaborados por técnicos formados pela “ciência supostamente neutra”⁷ -, eram planos que, como todo plano, possuíam um caráter político e refletiam a lógica do sujeito que o elaborara; nesses casos representados pelo governo que, mesmo com pretensões desenvolvimentistas, defendia os interesses das classes dominantes (Miglioli, 1982).

Por isso, planos voltados para o desenvolvimento rural (e também de outros setores), pensados a partir dos governos federal ou estaduais, sem a participação de populações locais em sua concepção e implantação, trouxeram

⁶ Sobre o plano de metas, ver Brum (1995) e Rezende (1999)

⁷ Sobre a neutralidade da ciência ver Oliveira (1988).

conseqüências nocivas ao meio ambiente e agravaram, em muitos casos, as diferenças sociais.⁸ Além do aspecto da não identificação com a realidade local, um outro ponto negativo dessa forma de planejamento estatal estava na sua relação custo/ benefício. Planos para o desenvolvimento poderiam ter seus recursos distribuídos numa estrutura burocrática extensa, que incluía o repasse de recursos internacionais (por exemplo, do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BIRD) para o Ministério da Fazenda, que fazia o repasse desses recursos para o Ministério do Planejamento, a partir da onde eram repassados para a Secretaria de Planejamento (SEPLAN) que encaminhava o montante para a Ruralminas, que era a empresa encarregada de gerir o plano, a qual repassava os recursos para diversas outras empresas, como a Cemig, Copasa, Emater, Epamig, etc., as quais realmente executariam os serviços.

Nessa enorme estrutura burocrática era gasta grande parte dos recursos. Hoje se sabe que projetos geridos pelas comunidades locais, como é o caso da Pastoral da Criança - que desenvolve projetos de assistência nutricional e de saúde a crianças de vários lugares do país, com trabalho voluntário -, chegam a repassar para seu destino final cerca de 93% dos recursos totais.

Assim, a existência no Brasil de um Estado autoritário fez com que as políticas de desenvolvimento adotadas no país até a década de 1990 apresentassem resultados que, se por um lado, aumentaram a dinâmica econômica de muitas regiões, por outro, tiveram eficiência questionável do ponto de vista do desenvolvimento humano, social e ambiental. Políticas pensadas de fora e aplicadas de forma impositiva tiveram diversos graus de

⁸ Um exemplo destes planos pode ser encontrado no Planoroeste, elaborado para alavancar o desenvolvimento do campo na região noroeste, uma das menos dinâmicas do estado de Minas Gerais nos anos 1970 (Fundação João Pinheiro, 1978). Uma análise rápida de tal documento demonstra que o foco do projeto jamais passou por sua população. Como este, muitos outros foram implantados.

insucesso, seja pela não aceitação e participação da população local, seja por sua inadequação ao contexto local, seja por suas conseqüências nocivas ao meio ou concentradoras de renda, seja pelo desperdício de recursos públicos numa estrutura de gestão extensa e burocratizada, etc.

Dessas constatações, das reivindicações da sociedade civil e das orientações de organismos internacionais, como o Banco Mundial – que passou a adotar procedimentos que conduziam para a transferência de recursos com base em desenhos que respeitassem a autonomia local e criassem responsabilidades nesse nível, estimulando o capital social (Ortega & Cardoso, 2001) - começaram a ser elaboradas reflexões importantes. Nesse processo, aonde as próprias iniciativas governamentais vêm percebendo, mesmo que de maneira instrumentalista, que para dar conta dos problemas e demandas existentes em relação ao desenvolvimento é necessário agregar forças e aproveitar recursos materiais e humanos existentes nas localidades. Dessa reflexão emergiram conceitos, como os de gestão social e de desenvolvimento local.

2.4 Gestão social e desenvolvimento

Tenório, dentre os teóricos nacionais, é um dos autores que tratam com maior propriedade do tema da gestão social. Ao discutir tal conceito, esse autor remete a Habermas, teórico que apresenta uma visão de sociedade diferente da *tradicional* (positivista), na qual prevê “uma práxis social voltada para um conhecimento reflexivo e uma práxis política que questione as estruturas sócio-político-econômicas existentes” (Tenório, 1998:12). Utiliza, assim, os conceitos de gestão estratégica e de gestão social como diferentes e opostos, firmados em

duas tipologias de ação social diferentes elaboradas por Habermas: a da ação estratégica e a da ação comunicativa.⁹

Para Tenório, a gestão estratégica é um tipo de ação, social utilitarista, fundada no cálculo de meios e fins. Nessa ação o Estado, a sociedade e as organizações funcionam orientados pelos objetivos da razão técnica (instrumental) e são conduzidos por uma tecnocracia (numa combinação de competência técnica e hierárquica), segundo o princípio de que para cada problema existe uma solução ótima (e, portanto, não existem diferenças ideológicas ou de interesses). Assim, na gestão governamental, as estruturas político-institucionais são adaptadas ou absorvidas pela “exigências estruturais da razão técnica” e sua operação se dá por meio de um modelo no qual o “agir racional-com-respeito-a-fins” se torna maior que o contexto institucional e absorve o agir comunicativo. Ao tentar maximizar o resultado de suas ações, o Estado deixa de valorizar o papel da cidadania para as políticas públicas e da participação da sociedade em seu processo decisório (Tenório, 1998:15).

Já a gestão social “contrapõe-se à gestão estratégica na medida em que tenta substituir a gestão tecnoburocrática, monológica, por um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais” (Tenório, 1998:16). Nesse tipo de gestão, busca-se um entendimento, por meio de um processo no qual os atores envolvidos

⁹ Ação estratégica é aquela segundo a qual o ator elege em uma dada situação - entre as opções disponíveis e levando em consideração a possível ação de pelo menos uma pessoa com a qual interaja -, qual ação irá lhe trazer os melhores resultados (maximizar a utilidade dos meios de acordo com os fins). Nesse sentido utilitarista, os atores se relacionam com os outros, vendo-os como um empecilho para a realização de seus objetivos (Tenório, 1998). Ação comunicativa “se refere à interação de ao menos dois sujeitos capazes de linguagem e de ação que (já seja com meios verbais ou com meios extraverbais) entabulam uma relação interpessoal. Os atores buscam entender-se sobre uma situação de ação para poder, assim, coordenar de comum acordo seus planos de ação e com ele suas ações. O conceito aqui central é o de interpretação, que se refere primordialmente à negociação de definições da situação susceptível de consenso” (Habermas, 1987:124,v.1).

expõem suas opiniões ou pretensões e são capazes de demonstrar sua importância, validade, aplicabilidade e sinceridade. Atuam nesse conceito aspectos “da liberdade da pessoa, da sua responsabilidade social e do exercício da cidadania” (Tenório, 1998:16-17).

Essa lógica da gestão social aproxima-se daquilo que Habermas denomina de “cidadania deliberativa”, que prega que o indivíduo não deve ver a política como um espaço de reivindicação dos interesses privados dos cidadãos perante o Estado (que tem a função de administrar a sociedade nos aspectos de mercado, relação entre pessoas e do trabalho social), mas sim como um espaço no qual portadores de direitos livres e iguais (e não de direitos individuais como acima) reconhecem sua dependência recíproca e procuram atuar solidariamente na construção e defesa de demandas não apenas individuais, mas que trazem ganhos à coletividade, a qual lhes dá forças de defesa de suas reivindicações, não de maneira apenas egoísta, mas visando o bem comum (Tenório, 1998).

Tenório chama ainda a atenção para o imperativo de que, para que a gestão social se efetive é necessário:

“que os governos institucionalizem modos de elaboração de políticas públicas que não se refiram ao cidadão como “alvo”, “meta”, “cliente” de suas ações ou, quando muito, avaliador de resultados, mas sim como participante ativo no processo de elaboração dessas políticas. Este processo deve ocorrer desde a identificação do problema, o planejamento de sua solução e o acompanhamento da execução até a avaliação do impacto social efetivamente alcançado.” (Tenório, 1998:22)

Ou seja, precisam ser criados espaços de participação dos cidadãos como sujeitos na formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas que tenham o objetivo de atender às necessidades coletivas e não apenas maximizar os resultados das políticas públicas de acordo com um imperativo instrumental.

Serva (1997) analisa a gestão social pelo aspecto da parceria entre o setor público e as organizações não governamentais¹⁰. Este autor enfatiza que, dessa parceria, podem surgir alguns desafios, relativos às formas de racionalidade, de compreensão do significado de desenvolvimento, de representação política e gestão apresentada por esses dois segmentos. Assim, a racionalidade instrumental dos organismos estatais, que orienta suas ações pelo cálculo, pelos fins, pelo desempenho, pela rentabilidade e pela utilidade, pode trazer problemas quando se confronta com a racionalidade substantiva das ONGs, que prima pelo julgamento ético, pela autonomia, pelo entendimento, pela liberdade e pela solidariedade, baseada na intersubjetividade dos atores envolvidos. Ao atuar conjuntamente, essa racionalidade instrumental, que não reconhece a dimensão subjetiva das ações das ONGs, pode tender a interpretar a ação das organizações comunitárias de uma forma unicamente utilitarista (Serva, 1997).

O mesmo ocorre com a noção de desenvolvimento empregada em ambos os setores. No setor público, na maioria das vezes, desenvolvimento está intimamente ligado ao desenvolvimento da esfera econômica do mercado, em detrimento das esferas social, política e ética, importantes para as ONGs que – conforme escrito acima - baseiam suas ações na solidariedade e vêem o mercado ligado ao social e não apartado dele.

¹⁰ Para o trabalho aqui desenvolvido, o conceito de organização não-governamental não se identifica apenas com aquele historicamente utilizado no Brasil para a denominação dos centros populares de educação, promoção e assessoria, mas aquele mais amplo, utilizado Scherer-Warren (1995:165), segundo o qual: “... pode-se definir as ONGs como organizações formais, privadas, porém com fins públicos, sem fins lucrativos, autogovernadas e com participação de parte de seus membros como voluntários, objetivando realizar mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para populações-alvo específicas ou para segmentos da sociedade civil, tendo em vista expandir o poder de participação destas com o objetivo último de desencadear transformações sociais ao nível micro (do cotidiano e/ou local) ou ao nível macro (sistêmico e/ou global)”.

Um terceiro desafio diz respeito às formas de representação política, em que o social, desconsiderado da esfera econômica, é visto como dependente e marginalizado, originando práticas de tutela e regulação por parte dos organismos estatais quando em parceria com organizações comunitárias. Acontece que o social não é formado por receptores passivos e dependentes, mas sim de sujeitos que possuem seu projeto de autonomia.

Reconhecê-los como tais implica o reconhecimento da autonomia e legitimidade de novos atores sociais e na renovação das formas de representação política, que conduzem a mudança das práticas de parceria: “da tutela à negociação, da regulação à contratualidade, da gestão de programas à lógica de projetos elaborados e geridos conjuntamente. Tais mudanças dariam, incontestavelmente, um novo sentido ao processo de elaboração de políticas públicas”. Dessa forma, com novos espaços de representação, o cidadão poderia passar de uma cidadania passiva a uma cidadania ativa, deixando de buscar seus direitos individuais para realizar uma ação “coletiva, comunitária e solidária, reforçando a coesão social ameaçada pela gravidade da crise atual” (Serva, 1997:48).

Um outro aspecto ainda trata da gestão que, no Estado, se dá de forma burocrática, utilitarista, contrastando-se com os valores das ONGs. Além disso, o tempo para a realização de ações conjuntas traz divergências de gestão, visto que os prazos estabelecidos pela gestão pública para a apresentação de resultados são, muitas vezes, limitados, incondizentes com o tempo de desenvolvimento de projetos comunitários, que se dá no tempo social, de acordo com as modalidades de socialização, mais do que com “a produção pura e simples de resultados quantificáveis”. Além disso, o autor chama a atenção para o aspecto setorial das políticas públicas, segmentadas, diferentemente da totalidade da vida social. Isso faz com que a gestão por programas setoriais seja estranha à realidade social, a qual responde muito mais eficientemente à lógica

de projetos, em que a iniciativa organizada da sociedade pode levar a negociações e parcerias mais abertas aos agentes sociais.

Esses aspectos são bastante interessantes para o estudo da gestão social nesse contexto em que se busca uma maior participação dos indivíduos nos rumos das políticas públicas. Se um dos caminhos que vêm sendo delineados para isso tem sido a participação via organizações, como associações, cooperativas, centros de assessoria, etc., que se encaixam no universo das organizações não governamentais (que, como observa Scherer-Warren (1995) fazem parte de um universo amplo de iniciativas, que possuem também uma amplitude de atores, com objetivos e orientações distintos), é de grande interesse saber como se dará o relacionamento entre essas duas lógicas distintas de ação e como ficará a gestão social nesse relacionamento, que pode ser de intercâmbio ou cooptação.

2.5 Desenvolvimento local

Recentemente, diversos movimentos da sociedade civil têm se articulado e buscado atuar com vistas ao desenvolvimento, encontrando nas ONGs um agente de destaque na articulação de projetos voltados para o desenvolvimento social e econômico local.

Essa atual tendência do “desenvolvimento local” vem sendo afirmada principalmente após o término da ditadura militar, com o declínio do Estado keynesiano e com a constituição de 1988, que delegou maior poder aos municípios¹¹. A ênfase no desenvolvimento local se intensificou a partir do

¹¹ Como já comentado, essa postura tem também a influência de organismos internacionais interessados na valorização das potencialidades locais para o desenvolvimento.

processo de globalização da economia, com um movimento de reconhecimento das diversidades culturais existentes por todo o mundo e dentro do país. Esse movimento é observado por diversos autores, como Carvalho (1997) e Farah (1997), que enfatizam a ocorrência de uma progressiva retirada do Estado das políticas de desenvolvimento, sob o pretexto da maior participação da sociedade civil nos processos de elaboração e implementação de políticas, configurando, assim, um processo de mão dupla, no qual liberdade significa, de um lado, liberação e, de outro, desproteção (Carvalho, 1997).

Para além desses aspectos delineados por Carvalho, outros ainda fazem parte da construção do conceito de desenvolvimento local e que serão tratados aqui de forma sucinta. Um deles, analisado por Jara (1999), está firmado na constatação de que o desenvolvimento econômico, reificado por décadas como o ponto de partida necessário para a melhoria das condições de vida, não cumpriu seu papel. Em vez disso, criou uma super-estrutura de poder econômico, na qual grandes grupos e megacorporações econômicas jogam suas cartas de forma a acumular montantes cada vez maiores de capital, apoiados por instituições internacionais que disciplinam os países subdesenvolvidos para atuarem da melhor forma nesse processo.

Assim, o poder econômico e político atuam na manutenção e aumento da riqueza e da pobreza, num processo de desenvolvimento vazio de conteúdo, de humanidade, no qual as transações econômicas têm maior importância para o desenvolvimento em detrimento da confiança, da reciprocidade e da cooperação como impulsionadores deste (Jara, 1999).

Dentro desse macrocontexto institucional, não existe espaço para iniciativas emancipatórias reais, apenas para paliativos. Assim, na busca de um desenvolvimento real, sustentável, torna-se necessário atentar para o nível no qual essas forças atuam de forma menos incisiva e existem ainda espaços para articulação e organização de demandas, para a construção de processos

participativos, em busca da união de forças com vista ao desenvolvimento¹². Portanto, um aspecto de destaque é o fato já reconhecido de que o local guarda diversas características - como culturas, técnicas, forças sociais, redes de relacionamento e confiança, etc. - que, se identificadas, valorizadas e estimuladas podem ser muito bem aproveitadas e contribuir de forma significativa para o desenvolvimento, no sentido pleno de aumento da cidadania, das alternativas econômicas, do bem-estar social e ambiental, etc. Um autor que percebe isso de maneira muito interessante e que valoriza as potencialidades e saberes locais em sua estratégia de “ecodesenvolvimento” é Ignacy Sachs. Sachs (1986) propõe que se realizem estudos etnológicos para que se tenha um extenso conhecimento sobre as culturas e os ecossistemas, por meio do qual se pode orientar ações e técnicas adaptadas, com melhores resultados.

Aliado ao que foi referenciado acima, emergem diversas discussões que apontam para um terceiro aspecto: a necessidade do envolvimento dos públicos locais nas políticas públicas de desenvolvimento que, sendo pensadas, geridas e avaliadas em conjunto com os sujeitos ao qual se destinam, possuem muito mais chances de terem sucesso. Dessa forma, o protagonismo local é um ponto chave do desenvolvimento local. Sachs e vários outros autores já colocavam a necessidade de que os planejadores identifiquem e empenhem-se em ampliar os espaços para a tomada de decisões locais e autônomas (Sachs, 1986). Assim também, Amartya Sen (2000) propõe, em sua teoria do “desenvolvimento como liberdade”, que os atores locais devem ser tomados como sujeitos, como agentes para construção de sua própria opção de desenvolvimento.

E ainda é de se levar em conta que:

¹² Assim, o local aparece como uma alternativa “que articula as relações entre economia, cultura e sociedade, com a malha institucional. O local como espaço de construção de relacionamentos solidários para a sociedade sustentável” (Jara, 1999:47).

“o reconhecimento da identidade, o ‘empoderamento’ dos grupos comunitários, o fomento de esquemas participativos, o estímulo às trocas entre comunidades, o fortalecimento dos relacionamentos de confiança, a transparência da gestão, a transferência de capacidades, a distribuição da informação têm facilitado conduzir processos de desenvolvimento sustentável” (Jara, 1999:53).

Disso coloca-se uma outra característica do desenvolvimento local, que é o aspecto da construção de padrões alternativos, visto que a exclusão e a desigualdade não podem ser combatidos de cima pra baixo, mas combatidas a partir de reconfigurações da produção, criação de novas esferas de atuação no setor público, sendo espaço ideal o local (Silveira, 2000). Ressalta-se também a importância da capacitação dos atores locais para melhor exercerem sua cidadania, ou seja, a construção de capital humano.

Enfatiza-se que, sem essa organização local e a verdadeira promoção da cidadania pela participação dos sujeitos envolvidos, o desenvolvimento local em pouco se diferencia daquele pensado, por exemplo, pelo governo em Brasília e aplicado ao resto do país. Ele apenas possui uma “feição” local – por meio de organizações locais ou até mesmo externas que atuam como intermediárias dos projetos –, mas, em termos efetivos, não enxerga as comunidades como sujeitos e atores de seu próprio desenvolvimento, podendo levar a problemas semelhantes àqueles já discutidos com relação aos projetos governamentais autoritários.

Portanto, essas proposições poderiam ser sintetizadas colocando, como características do desenvolvimento local, a valorização das potencialidades locais, o protagonismo dos agentes do local, a construção de espaços consolidados de organização e a capacitação da sociedade civil para a realização de ações entre si e junto ao poder público, o esforço na busca de novos modos de

organizar a produção e a atenção ao desenvolvimento de laços de solidariedade e reciprocidade, que podem levar a um desenvolvimento sustentável.

Alguns dos elementos presentes nas experiências de desenvolvimento local foram sistematizados por Silveira (2000). Entre esses aspectos figuram:

- a ênfase na cooperação e na aprendizagem (formação de capital social e humano);
- a gestação de novos processos produtivos territorializados;
- a disponibilização de serviços de apoio a micro e pequenos empreendimentos;
- a articulação de políticas públicas;
- a ampliação de esferas de atuação dos atores locais no poder público; e
- o protagonismo local.

Isso leva a examinar três conceitos importantes: o de participação, o de empoderamento e o de capital social.

2.6 Participação e empoderamento

Visto que as ONGs e as populações locais são parceiras potenciais no processo de gestão social e desenvolvimento local, interessa também saber como é a participação das classes subalternas no interior dessas ONGs e desses nos processos de políticas públicas. Por isso, torna-se importante uma reflexão sobre o que é e quais são os pressupostos da participação.

Para Tenório e Rosenberg participação requer, em primeiro lugar, consciência sobre os atos desempenhados, e

‘participação consciente é aquela em que os envolvidos possuem a compreensão sobre o processo que estão vivenciando. Quando uma pessoa ou grupo de pessoas age sem o entendimento das razões e conseqüências de seus atos, a participação é restrita, estabelecida em função de alguma espécie de relação de dominação, onde, a partir de algum tipo de poder persuasivo, determinado grupo impõe aos demais as decisões e os passos que devem ser seguidos’(Tenório & Rozenberg 1997:103).

Demo (1987) já traz no título de seu livro “Participação é conquista” o que pode ser considerado como aspecto central da participação. Para Demo, participação é

“.. um processo histórico infundável, que faz da participação um processo de conquista de si mesma. Não existe participação suficiente ou acabada. Não existe como dívida ou como espaço pré-existente. Existe somente na medida de sua própria conquista”(Demo, 1987:14).

Essa conquista ocorre num mundo onde o poder e a dominação naturalmente existem e são, portanto, condições iniciais. Assim, mesmo quando os pensadores de políticas públicas, os planejadores, os técnicos que atuam junto às comunidades, aos movimentos sociais, etc., possuem boas intenções e disposição para contribuir com a mudança social e com a construção de espaços participativos para os desfavorecidos, fazem parte (mesmo que inconscientemente) não dessa massa excluída, mas sim (como não se encontram na condição de excluído), do poder dominante e defendem, em última instância, seus próprios interesses e não os interesses dos excluídos. Brandão (1986) demonstra isso ao refletir a educação popular, mostrando que, mesmo quando índios, operários e camponeses são anunciados como sujeitos de um programa a serviço das classes populares, na verdade são “objetos de referência” de programas pensados fora de seus mundos sociais cotidianos e fora de suas práticas de classe. Segundo o autor, “o desconhecimento não assumido da

realidade do ‘outro’ autoriza percebê-lo ‘como eu quero’, para intervir sobre ele transformando-o segundo a imagem e o horizonte que antecipadamente a minha boa consciência desenhou para ele através do ‘meu trabalho’” (Brandão, 1986:13-14). Por isso, a participação tem que ser compreendida, conquistada e a todo tempo disputada pelos próprios desfavorecidos, pois somente eles sabem, sentem, vivem seus reais problemas e necessidades e somente eles poderão, verdadeiramente, lutar por seus próprios interesses (Demo, 1987).

Isso significa dizer que a participação ganha, concedida ou cedida não é participação em realidade, pois, assim como é dada, pode ser retirada. Disso depreende-se a necessidade de que o processo participativo seja verdadeiramente construído e apreendido pelos sujeitos da participação, por meio de ações conscientes que permitam a eles construir um aparato de cidadania e reconhecimento de seus direitos. Para ilustrar esse fato, podem ser citados diversos casos relacionados aos “costumes comuns”, comentados por Thompson (1998). Este autor mostra como na Inglaterra do século XVIII os camponeses construíram normas comuns de uso dos espaços naturais. Tais normas eram legitimadas pelo costume e tinham força de lei no local. Quando do cercamento das áreas utilizadas em comum por esses camponeses, conflitos e demandas surgiram pelo fato de eles considerarem aquele ato um desrespeito aos costumes. Esse pequeno adendo serve apenas para mostrar que, quando um processo é construído e experimentado coletivamente, torna-se um costume e, de certa forma, lei local. Assim também deve ser com o processo participativo: ser construído e experimentado por todos, para que dele se apossem e tenham para com ele sentimento de lei, não permitindo que nenhuma ação externa o prejudique.

As associações de produtores rurais dão exemplos ricos disso. Quando são constituídas por um ato externo, seja por técnicos, políticos, etc., dificilmente são duradouras, após a retirada do tutor. Já quando se estabelecem

por um processo participativo construído coletivamente, seus membros sentem-se parte dela, realizam suas atividades mesmo em tempos difíceis e não permitem que agentes externos lhe tomem o rumo em detrimento da participação de todos. Também por isso, Tenório & Rozenberg (1997:104) afirmam que ‘em sua plenitude, a cidadania só se consolida na presença de uma participação entendida como ação coletiva e exercício consciente, voluntário e conquistado’.

Demo mostra, ainda, a importância de ações com viés econômico e a importância da valorização da cultura no processo de participação. O desenvolvimento de atividades econômicas age no sentido de dar autonomia financeira aos indivíduos, para que, a partir dessa autonomia, possam participar de forma emancipada, sem dependência de laços clientelísticos, paternalistas, etc., tão comuns na sociedade brasileira¹³ e que funcionam como uma forma de dominação dos excluídos. Aliados à independência econômica, figuram os aspectos culturais. Esses aspectos são importantes, visto que por meio da valorização dos costumes, das tradições, das potencialidades e técnicas de um povo faz-se com que ele enxergue em si mesmo os bons valores que a todo tempo tendem a ser atribuídos aos que estão de fora. Assim, em vez de olharem para si como ignorantes, feios, incapazes e, por isso, dependentes dos instruídos, belos e capazes, passam a se perceber como sujeitos dignos que, por possuírem seu valor, possuem também o direito de pensar, falar, reivindicar, lutar, participar (Demo, 1987).

A esses dois aspectos acrescenta-se outro: o da educação. Participar também é um exercício de aprendizado. Na sociedade brasileira, o autoritarismo sempre esteve presente, desde a colonização até a ditadura. Convive-se com governos centralizadores, que nunca consideraram os representantes da sociedade capazes e ou dignos de decidirem sobre seus rumos e desejos. Mesmo

¹³ Sobre esses aspectos da sociedade brasileira ver Sorj (2000); Martins (1994).

na democracia, observa-se um campo político dominado por profissionais (Bourdieu, 1989), que decidem os rumos do país de acordo com seus interesses e dos poderosos, sob um manto de representação política, em que na verdade o que acontece é a representação teatral da ilusória decisão por parte das bases, sobre quais destinos querem para seu país, por meio do voto. Acostumados a ter os destinos controlados por outros, desacostuma-se (e muitas vezes nem chega-se a aprender) a participar (Demo, 1987).

Portanto, o processo educativo é essencial para o difícil aprendizado de caminhar por conta própria, contra os vários empecilhos do caminho. Aqui não se refere ao processo educativo formal que, na maior parte das vezes, atua em serviço da sociedade dominante, como forma de dominação (Saviani, 1992), mas à educação libertadora, aproximada aos ensinamentos de Paulo Freire, na qual o indivíduo (ou coletividade) faz parte de um processo de reflexão/ação/reflexão, por meio do qual percebe o mundo à sua volta, reflete sobre ele, decide e realiza suas ações em busca das mudanças que acha necessário e dos rumos que pretende seguir, continuando a reflexão sobre os resultados obtidos e as novas ações importantes para se chegar até onde se quer.

Esse aspecto é central, pois, como já foi visto, o poder dominante não tem vocação democrática. Por isso, uma sociedade não organizada não consegue defender seus interesses frente a este poder dominante e ao Estado (que se faz representante dos interesses destes últimos). Assim, a participação depende da capacidade de organização da sociedade civil para, a partir daí, construir espaços de expressão de seus interesses, participativos (Demo, 1987). Essa organização nasce da educação popular e pode ser construída em parceria com entidades, associações e outras organizações, que se encaixam no que se chama de organizações não governamentais e que podem contribuir para a organização comunitária, a construção de espaços participativos e a gestão social.

Por fim, participar pode incluir uma série de situações, nas quais em maior ou menor grau se participa, em um determinado nível de participação. Bordenave (1986) apresenta uma classificação em 7 graus e 6 níveis de participação. Para o exercício dessa classificação é imaginado um processo participativo no qual um indivíduo ou grupo de indivíduos (que aqui se denomina somente de indivíduo) faz parte de uma ação coletiva - seja um grupo de estudos, uma associação, um projeto governamental, etc. - que aqui denomina-se apenas de instituição.

A participação desse indivíduo pode se dar de acordo com os seguintes níveis (Bordenave, 1986):

1. elaboração da doutrina e da política da instituição;
2. determinação de objetivos e estabelecimento de estratégias;
3. elaboração de planos, programas e projetos;
4. alocação de recursos e administração de operações;
5. execução de ações;
6. avaliação dos resultados;

Nesse caso, o nível de participação maior é aquele em que o indivíduo define os rumos da instituição. Num nível abaixo, ele determina os objetivos e estratégias, mas, de acordo com um rumo já determinado por uma liderança (que pode ser um técnico, presidente, administrador, etc) que administra a instituição. Abaixo disso, há a participação apenas na elaboração de planos, programas, etc., ou seja, ações que já foram definidas anteriormente pela liderança. A participação também pode ocorrer por meio da decisão de como os recursos serão distribuídos pelas atividades e como serão administradas algumas operações dentro das ações já definidas pela liderança. Os dois menores níveis de participação são aqueles em que o indivíduo participa somente na execução

daquilo que a liderança já planejou ou, ainda, apenas na avaliação dos resultados obtidos a partir daquilo que a liderança pensou para a organização.

Dentro desses níveis, existem diferentes graus de participação. Assim, o menor deles é aquele no qual o indivíduo é apenas informado (informação) dos rumos e acontecimentos da organização. Um grau acima, ocorre uma consulta facultativa, que pode ser feita sobre a opinião dos indivíduos, se e quando as lideranças que definem os rumos da instituição acharem necessário. O terceiro grau é o da consulta obrigatória, em que os indivíduos devem, necessariamente, ser consultados sobre as decisões e rumos a serem tomados. À medida que vai crescendo a participação, há o grau em que os indivíduos podem elaborar propostas e dar recomendações sobre os caminhos que a instituição deve seguir, podendo suas sugestões ser ou não aceitas pela liderança, porém, com justificção. A co-gestão é o próximo nível no qual os indivíduos governam as ações e rumos da instituição em parceria com aqueles que dela tomam frente (administram). A delegação é o sexto nível, no qual todos os indivíduos têm poder de tomar decisões autônomas sobre determinadas áreas da instituição. Por fim, o nível mais elevado de participação é o da autogestão, em que todos os indivíduos da organização tomam suas decisões em conjunto, sem necessidade de uma liderança que conduza o processo (Bordenave, 1986).

Quando são avaliadas organizações comunitárias e outras organizações, espera-se que a participação dos indivíduos seja próxima da auto-gestão ou da co-gestão. Já quando se trata de parcerias com governos, esse quadro se apresenta um pouco diferente, sendo difícil a existência da participação na tomada de decisões sobre os grandes objetivos e a doutrina do projeto, buscando-se, ao menos, a participação na definição dos objetivos e estratégias de ação dentro dessa doutrina já previamente definida.

Atentando-se para esses graus e níveis de participação, pode-se observar, com maior precisão, os reais perfis da participação em nossa sociedade.

No entanto, não é preciso prender-se entre as brechas dessas classificações. A participação visa, antes de tudo, o empoderamento daqueles que participam. Isso significa dizer que é um processo no qual há poder de influência e decisão, liberdade de negociação, instrumentos para ação e acesso aos resultados, num mecanismo de afirmação em que se ganha poder para a realização de seus objetivos.

Para Delgado (2002:1), por “empoderamento” entende -se “um processo social pelo qual as pessoas, as comunidades, as organizações transformam seus recursos em ativos de capital e colocam-se numa posição de poder mudar sua relação com os mercados, o Estado e a sociedade civil”.

Algumas definições de empoderamento colocam tal processo como uma forma de controlar, participar e decidir sobre as instituições de desenvolvimento, no sentido da boa governabilidade, conceito esse que poderia estar bem colado ao de gestão social. No entanto, Delgado argumenta que o conceito de empoderamento deve estar ligado ao de poder. Assim, o que se busca é o aumento do poder de determinado segmento (neste caso, o da agricultura familiar), para que tenha condições de mudar sua posição em um “determinado campo de disputa”(Delgado, 2002:1).

Por isso, a noção de empoderamento absorve grande parte do que foi comentado anteriormente com relação à participação. Não pode partir de um processo concedido, mas sim conquistado, e deve ocorrer por meio da organização, da educação, do protagonismo, da reivindicação e da participação plena.

Delgado lembra, ainda, que, sendo assim, não faz sentido falar em empoderamento de determinado segmento pelo setor público ou por uma

determinada ONG. Essas instituições podem agir proporcionando espaços e apoiando o grupo que se deseja empoderar em busca da construção desse empoderamento. No entanto, o empoderamento em si deve ser uma conquista endógena do grupo, que passará, então, a ter controle sobre os recursos que possui (podendo aumentá-los) e a utilizá-los de forma a possuírem autonomia frente ao Estado, ao mercado e à sociedade civil (Delgado, 2002).

Em meio à grande diversidade de organizações não governamentais existentes, é evidente que nem todas agem dessa forma. Muitas têm outras prioridades em seus trabalhos que não o empoderamento local, outras distorcem seus propósitos e outras ainda podem não se esforçar muito por alcançar seus objetivos. Daí enfatiza-se o valor de organizações verdadeiramente comprometidas.

2.7 Desenvolvimento rural: uma perspectiva

Ao escrever sobre desenvolvimento rural, alguns comentários se fazem necessários. Primeiro, trata-se de esclarecer o que é chamado aqui de desenvolvimento rural. Tal termo, que pode ser confundido com as várias modalidades de desenvolvimento amplamente discutidas pela literatura, se diferencia, em grande medida, por exemplo, daquilo que é entendido como desenvolvimento agrícola – que privilegia o setor produtivo agrícola e seu desenvolvimento (Navarro, 2001:86).

O mais importante aqui é deixar claro que a ruralidade é “um conceito de natureza territorial e não-setorial” e, por isso, desenvolvimento rural trata de um conceito “espacial e multissetorial” (Abramovay, 2000b:06). O meio rural apresenta algumas características, como a relação com a natureza e uma relativa

dispersão populacional, sem deixar, entretanto, de estabelecer relações com as cidades¹⁴.

Cabe ressaltar que a noção de desenvolvimento rural aqui apresentada não procura estimular a divisão rural-urbano hoje tão debatida. No entanto, adota aquela perspectiva de melhoria do bem-estar das populações rurais como seu objetivo final (Navarro, 2001). Procura privilegiar uma visão de desenvolvimento mais próxima àquela adotada por Sen (1999), segundo a qual o indivíduo deve ser sujeito do desenvolvimento que pretende para si. Nessa perspectiva, faz-se a opção de não aprofundar aqui as discussões sobre o caráter diferenciado que o meio rural apresenta atualmente, como um peso cada vez menor da atividade agrícola, uma maior diversificação produtiva e um aumento da integração rural-urbano. Procura-se adotar uma noção de desenvolvimento que parte do sujeito do campo.

Assim, adota-se a perspectiva de Bebbington (1999), segundo o qual um grupo social, para se desenvolver, deve buscar ampliar seu acesso a ativos de capital (capital humano, capital natural, capital produzido, capital cultural e capital social) de modo a empoderar-se e influir nas esferas de Estado, mercado e sociedade civil. Esses ativos são definidos da seguinte forma:

- a) capital produzido: recursos materiais tanto para uso produtivo como para uso doméstico (máquinas, equipamentos, instalações, insumos, móveis, eletrodomésticos, etc.), recursos financeiros (linhas de crédito, condições de financiamento, etc.) e recursos tecnológicos;
- b) capital natural: terra (quantidade e qualidade), água (rios, córregos, fontes, etc.), florestas, condições agroecológicas;

¹⁴ Para uma análise mais detalhada, ver Abramovay (2000b). Sobre o tema do desenvolvimento rural, ver ainda Navarro (2001), Veiga (2001a) e Graziano da Silva (2001).

- c) capital humano: níveis de instrução (educação formal, capacitações, etc.), condições de saúde e nutrição;
- d) capital social: a existência de normas de confiança e de reciprocidade entre os membros de uma comunidade e a criação de redes de coesão e de solidariedade dentro dela (Delgado, 2001:68), que favorecem a participação em organizações, segundo o tipo (econômicas, representativas, políticas, recreação/lazer) e a escala (locais, regionais, nacionais/internacionais);
- e) capital cultural: origens (étnicas, religiosas), tradições, crenças, costumes.

De acordo com essa noção, conforme a disponibilidade dos ativos e as características locais, a idéia de desenvolvimento pode ser diferente. Por isso, na ausência de um determinado recurso, o desenvolvimento pode ocorrer em detrimento de outro (como exemplo: o desenvolvimento econômico em detrimento dos recursos naturais). Por isso, as trajetórias de desenvolvimento não são fixas e podem mudar de acordo com o acesso aos ativos. Tais ativos são componentes que permitem uma ação instrumental (ganhar a vida), uma ação hermenêutica (dar sentido à vida) e uma ação emancipatória (mudar as relações com recursos e instâncias, levando ao empoderamento) (Bebbington, 1999; Basso et al., 2002).

Dois desses ativos muito importantes são os capitais cultural e social. O capital cultural atua não somente por meio da identidade (por exemplo, no caso de comunidades quilombolas que se reconhecem, organizam e lutam por seus direitos), mas também pelo aspecto de como as comunidades irão compor seus ativos, de acordo com a noção cultural que possuem de desenvolvimento. Assim, a mesma comunidade quilombola pode ter estratégias diferentes de lidar com

seus recursos para o desenvolvimento, comparada com uma comunidade da periferia urbana.

O outro ativo, o capital social, tem também bastante destaque, visto que favorece ao estabelecimento de relações de proximidade e associação que permitem a consecução de resultados positivos (Bebbington, 1999; Basso et al., 2002).

Outros aspectos sobre o capital social, na ótica de alguns autores, serão tratados a seguir.

2.8 Capital social: conceitos e suas aplicações

Nas análises recentes sobre o desenvolvimento local, o termo capital social tem estado constantemente presente, sendo, em alguns casos, considerado um ingrediente “milagroso” que conduziria ao desenvolvimento. Muitas vezes, o conceito é utilizado indiscriminadamente, chegando, às vezes, à banalização do seu conteúdo. Constata-se, assim, a necessidade de estabelecer um recorte ao se empregar o termo capital social, com o intuito de melhor aplicar suas contribuições.

Dessa forma, enfatiza-se o princípio de que o capital social seja utilizado num sentido produtivo, de uma ação que conduza ao desenvolvimento. É a partir desse recorte que se procura analisar o capital social, mais especificamente no recorte do desenvolvimento rural.

Entendido como laços de cooperação, solidariedade e reciprocidade existentes em um determinado grupo ou território, que permitem alcançar resultados que não seriam possíveis em sua ausência (Putnam, 1996), o capital social permite, então, pensar num novo enfoque ao desenvolvimento local, no meio rural.

Ao contrário do que o conceito pode sugerir, o termo capital social não se refere a nenhum ativo financeiro ou trabalho realizado socialmente, que

permita a acumulação de alguma quantia monetária. Ou seja, o capital social não diz respeito ao capital como dinheiro, mas, mais proximamente, ao capital como definido por Bourdieu (1979), como um conjunto de “recursos e de poderes efetivamente utilizáveis” (Abramovay, 2000a). Devido a esse aspecto, o capital social tem um sentido produtivo, pois os recursos e poderes que utiliza permitem alcançar resultados que não se constatariam, caso os laços de cooperação e solidariedade que cultiva não existissem (Abramovay, 2000a).

O capital social configura-se no princípio de que as pessoas não atuam individualmente, mas que podem estabelecer relações de cooperação, solidariedade e reciprocidade que permitem alcançar resultados positivos, principalmente com relação ao desenvolvimento local (Putnam, 1996). Partindo disso, o exemplo dado por Putnam com relação às cooperativas de crédito permite visualizar como o capital social, entendido como ações coletivas empreendidas solidariamente, pode atuar produtivamente com vistas ao desenvolvimento: suponha-se que uma determinada pessoa necessita de uma quantia de dinheiro para um determinado investimento ou para suprir uma determinada necessidade. Ela não possui esse recurso, mas, devido ao fato de possuir relações de proximidade, solidariedade e reciprocidade com outros indivíduos de sua comunidade, ele consegue formar um grupo, em que uma certa quantidade de pessoas contribui com uma pequena parte cada, conformando a quantia necessária e permitindo a ele suprir sua necessidade. A questão por trás desse exemplo simples está em compreender a seguinte questão: por quê esses indivíduos aceitaram se consorciar, mesmo sabendo que correriam o risco de que alguns dos participantes, depois que fossem contemplados com o consórcio, não contribuíssem mais? A resposta está no fato de que os laços de solidariedade e reciprocidade existentes dentro do grupo garantem o comportamento leal. Além disso, por fazerem parte de uma determinada comunidade, a ameaça de que um

deles venha a não contribuir pode fazer com que ele seja reprimido por meio de normas e sanções comunitárias, na maioria das vezes de valor moral.

Assim, o capital social não se personaliza no dinheiro conseguido, mas nas relações existentes entre o grupo, que permitiram conseguir aquele recurso. Mas, para além deste exemplo, o capital social pode permitir a consecução de resultados interessantes em diversos outros casos, como, por exemplo, em ações coletivas com vistas ao desenvolvimento rural.

Para Bebbington (1999), o debate sobre o capital social ajuda a perceber como atores se relacionam com outros atores das esferas de mercado, do Estado e da sociedade civil, de forma a alcançar seus objetivos, o que é um ponto importante, visto que tal relação afeta suas formas de acessar, reivindicar, defender e transformar seus ativos. Esse autor coloca três formas de expressão do capital social, que ocorrem no âmbito local, numa escala imediatamente mais ampla que o local, e na escala nacional. O capital social na escala local é numa forma de ação coletiva que une indivíduos de comunidades e permite uma participação mais efetiva em certas esferas, como a do mercado. Já o capital social na escala imediatamente mais ampla que a do local é constituído de organizações mais fortes, que possuem redes que as ligam a outros atores da sociedade civil e ou do governo, permitindo a maior participação em espaços de definição de regras da sociedade civil e do Estado, e a consecução de recursos maiores, como em embates ligados à expropriação de áreas comuns, na consecução de melhorias de infra-estrutura de transporte, etc. Por fim, o capital social em escala nacional envolve organizações regionais e nacionais que permitem o acesso à decisão de política em âmbito nacional (Bebbington, 1999)

Ademais de sua importância para o desenvolvimento, um grande desafio que se coloca quando se aborda o capital social diz respeito a como construí-lo em locais onde ele não está presente.

No âmbito comunitário, Jara (1999:54) afirma que o capital social “deve ser alimentado ou construído, assistido pela educação e comunicação, pela democratização da sociedade, pelos mecanismos de participação – a construção de redes sociais e alianças, as trocas e os contatos entre atores apoiados pela informação”. Tais ações devem ser alimentadas pelo sentimento de confiança, solidariedade, cooperação e reciprocidade, tendo como objetivo o bem comum, mesmo que esse não seja atingido.

Fox (1996) descreve como padrões de sinergia entre Estado e sociedade podem facilitar a criação de capital social. Assim, observa-se que, nas relações entre esses dois atores sociais, podem surgir conflitos que podem ser apoiados ou não por determinados setores do governo, mas que, dependendo de seu desdobramento, podem culminar na formação de capital social. Este autor escreve também sobre alguns pontos importantes na formação de capital social. Um deles é a necessidade de atentar para oportunidades políticas ideais para a construção ou a desconstrução de capital social (como o surgimento de conselhos, organizações locais, etc.). Enfatiza também que energias sociais e idéias podem potencializar ações positivas após a consecução de resultados negativos (como no exemplo de produtores que, após o insucesso com lavouras de alto uso de insumos industrializados, desenvolveram processos produtivos agroecológicos de sucesso). Fox chama a atenção, ainda, para a importância de organizações mais amplas (e não só de âmbito local) que possam superar a solidariedade local e proporcionar espaços de participação extra locais para comunidades locais ainda não organizadas (Fox, 1996).

Atenta-se, aqui, para esse último ponto citado por Fox. Suas proposições vêm ao encontro de constatações de diversos autores que têm alertado para o fato de nem sempre o ambiente local, municipal, ser o melhor espaço para a organização de iniciativas coletivas solidárias, articuladas, etc. Isso é atribuído, principalmente, ao fato do município ser uma instância de gestão adequada aos

projetos, mas, muitas vezes, abrigar uma estrutura de poder muito rígida e anti-democrática, que é contrária e desestimuladora de qualquer iniciativa de emancipação, sendo inadequada para o planejamento de ações e para o estímulo ao desenvolvimento (Abramovay, 2003).

Dessa forma, aspectos ligados ao capital social, sua formação e direcionamento ao desenvolvimento têm apontado para uma noção ampliada de desenvolvimento, que não aquela centrada apenas na comunidade, no município, mas num local expandido, comumente denominado de território. Em verdade esse aspecto do desenvolvimento vem sendo anunciado pelos pesquisadores do desenvolvimento rural há algum tempo. No próximo tópico são analisadas algumas de suas proposições.

2.9 Territórios

Os conceitos de território e de desenvolvimento territorial têm sido largamente utilizados pelos pensadores e pesquisadores do desenvolvimento rural no Brasil, que nele vêem uma nova forma de potencializar o desenvolvimento em regiões com características semelhantes.

Mas, ademais das oportunidades econômicas despertadas pelo apelo particular de produtos regionais ou que pertencem a um determinado território (bastante divulgadas como estratégia comercial), é importante ressaltar outros aspectos da noção de território que vão além da referência comumente utilizada, de um espaço geográfico delimitado, que pode encerrar características de solos, climas e condições ambientais semelhantes. Mais que isso, o território é formado também por relações sociais, costumes e culturas, e, como lembra Abramovay, “representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico” (Abramovay, 2000a:04).

Esse mesmo autor estuda o desenvolvimento enfatizando sua dimensão territorial, levando em consideração as organizações sociais existentes no território e sua importância para o desenvolvimento local por meio de ações cooperativas e da cidadania. Nessa linha de raciocínio, o desenvolvimento territorial funciona como uma tentativa de integração das potencialidades locais, pelo estímulo às organizações sociais existentes, de modo a favorecer a "construção" de um desenvolvimento com base em uma visão aproximada à de "capital social", partindo do "tecido social" existente, da promoção de ligações dinâmicas entre indivíduos, instituições e setores, e valorizando as tradições, os conhecimentos e a confiança locais.

Nesse sentido, Abramovay propõe a formação de pactos de desenvolvimento, no qual diversas forças locais seriam reunidas em torno de uma "idéia guia", participando da elaboração e execução do pacto, com base em um projeto que busque o desenvolvimento de atividades do território, atuando num tempo definido, com a mediação de uma entidade gerenciadora criada no âmbito do próprio pacto (Abramovay, 2000a). Tal pacto teria como objetivo unir forças e estimular aspectos estratégicos, como a educação, a comercialização de produtos locais, a diversidade da economia, o estímulo a iniciativas locais de desenvolvimento, etc.

Num outro trabalho, Beduschi Filho & Abramovay (2003) analisam uma experiência de desenvolvimento voltada ao território desenvolvida na Europa e denominada projeto Leader. Os autores apresentam, então, algumas lições, presentes no projeto e apontadas em seu relatório oficial. Uma dessas lições demonstra que o fortalecimento do conceito de território facilita projetos de desenvolvimento, visto que "modificam-se as percepções que os diferentes atores têm do espaço, facilitando as ligações entre as instituições e os atores a respeito de novas concepções e desafios. As políticas passam a ser definidas

segundo demandas de desenvolvimento e não mais demandas puramente administrativas” (Beduschi Filho & Abramovay, 2003:13).

Outra lição apresentada é a de que a identidade local pode ser reiventada, com base em alguns dos seus elementos, como forma de facilitar os processos de desenvolvimento.

Bourdieu (1989), ao desenvolver suas teorias sobre a idéia de região, discute aspectos importantes que podem trazer contribuições a essa questão, quando introduzidos na análise dos territórios. Segundo esse autor, o conceito de região parte de uma validade que é, em primeiro lugar, uma representação, e sendo representação, depende primeiramente do seu conhecimento e reconhecimento. Assim, para o reconhecimento de critérios objetivos de identidade regional (ou territorial), não se deve perder de vista que estes critérios são objetos de “representações mentais”, ou seja, atos de percepção e apreciação, de conhecimento e reconhecimento, nos quais os agentes ou habitantes locais investem seus interesses e pressupostos (como a língua, o sotaque, etc.) e também de “representações objectais” em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc. – ou mais proximamente à noção que temos de território: vestes, artesanatos e alimentos típicos, etc.). Os agentes investem ainda suas ações, visando determinar a forma com que os outros perceberão, através de suas representações mentais, estas propriedades ou os seus portadores (Bourdieu, 1989:112).

Tais propriedades podem ser apropriadas por seus portadores de acordo com interesses simbólicos (por exemplo, de afirmar sua etnia específica) ou materiais (como por exemplo, na valorização de um produto devido à produção em uma região característica), mas, só existem devido às representações sociais anteriores, não sendo fruto do ambiente físico em que se encontram e sim de construções sociais. Dessa forma, para Bourdieu, a região (regio) e suas fronteiras (fines):

“ .. não passam do vestígio apagado do acto de autoridade que consiste em circunscrever a região, o território (que também se diz fines), em impor a definição legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território, em suma, o princípio da di-visão legítima do mundo social” (Bourdieu, 1989:114).

O autor prossegue:

“Este acto de direito que consiste em afirmar com autoridade uma verdade que tem força de lei é um acto de conhecimento, o qual, por estar firmado, como todo o poder simbólico, no reconhecimento, produz a existência daquilo que enuncia...” (Bourdieu, 1989:114).

Não existem, então, critérios naturais de classificações das regiões, mas sim critérios com maior ou menor fundamento na realidade, segundo a maior ou menor semelhança entre seus elementos. As delimitações regionais nunca coincidem perfeitamente, visto que a realidade é social, nada tem de natural e a delimitação é fruto de uma imposição arbitrária que é, ao mesmo tempo, produto e produtora de diferenças culturais (Bourdieu, 1989). Por isso, para que a ciência construa critérios bem alicerçados na realidade, deve ter em mente que a delimitação é fruto do “estado da luta das classificações”, ou seja, do estado da relação de forças materiais e simbólicas entre os que desejam um ou outro modo de classificação (Bourdieu, 1989:115).

Para Bourdieu, o discurso regionalista visa legitimar a região em questão e possibilita seu conhecimento e reconhecimento. A eficácia deste discurso, denominado *performativo*, depende da autoridade de quem o proclama (o poder de impor uma nova divisão), mas também do reconhecimento, pelos membros deste grupo formado, em relação ao discurso de identidade e das propriedades econômicas e culturais que eles têm em comum.

Para além dos critérios objetivos (como a descendência, o território, o sotaque, etc.) existem as propriedades subjetivas (como o sentimento de pertencimento ao local – e poderiam ser acrescentadas ainda, normas e costumes não formais construídas em comum, etc.), que fazem parte das “...representações que os agentes sociais têm das divisões da realidade e que contribuem para a realidade das divisões”, fazendo com que o território seja realmente um espaço social diferenciado dos demais (Bourdieu, 1989: 120).

Portanto, o território ou região, mais que um apelo econômico, pode ser um importante espaço para valorização da cultura. Além disso, não tem validade apenas denominativa, ou seja, o território não existe apenas porque alguém o declarou assim. Localidades com condições ambientais bastante semelhantes podem ser designadas por governos ou pesquisadores como constituindo um território específico, mas, devido às suas características sociais, não se reconhecerem como tal. Quando isso acontece, a designação territorial deixa de ter sentido representativo e passa a ter sentido apenas figurado e, assim, não é capaz de mobilizar as forças sociais existentes em torno de um projeto comum, limitando-se apenas ao desenvolvimento de atividades isoladas (como a venda de um ou outro produto com apelo territorial).

Mas, se critérios equivocados de divisão territorial não trazem grandes benefícios ao seu desenvolvimento, do contrário, ou seja, quando os territórios são espaços que possuem representações objetivas, subjetivas e ativas realmente reconhecidas por seus agentes, a objetivação e a oficialização da região trazem à tona a particularidade e provocam sua manifestação, por meio da qual “o grupo prático, virtual, ignorado, negado, se torna visível, manifesto, para os outros grupos e para ele próprio, atestando assim a sua existência como grupo conhecido e reconhecido, que aspira à institucionalização” (Bourdieu, 1989:118).

Ao pensar políticas de desenvolvimento territorial voltadas à agricultura familiar que, como políticas para desenvolver visam prioritariamente a ação em regiões econômica e socialmente deprimidas, estas observações fazem bastante sentido. Ao ser identificado e afirmado como território particular, as forças sociais ali existentes e antes amortecidas deparam-se com a oportunidade de serem descobertas e de se descobrirem. A partir daí, podem buscar espaço de expressão e, como nos movimentos regionalistas descritos por Bourdieu (que surgem devido à estigmatização que sofrem dentro de um espaço), podem reivindicar sua existência devido às distâncias econômicas e sociais (e não regionais) que possuem do restante.

A dominação simbólica e econômica leva-os a almejar a liberdade (de escolher seus próprios caminhos e construir suas alternativas para o desenvolvimento) e o reconhecimento, por meio da afirmação do território, podendo aí realmente congregiar suas forças internas em busca de seus objetivos e aspirando sua institucionalização.

No entanto, para que isso aconteça é necessária uma dupla mudança de concepções. Primeiro, esses territórios têm de ser delimitados segundo suas forças reais, expressas em sua identidade cultural e não apenas segundo sua geografia e, segundo, os agricultores familiares ali existentes têm de ser considerados como sujeitos e não apenas receptores de políticas públicas, para que assim possam ser estimulados a atuar com vistas ao desenvolvimento.

Por isso, se proclama um movimento ao contrário em relação às políticas territoriais, chamando a atenção ao fato de que “não se trata mais de decidir para onde vão recursos já existentes e sim de criar recursos por meio de organizações que sejam significativas para os atores locais” (Beduschi Filho & Abramovay, 2003: 9).

Tais reivindicações se apóiam na constatação de que as políticas de desenvolvimento no Brasil sempre tiveram um caráter centralizado e sempre

atuaram para de distribuir, para as regiões menos dinâmicas, os frutos das regiões mais dinâmicas. Dessa forma, o governo atuou apenas de forma a decidir para onde iam os recursos e como poderiam ser distribuídas as iniciativas produtivas no país. Ao longo do tempo, observa-se que essa política apresentou eficiência limitada. Por um lado, proporcionou o desenvolvimento de certas regiões; por outro, causou nelas, na maioria das vezes, uma grande concentração de renda. Mais que isso, na maioria das vezes, não alcançou o resultado esperado e apresentou problemas, como o fato de não estar acessível à grande parcela da população brasileira (pois, em termos financeiros, são repassadas por bancos que exigem garantias, as quais boa parcela da população não pode dar) e de formar uma cultura de “espera”, na qual os governos locais e as forças que mobilizam, esperam que os governos estadual ou federal façam um determinado repasse de verbas por meio de programas, para resolver os problemas existentes (Beduschi Filho & Abramovay, 2003).

Essa proposta está também fortemente apoiada nas formulações de Veiga (2001b), que aponta para a necessidade de uma política de desenvolvimento territorial, na qual esteja envolvido o estímulo por parte dos governos federal e estaduais para que os municípios rurais se associem com o objetivo de valorizar seus territórios. Propõe também o apoio por parte desses governos aos projetos elaborados por consórcios intermunicipais, para que esses tenham condições de desenvolver seus planos. Isso significa não o repasse de dinheiro ao consórcio, mas um contrato entre governos e estes, no qual uma associação de municípios desenvolve um plano de ação e se compromete a realizá-lo junto ao governo. Este último, por sua vez, deve fornecer pessoal especializado para o apoio aos projetos e planos territoriais. O Contrato Territorial de Desenvolvimento (CTD) deve ser firmado, então, entre os planos que apresentarem maior potencialidade.

Isso implicaria entender a dinâmica cultural das comunidades e estudá-las com vistas a estimular conhecimentos e ações endógenas de desenvolvimento. Por isso, para que tais planos possam ser elaborados de maneira mais eficiente, é necessário que sejam criados zoneamentos mais precisos do que os existentes para o país. Portanto, é consenso que um dos mecanismos que podem ser eficientes para um bom zoneamento seja o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), que vem sendo realizado pelo Ministério do Meio Ambiente (Veiga, 2001b; Beduschi Filho & Abramovay, 2003).

Um exemplo de experiência voltada para o desenvolvimento territorial com base em zoneamentos é o que tem sido realizado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI/BA), em que são identificados territórios potenciais para o desenvolvimento rural no estado. Segundo relatório do projeto, o território “é o ambiente onde se executa um projeto político de desenvolvimento territorial”, sendo uma delimitação política que envolve atores diversos e instituições que podem ter interesses e idéias diferentes, mas que se articulam em busca de consensos sobre um projeto de desenvolvimento”. (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, 2003: 08)

O território, normalmente:

“É guiado por uma atividade/ação dominante, quase sempre econômica, mas não exclusivamente; e em torno dela, ou além dela, se desenvolvem outras, que beneficiam mais pessoas e novos ambientes. Para serem considerados territoriais, os projetos ultrapassam os limites municipais e não se restringem a uma única atividade/ação” (SEI, 2003: 8).

O ponto de partida é uma vinculação forte entre os projetos existentes numa região e sua capacidade de congregar ações positivas e desencadear processos que levem ao desenvolvimento. No entanto, observa-se que estes projetos são também ações desenvolvidas por uma organização, seja ela uma

associação, um conselho, etc. Por isso, o território identifica-se, em grande parte, pelas iniciativas nele presentes.

O governo brasileiro tem iniciado experiências de desenvolvimento territorial, utilizando os princípios dos Contratos Territoriais de Desenvolvimento que têm sido desenvolvidas pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério da Integração e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Uma delas tem sido a dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável (CONSADs), iniciada pelo Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar (hoje Ministério do Desenvolvimento Social) como parte das ações do Programa Fome Zero. O objetivo desses CONSADs é congrega as forças sociais de municípios com características rurais e baixa dinâmica econômica, em ações conjuntas, visando a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável, por meio do estímulo de atividades que buscam a formação de capital social, de capital humano, a agregação de valor nas cadeias produtivas sub-regionais e a modernização do setor público local (Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, 2003). Uma estratégia para isso é a identificação e apoio de projetos intermunicipais de desenvolvimento (PIDs): projetos que atuam em mais de um município; possuem boa sustentabilidade política, ambiental, social e econômica; atendem prioritariamente às categorias sociais mais fragilizadas; são consolidados numa trajetória consistente de ação; desenvolvem ações relativas à segurança alimentar e ao desenvolvimento local. Projetos Internacionais de Desenvolvimento (PIDs) formam a base para estabelecer parcerias importantes para a atuação dos CONSADs. Esses projetos estão, na maioria das vezes, vinculados a organizações territoriais de desenvolvimento (OTDs), ou seja, organizações que têm potencial de irradiação de sua dinâmica na promoção do desenvolvimento.

Em alguns casos, a organização territorial de desenvolvimento se resume ao próprio projeto intermunicipal de desenvolvimento, ou seja, a OTD consiste em um determinado projeto voltado, por exemplo, à organização de uma cadeia produtiva - como a do mel - em uma microrregião, seja pela formação de uma cooperativa ou uma associação, etc. Já em outros casos, uma mesma OTD pode ser base para o desenvolvimento de vários PIDs, possuindo projetos intermunicipais em diversas áreas de atuação, seja em relação à segurança alimentar, à conservação ambiental, à organização produtiva, entre outros. Nesses casos, uma OTD-líder normalmente atua em parceria com outras organizações, sejam elas da sociedade civil, como outras OTDs, ou do setor público.

Outra experiência que se identifica com os Contratos Territoriais de Desenvolvimento é a do Ministério do Desenvolvimento Agrário, na qual foi estruturada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, que tem como meta “apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a implantação e integração de políticas públicas” (Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, 2004). Por meio dessa secretaria, o MDA tem promovido ações territoriais, como no Projeto Territórios, projeto de desenvolvimento que pretende desenvolver ações em diversos territórios específicos pelo Brasil.

Tais iniciativas encontram-se no início, mas fazem parte de ações inovadoras, que pretendem operacionalizar, junto às políticas públicas, o conceito de território, da participação e do empoderamento local.

3 METODOLOGIA DO ESTUDO

3.1 Organizações territoriais de desenvolvimento

A utilização neste trabalho do termo Organizações Territoriais de Desenvolvimento (OTDs) não tem como objetivo cunhar mais uma sigla entre as tantas já existentes nas discussões sobre o desenvolvimento rural, mas sim enfatizar o caráter diferenciado das experiências estudadas, que pode trazer aspectos positivos para as políticas públicas de desenvolvimento rural.

Observa-se, recentemente, um processo de mudança nas políticas públicas voltadas ao meio rural. Além de estimular novos debates, como a necessidade de romper com a identificação exclusiva entre meio rural e atividade agrícola e de superar a tradicional divisão rural-urbano¹⁵, essas políticas têm apresentado ainda duas características principais.

A primeira delas diz respeito à grande atenção dada à participação da sociedade civil, que pode ser atribuída ao reconhecimento por parte dos governos de que, frente à crise fiscal e às desigualdades sociais presentes no país, a tarefa a ser desenvolvida na busca do desenvolvimento torna-se demasiadamente difícil, necessitando, então, de novas formas de implementação de políticas públicas. Além desse aspecto, essa maior abertura para participação tem também como motivador um outro elemento: o crescimento da reivindicação por parte da sociedade civil organizada, por meio dos movimentos sociais e de organizações do chamado ‘terceiro setor’¹⁶, pela elaboração de políticas de desenvolvimento que respondam às necessidades das populações excluídas, expressem suas demandas e contem com sua maior participação tanto na elaboração quanto na execução, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos.

¹⁵ Sobre o assunto, consultar Graziano da Silva (1997; 2001) e Veiga (2001a).

¹⁶ Sobre o Terceiro Setor e as políticas públicas, ver Teodósio (2002).

Uma segunda característica trata da tendência à implementação de políticas e projetos assentados, não mais em uma base municipal, paroquial, mas sim em uma representação mais ampla, microrregional. Essa característica pode ser creditada a fatores, como a forma mais abrangente como determinados problemas se expressam - por exemplo, em questões ambientais ligadas à água e à biodiversidade, que não respeitam a fronteira divisória dos municípios – não podendo ser resolvidos de forma isolada; o compartilhamento de problemas e potenciais apresentados por populações integrantes de um determinado território - como aqueles relacionados à escala de produção e à comercialização -, que se tornam mais facilmente resolvidos ou estimulados de forma conjunta, e à percepção de que, localmente, as forças dominantes, conservadoras, exercem maior poder sobre os espaços de discussão e projetos implantados, dificultando a realização de programas emancipadores e a real representação de setores marginalizados nesses espaços¹⁷. Disso se depreende que, em uma abrangência maior, territorial, torna-se mais difícil a expressão dessas forças conservadoras que, fora do município, encontram maior resistência em debelar a articulação da sociedade civil organizada, fortalecida pela união de experiências mais e menos empoderadas.

Essas duas características anteriormente comentadas, se, por um lado, ampliam o foco e trazem elementos importantes para as políticas de desenvolvimento rural, por outro trazem consigo também alguns desafios. Reunir representantes de interesses locais não é uma tarefa muito simples, mas

¹⁷ Autores, como Leal (1978) e Martins (1994), falam do poder exercido por oligarquias rurais ao longo da vida política brasileira. Diversos trabalhos demonstram esses efeitos em relação aos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), apontando problemas que vão desde a escolha dos representantes no conselho, passando pela forma de elaboração dos planos municipais, pelo modo como decisões são tomadas no conselho, pela maneira com que recursos e equipamentos administrados pelo conselho são utilizados, etc. Sobre o tema, ver Abramovay & Veiga (1999); BRASIL (2002); Cazella et al. (2002); Romano & Delgado (2003).

já rotineira nas políticas públicas brasileiras. Esses representantes, quando munidos de boas intenções, na maioria das vezes conhecem a realidade do município em que vivem, percebem suas demandas e sua realidade, e contribuem para realizar a ligação entre a sociedade local e as políticas públicas. Mas, em outras ocasiões, tais representações podem não apresentar um grande envolvimento ou identificação com as demandas de grupos como a agricultura familiar.

Se garantir a participação de representantes comprometidos nos municípios já pode ser complicado, quando se trata de projetos territoriais, a dificuldade para encontrar interlocutores, comprometidos, com conhecimento regional, se torna maior. A união de representações municipais nesses projetos, além de formar um quebra-cabeça de realidades e demandas locais, pode, quando desprovida de qualidade, deixar um hiato entre política e população local. Por isso, a presença de atores com conhecimento regional e, mais que isso, com abrangência e poder de mobilização regionais, traz elementos bastante valiosos para essas políticas, auxiliando tanto na formatação de ações mais integradas, como na expressão dos interesses de bases dispersas entre os municípios.

Essa é a principal justificativa para se adotar aqui o termo Organizações Territoriais de Desenvolvimento, ou seja, para que se possam evidenciar organizações que possuem uma atuação territorial na agricultura familiar e que, devido a isso e à natureza da ação que realizam, trazem consigo experiências e articulações com grande potencial de contribuição para políticas de desenvolvimento de enfoque territorial.

3.2 Tipos e técnicas de pesquisa utilizados

Para a realização desse estudo foi utilizada uma metodologia de cunho qualitativo que, segundo Godoy (1995), destaca-se entre as possibilidades de

estudar o ser humano e suas complexas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes. Para esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual faz parte, devendo ser analisado numa visão integrada. Pelo fato de não apresentar uma rígida estrutura, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos com novos enfoques.

Bogdan & Bikken (1994) sistematizaram cinco características da investigação qualitativa. A primeira delas é que, neste tipo de investigação, se atribui grande importância ao ambiente natural em que ocorre o fenômeno estudado. Nesse sentido, os pesquisadores acompanham, sempre que possível, os sujeitos investigados em seu local de origem, conscientes de que as ações podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência, partindo do pressuposto de que o comportamento humano é influenciado pelo contexto em que ocorre.

Uma segunda característica da pesquisa qualitativa é que ela é descritiva, sendo seus dados expressos em forma de palavras ou imagens, não em números. Os pesquisadores procuram analisar toda a riqueza existente nos dados, frequentemente utilizando citações e narrativas, com o objetivo de demonstrar o significado nelas expressas.

Um terceiro aspecto diz respeito ao fato dessa pesquisa centrar-se mais nos processos que nos resultados, ou seja, além de identificar determinada interpretação, busca entender como ela foi construída e os fatores subjetivos que fizeram com que determinado ator adotasse determinada postura em relação àquele assunto específico.

O quarto aspecto é que os pesquisadores geralmente possuem uma relação com seus dados e estes atuam de forma a induzi-lo rumo a um determinado estudo. O pesquisador não parte de uma hipótese pronta e procede seu teste, mas sim determina um assunto no qual tem interesse em se aprofundar

e , à medida em que vai tendo contato com este assunto, vai afunilando sua investigação e inserindo novos aspectos para a pesquisa.

Por fim, os citados autores enfatizam a importância que tem o significado para a abordagem qualitativa, preocupando-se em como as pessoas dão sentido às suas vidas e em entender as perspectivas dos participantes. Dessa forma, *“a investigação qualitativa faz luz sobre a dinâmica interna das situações, dinâmica esta que é frequentemente invisível para o observador exterior”* (Bogdan e Bikken, 1994: 51).

Assim, a pesquisa adotou a perspectiva de “estudos de caso”, em que o “objeto” é uma determinada unidade (seja ela uma pessoa, uma organização ou uma comunidade, etc.) a qual se analisa em profundidade (Triviños, 1987).

A escolha dos casos a pesquisar foi feita de acordo com alguns critérios de interesse para o estudo. Optou-se pela análise de organizações que atuam no apoio à agricultura familiar, possuem uma área de ação mais ampla que o município e uma trajetória de trabalho consolidada. É fundamental deixar claro que, no amplo universo das organizações não governamentais, decidiu-se por estudar organizações comprovadamente respeitadas, apresentando reconhecimento por parte de segmentos da sociedade civil e do setor público. Um elemento decisivo foi a origem dessas experiências. Ambas possuem sua gênese na organização da agricultura familiar, por meio da ação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. A escolha das duas OTDs estudadas se deu por julgamento, ou seja, pela facilidade de acesso, pela expressão que essas organizações apresentam em seu meio e pelo interesse em pesquisar experiências em regiões diferenciadas.

O Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV) tem sede no município de Turmalina, MG, no Alto Jequitinhonha, região conhecida pela sua baixa dinâmica econômica. O Vale do Jequitinhonha apresenta vegetação de cerrado e sofre com a degradação ambiental, dos solos e das águas. Já a

Associação Regional de Trabalhadores Rurais da Zona da Mata Mineira (Associação Regional) localiza-se na Zona da Mata mineira, região que apresenta vegetação de mata atlântica e características de solo e clima bem diferenciadas das do Vale do Jequitinhonha. No entanto, as duas experiências chamam a atenção pela representatividade de seus trabalhos junto às bases e pelas metodologias desenvolvidas e adotadas.

Buscou-se analisar diversos aspectos das OTDs pesquisadas, visando compreender o sentido que os técnicos, dirigentes e agricultores(as) nelas envolvidos dão às suas ações e às de outros atores sociais. Para isso, foi usada a triangulação de dados, que tem como objetivo “abrange a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo” (Triviños, 1987:138), por meio da análise de aspectos centrados no “objeto” da pesquisa, na sua relação com o ambiente ao seu redor e na estrutura macrossocial, econômica e cultural na qual ele está inserido.

Para a coleta de dados foram utilizados questionários semi-estruturados, utilizando-se também da observação não participante, em momentos como confraternizações, reuniões com o poder público municipal, com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, com grupos de trabalho dos quais participam as organizações estudadas, entre outros. Os dados foram sistematizados em caderno de campo. As entrevistas foram, sempre que possível, gravadas e transcritas, permitindo uma maior riqueza de dados para análise e elaboração do relatório de pesquisa/dissertação.

Foram realizadas duas visitas, com duração média de cinco dias, a cada uma das experiências. De início procurou-se conhecer as características gerais dessas organizações, como os municípios, os tipos de público e parcerias com as quais atuam, principais linhas de ação, etc. Posteriormente, foram aprofundados os temas de interesse da pesquisa. Também foi utilizada a análise documental, por meio de atas de reuniões, folhetos de divulgação, etc., por meio dos quais se

pode acessar informações sobre o estatuto jurídico das organizações estudadas, suas dinâmicas de funcionamento, etc. Essa pesquisa documental não se deu de forma intensa, apesar da riqueza de informações disponíveis, visto que foi privilegiado o contato com os representantes e agricultores vinculados a essas Organizações Territoriais de Desenvolvimento.

No total, realizaram-se 28 entrevistas, distribuídas pelos municípios de Turmalina, Minas Novas e Leme do Prado, no alto Jequitinhonha e Tombos, Divino, Espera Feliz e Arapongas, na Zona da Mata mineira. Foram entrevistados o coordenador da equipe, onze técnicos e cinco agricultores ligados ao Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica, além do técnico da Emater do município de Turmalina e de um representante do poder público desse município. Já na Associação Regional de Trabalhadores Rurais da Zona da Mata Mineira, devido ao fato de se tratar de uma organização que congrega sindicatos, além de seus três coordenadores de área, foram entrevistados cinco representantes de sindicatos ligados a ela e também um técnico de uma organização parceira. Nesse caso, o contato com agricultores(as) se deu informalmente, durante algumas atividades presenciadas.

A diferença no número de entrevistados entre as duas organizações se deve ao fato de que o CAV possui uma maior quantidade de técnicos, que se dividem pelas áreas de trabalho da organização. Dessa forma, foi possível realizar entrevistas em grupo, com três ou quatro técnicos de uma mesma área de trabalho juntos, falando sobre o tema a investigar. Já na Associação Regional isso não ocorre, visto que a organização possui três coordenadores de área, que não estão localizados em um mesmo município, dificultando as reuniões em conjunto.

A receptividade por parte de ambas as organizações em relação ao trabalho foi muito boa. A partir do contato inicial demonstraram-se interessadas e abertas a contribuir com a pesquisa. Um obstáculo enfrentado foi a dinâmica

acelerada dos trabalhos dessas OTDs, que dificultou uma maior disponibilidade dos técnicos e dirigentes para as entrevistas. No entanto esse problema foi resolvido por meio de agendamentos antecipados e da preciosa colaboração dos entrevistados. As entrevistas com técnicos e representantes sindicais ocorreram nas sedes das organizações pesquisadas ou nos sindicatos dos municípios visitados, mediante agendamento prévio. Para a entrevista com os agricultores, também foi feito o contato com antecedência, com o apoio da OTD. As entrevistas aconteceram na propriedade desses agricultores, tendo, em apenas um caso, sido realizada no município de Turmalina.

Os agentes entrevistados possuem um perfil bastante diferenciado. Uma pequena parte dos técnicos tem formação de nível superior, outra, o segundo grau com formação técnica e outros, ainda, escolaridade fundamental. A maior parte dos entrevistados tem origem local ou da região em que atuam as organizações e possuem vínculos com a agricultura familiar. Apesar da diferença de formação, demonstram um perfil bastante uniforme em relação à informação. Participam do cenário político local, de espaços de discussão dentro e fora do município em que estão, de cursos de formação, etc., possuindo uma visão ampla de mundo e um conhecimento de sua realidade bastante apurado. Esse perfil associa-se, na maior parte dos casos, a um histórico de atuação nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e no movimento sindical, ambos espaços em que são valorizadas metodologias participativas de reflexão e formação de agricultores(as).

4 ORGANIZAÇÕES TERRITORIAIS DE DESENVOLVIMENTO E SUA ATUAÇÃO

Alguns esclarecimentos são necessários antes da apresentação dos resultados da pesquisa. Aqui são sistematizadas as contribuições que as organizações estudadas trazem para o desenvolvimento rural, especificamente para a agricultura familiar, como a atuação delas contribui para o empoderamento e construção de capital social entre esses agricultores(as), além de refletir sobre aspectos de sua atuação nas políticas públicas territoriais e de gestão social em destaque na atualidade.

Tal discurso corre o risco de parecer unilateral, com um enfoque otimista, em detrimento das dificuldades, desafios e derrotas também existentes pelo caminho. No entanto, cabe enfatizar que o que esse estudo pretende é avaliar os pontos positivos da atuação dessas organizações, sem, entretanto, deixar de se preocupar com um olhar crítico para distinguir realmente os benefícios ou não dos trabalhos realizados e sempre atento aos perigos do romantismo.

4.1 O CAV

O Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV) está localizado no município de Turmalina, no alto vale do Jequitinhonha, Minas Gerais (Mapa no Anexo A). Essa região, situada acima da foz do rio Araçuaí, tem sua paisagem caracterizada por grandes extensões de terras planas - as chapadas - contrastando com suas vertentes - as grotas - região de terras férteis, onde se encontram diversas nascentes. (Ribeiro, 1996).

Devido às condições de fertilidade e disponibilidade de água, os agricultores ocuparam historicamente as áreas de grotas, nela plantando suas “roças de toco”. Já nas chapadas, desenvolveram formas elaboradas de manejo

das áreas “comuns”¹⁸ de florestas para coleta de frutos, madeiras, flores, barro, etc., e das áreas de pastagens naturais, para a criação de gado bovino e outros animais.

A partir da década de 1970, iniciou-se a implantação, pelo Estado, de políticas públicas de desenvolvimento para a região, dentre elas a de reflorestamento com eucaliptos para a produção de carvão. Grandes empresas receberam a concessão das terras de chapada (que são planas e mecanizáveis) para plantar seus eucaliptais e, posteriormente, produzir madeira para o abastecimento de siderúrgicas e outras indústrias. Dessa forma, gerariam emprego, renda, movimentação econômica e, conseqüentemente, desenvolvimento no Alto Jequitinhonha.

Ao ocuparem as chapadas, as empresas reflorestadoras desalojaram de seu local uma grande quantidade de produtores que dela se utilizavam, causando grandes prejuízos. Sem as áreas “comuns”, muitos agricultores ficaram sem locais para coleta e criação de animais. Tiveram que “espremer” suas atividades nas áreas de grotas, geograficamente reduzidas, o que trouxe conseqüências ambientais graves, como a superutilização e conseqüente queda de fertilidade dos solos, o assoreamento de áreas e levou a resultados sérios, como a seca de nascentes, a falta de água, migração e êxodo rural. Além disso, a cultura do eucalipto, com sistemas radiculares profundos e grande capacidade de absorção de água, trouxe um agravante aos problemas, contribuindo para o secamento de nascentes e derramando produtos tóxicos nos solos e águas. A quantidade de emprego gerada não foi importante, pois a cultura só exigia maiores quantidades de trabalho em sua fase de implantação e, por longos períodos, grandes áreas de eucalipto permaneceram intocadas, devido à queda da demanda pelo carvão, por

¹⁸ As áreas comuns são aquelas onde o manejo dos recursos naturais pode ser feito por um determinado grupo de agricultores(as), de acordo com normas entre eles acordadas, sem a existência de um proprietário privado que controle o acesso. Sobre o tema ver Ostrom (1996) e Diegues (1995).

parte das indústrias. Atualmente, o Alto Jequitinhonha possui uma situação ambiental delicada, enfrentando problemas com solos e águas (Ribeiro, 1996).

Outra característica do alto Jequitinhonha são as migrações, sazonais ou definitivas. Mesmo sendo incontestável o controle da terra na maior parte das comunidades rurais, a migração é associada, principalmente, às condições de produção agrícola, ao meio ambiente e à reprodução da população.¹⁹

Este controle das terras se deu a longas penas, devido aos diversos problemas enfrentados com a grilagem de terras. No entanto, esses processos não foram observados sem reação. A partir da década de 1970, a Igreja Católica já começava a atuar naquela região, estimulando as reflexões comunitárias e os trabalhos com as Comunidades Eclesiais de Base. Dessa ação começaram a surgir os movimentos organizados de agricultores, como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, que apoiaram a agricultura familiar contra os desmandos dos fazendeiros, que ameaçavam expulsar agricultores de suas áreas. Um exemplo marcante foi o da comunidade de Mato Grande e São Miguel, em Turmalina, onde o agricultor e sindicalista Vicente Nica e seus companheiros travaram uma grande luta judicial pela permanência em suas terras, contra a grilagem fazendeira²⁰.

No correr dos tempos, o movimento organizado dos agricultores foi se expandindo, dando origem a outras estruturas, como é o caso do CAV.

O CAV é uma organização não governamental sem fins lucrativos, que atua diretamente em cinco municípios: Turmalina, Veredinha, Leme do Prado, Chapada do Norte e Minas Novas. No entanto, por meio da participação como Unidade Gestora Microrregional (UGM) do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC), chega a outros 18 municípios, do Alto, Médio e Baixo

¹⁹ Sobre as migrações no Jequitinhonha, consultar Ribeiro (1996) e Ribeiro et al. (2003). Sobre sistemas de lavouras, ver Boserup (1987).

²⁰ Sobre a luta camponesa no alto Jequitinhonha, ver Alves et al. (1993).

Jequitinhonha em Minas Gerais: Almenara, Araçuaí, Berilo, Cachoeira do Pajeú, Comercinho, Curral de Dentro, Felisburgo, Francisco Badaró, Itaobim, Itinga, Jequitinhonha, Jenipapo de Minas, Jordânia, Medina, Pedra Azul, Rio do Prado, Santo Antônio do Jacinto e Virgem da Lapa.

O objetivo do CAV é apoiar os agricultores e agricultoras familiares do vale do Jequitinhonha, principalmente do alto vale, por meio de ações de conservação dos recursos naturais, produção agroecológica e comercialização de produtos para geração de renda. Outro objetivo é influenciar as políticas públicas, por meio da demonstração de experiências inovadoras, buscando o reconhecimento e difusão de tecnologias sustentáveis por meio de órgãos e poderes públicos. Para isso, tem suas ações divididas em quatro setores de trabalho: sistemas agroflorestais (SAFs), água e nascentes, comercialização e economia popular solidária, gênero.

O CAV surgiu do trabalho realizado pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Turmalina junto aos lavradores(as) do município. A história da organização começa na década de 1980, quando o STR percebia uma expressiva saída de agricultores(as) do campo. Nessa época, o Sindicato realizava doações de sementes de milho e amendoim para o plantio pelos agricultores, com o objetivo de garantir sua produção e sustentabilidade em suas terras, mas ainda assim verificava o êxodo. Convencido de que se tratava de um problema de acesso a tecnologias para produção, o Sindicato começou a pleitear mais atenção junto aos governos, buscando assim melhores tecnologias (como sistemas de irrigação) e recursos para compra de insumos (adubos, corretivos do solo, etc.). Na década de 1990, o STR de Turmalina consegue apoio, com o auxílio do CeVi (Centro di Volontariato Internazionale), para a implantação de uma lavoura modelo, utilizando sementes melhoradas, adubação, irrigação e acompanhamento técnico. No primeiro ano de plantio, observam uma boa produtividade na lavoura. No entanto, ao realizarem os cálculos entre despesas e

ganhos, percebem que os investimentos haviam sido maiores que os retornos obtidos com a venda da produção.

No segundo ano de plantio, esperavam um aumento da colheita, mas, devido ao fato das terras utilizadas para a lavoura serem de ocupação antiga, já bastante utilizadas, o que observaram foi uma produção ainda menor. Além disso, devido às mudanças climáticas que vinham ocorrendo na região, com um período sem chuvas bastante alongado, a água utilizada para a irrigação tornou-se insuficiente. Perceberam, então, que a região possuía características específicas e que os agricultores(as) estavam tendo que deixar o campo devido à baixa produtividade causada pelo “cansaço” das terras e pelas mudanças no clima e que, mesmo com crédito e tecnologias “modernas”, não conseguiriam produzir utilizando a forma convencional de agricultura disseminada pela “Revolução Verde”. Começaram, então, a buscar alternativas produtivas para a agricultura familiar.

Dessa busca, surge o CAV, fundado em 1994, cujo nome é uma homenagem ao conhecido agricultor e sindicalista Vicente Nica que há tempos alertava a população do alto vale sobre os efeitos nocivos da degradação ambiental para a produção e para a sustentabilidade das populações locais.

O primeiro trabalho desenvolvido pelo CAV foi com os chamados sistemas agroflorestais, um sistema de manejo diferenciado, no qual se procura restabelecer o equilíbrio ecológico dentro de uma determinada área, por meio do plantio de espécies de plantas pioneiras, secundárias e terciárias²¹, que vão se desenvolvendo aos poucos e por meio de podas controladas fornecem matéria orgânica - que além de proteger a terra, se converte em nutrientes ao solo -, levando assim a um aumento gradual de sua fertilidade. Nos sistemas agroflorestais, são plantadas, em conjunto, espécies nativas (que serão podadas e

²¹ Esse sistema procura reproduzir em tempo menor a sucessão natural das plantas em um determinado ambiente.

fornecerão a matéria orgânica), e plantas cultivadas, como frutíferas, cereais, leguminosas, etc., que garantirão uma produção ao agricultor(a).

Nesse primeiro momento, o CAV contou com o auxílio de um especialista na área, o pesquisador suíço Ernest Goest que, há tempos, desenvolve trabalhos com os sistemas agroflorestais, pesquisando melhores formas de manejo em mata atlântica, na Bahia. Os conhecimentos passados por Goest foram de grande importância para que o CAV pudesse compreender essa nova forma de usar a natureza como aliada da agricultura, e de manejar o meio para conseguir melhores resultados para ambos, natureza e agricultor(a).

No início das atividades com os SAFs, técnicos do CAV iam até as comunidades e apresentavam esse novo sistema de cultivo, denominado de ‘roça alternativa’ (SAF). A partir dessa apresentação, os agricultores interessados em desenvolver os SAFs eram orientados a procurar o CAV em sua sede e passavam por cursos de capacitação - realizados duas vezes ao ano -, nos quais eram discutidos temas como a sucessão florestal, importância da matéria orgânica para as plantas e realizadas visitas à área de experimentação mantida pela organização. Esses agricultores, após capacitados, tornavam-se monitores, implantando uma área de experimentação e demonstração para o desenvolvimento do sistema agroflorestal em sua propriedade, com o acompanhamento técnico do CAV.

Mas, como as pesquisas de Goest eram realizadas em uma região com características ambientais diferentes, em ecossistema de mata atlântica, alguns de seus ensinamentos não se adaptaram bem ao ecossistema de cerrado presente no Alto Jequitinhonha. Assim, num primeiro momento, os sistemas agroflorestais implantados em Turmalina tiveram dificuldades em se estabelecer. Da avaliação desse processo, a equipe do CAV e os agricultores envolvidos decidiram dar um importante passo, permitindo maior abertura para pesquisas locais. Estimulou-se então que os produtores interferissem no sistema

agroflorestal experimental que estavam implantando, da forma que achassem adequada, de acordo com suas experiências práticas.

Por isso, desde o início, os monitores foram figuras-chave na ação, experimentando, pesquisando os sistemas agroflorestais e atuando como multiplicadores dessa experiência. Esse fator multiplicador ocorre por meio do efeito demonstrativo que a área exerce, mostrando, na prática do dia-a-dia, o funcionamento e os efeitos dos SAFs para agricultores vizinhos. Também são realizados dias de campo nas propriedades dos monitores, para os quais são convidadas suas comunidades. Os monitores contribuem, assim, com o conhecimento técnico adquirido, em eventos de trocas de experiência entre si e participam de eventos diversos, divulgando tais experiências.

Dessa relação com o conhecimento local surgiram sistemas mais adaptados, que passaram a apresentar melhores resultados. Passaram, assim, a refletir sobre alguns dos princípios dos SAFs e decidiram, por exemplo, auxiliar os plantios iniciais com a utilização de calcário e fosfato natural. Perceberam também que o plantio com sementes, muito utilizado por Goest na Bahia, onde existe uma precipitação maior, não era muito adequado para o clima quente do Alto Jequitinhonha, onde as plântulas recém-germinadas eram queimadas pelo forte sol. Começaram, então, a se dedicar à produção de mudas e à implantação de viveiros, para subsidiar os plantios.

Em 2004, além da preocupação com a recuperação da fertilidade dos solos, o CAV tem voltado suas atenções também para o aspecto produtivo dos SAFs. Num primeiro momento, preocuparam-se mais com a conservação e recuperação ambiental. Agora, buscam auxiliar os agricultores no plantio de novas culturas e no desenvolvimento do potencial produtivo de sua propriedade, de forma sustentável.

Paralelamente a essa caminhada, o CAV já tinha a consciência de que, além de encontrar sistemas produtivos adequados à região, era importante

realizar o processamento dos produtos da agricultura familiar e sua inserção em mercados para comercialização. Por isso, desde o início das atividades, a organização também buscou alternativas para a agregação de valor à produção familiar, como a desidratação de frutas em secadores artesanais e a melhoria dos processos produtivos de derivados da cana, como a rapadura e a cachaça, etc.

As ações ligadas à comercialização e à qualidade da produção foram acompanhadas pelo Setor de Comercialização e Economia Popular Solidária (EPS). Para essas atividades foram organizados Grupos de Trabalho (GTs): uma alternativa encontrada pela equipe da organização para resolver o problema da necessidade de acompanhamento produtivo de vários agricultores e da diversidade de seus interesses. Nos GTs são feitas nas quais onde os produtores expõem seus problemas produtivos, são debatidas alternativas e apresentadas experiências realizadas pelos próprios agricultores, ou desenvolvidas em outras localidades; também são debatidos temas como qualidade e apresentação dos produtos, entre outros. A partir dessas reuniões, são elaborados planos de ação, com visitas, capacitações, dias de campo, etc.

Primeiro, foram formados os GTs nos temas de gado de corte, fruticultura, apicultura e cana-de-açúcar, no município de Turmalina e iniciaram-se atividades com base nas demandas desses grupos. Aos poucos, os dois primeiros grupos foram se enfraquecendo. Nos outros dois, o resultado começou a fluir, a se organizar e começaram a surgir pessoas de outros municípios, como Leme do Prado e Veredinha para participar das reuniões em Turmalina. Perceberam que havia outros agricultores nesses municípios que também estavam interessados em participar. Começaram, então, a organizar GTs de apicultura em Leme do Prado e de apicultura e cana-de-açúcar em Veredinha, que estão em funcionamento.

O CAV realiza também a venda em conjunto da produção da agricultura familiar, principalmente de açúcar mascavo e mel. Os produtos são

aconicionados em embalagens adequadas, sendo realizados contatos com compradores em Minas Gerais e em outros estados, como São Paulo e Rio de Janeiro. Visando conseguir uma maior diversificação, o CAV adquiriu uma máquina para embalar o mel em sachês. Para auxiliar no processo de comercialização, desenvolveu uma marca, a ‘Bom sem Base’, inspirada na expressão local que designa qualidade elevada. A marca integra todos os produtos vendidos no varejo, como o mel em sachê e potes, a própolis, a cachaça, o açúcar mascavo e as frutas desidratadas.

Com o decorrer das atividades, as ações com apicultura se expandiram de tal forma que decidiram – agricultores e técnicos do CAV – por criar uma Associação, a Associação dos Apicultores do Vale do Jequitinhonha (AAPIVAJE), que, no início, foi formada por agricultores dos cinco municípios em que o CAV tem maior atuação, mas que, em 2004, congrega apicultores de outros sete municípios, como Berilo, Virgem da Lapa, Francisco Badaró, Capelinha, Carbonita, entre outros.

Por meio da participação no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Turmalina, o CAV conseguiu, em parceria com os agricultores, a construção de um galpão para armazenamento dos produtos. A organização reúne os produtos, faz a consulta do preço de mercado e com o aval dos produtores realiza a venda, repassando o dinheiro ao agricultor. No caso da AAPIVAJE, o CAV auxilia nesse processo, realizando um desconto de 2% do valor da venda, que é usado para cobrir despesas de telefone, computador, etc., e tem suas sobras destinadas à formação de um caixa para a Associação. No ano de 2003, foram vendidas cerca de 30 toneladas de mel em conjunto e, até a época de realização dessa pesquisa, no mês de outubro, algo em torno de 20,5 toneladas no ano de 2004.

Uma outra atividade desenvolvida pelo CAV é o acompanhamento e intervenção na feira livre de produtores rurais do município de Turmalina. A

partir de um diagnóstico realizado em parceria com o Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar Justino Obers, da Universidade Federal de Lavras, percebeu-se a importância da feira como mercado local para a geração de renda e socialização dos agricultores(as). Em parceria com organizações, como o Instituto Marista de Solidariedade, Cáritas Regional de Minas Gerais e Prefeitura Municipal de Turmalina, tem sido realizadas melhorias na feira, de acordo com reivindicações dos feirantes e buscada uma melhor apresentação e divulgação dos produtos. Outras atividades realizadas são o acompanhamento ao grupo de trabalho em horticultura - que reúne cerca de 60 feirantes que cultivam hortaliças - e a assistência técnica a esses produtores. Essa ação é voltada à organização dos agricultores e à utilização de técnicas de produção agroecológicas. A partir da atuação em Turmalina, tem sido realizadas ações na feira livre do município de Minas Novas, em parceria com a Prefeitura Municipal e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável desse município, a convite destes.

Outra linha central está nas atividades voltadas à conservação de águas e nascentes. Essa ação, iniciada mais fortemente a partir do ano de 1998, partiu da constatação da diminuição das águas das chuvas e do secamento de córregos e nascentes, relacionados a fatores como o desmatamento, queimadas, pastejo excessivo, cultivo de monoculturas extensivas, etc. A falta de água traz dificuldades ou até mesmo inviabiliza os cultivos agrícolas e a criação de animais altera a rotina das famílias – principalmente das mulheres, que geralmente buscam a água, quando falta – e, em alguns casos, compromete até mesmo sua permanência no campo. Desenvolvem assim atividades de reflexão e sensibilização em relação à conservação ambiental, seminários e reuniões com órgãos públicos ligados ao meio ambiente e com empresas reflorestadoras, além de atividades práticas, de cercamento de nascentes e construção de bacias de contenção e mini-barragens para armazenar as águas da chuva e permitir sua

infiltração no lençol freático, impedindo sua perda através da formação de enxurradas.

Outra área de atuação diz respeito às mulheres e as relações de gênero, que tem sido realizada de forma mais cautelosa. Existem grupos de mulheres nos municípios de Turmalina, Veredinha e Leme do Prado, voltados para atividades de capacitação e geração de renda, em temas como produção de conservas, compotas e doces, produção de remédios naturais, produtos de limpeza, saúde da mulher, entre outros. Têm procurado inserir a discussão de gênero em todos os trabalhos da organização, porém, de forma cuidadosa para evitar disputas ou conflitos.

O CAV atua ainda com a assessoria ao “Grupo do Nico”, grupo constituído de agricultores familiares dos municípios de Minas Novas e Leme do Prado. A organização incorporou à sua equipe o técnico que prestava assistência aos produtores do grupo. Essa é uma nova experiência, de ter pessoas de referência com formação técnica para fornecer acompanhamento a uma determinada microlocalidade. A partir disso, está sendo estudada a proposta de fazer o acompanhamento aos produtores por pólos, atendendo a uma microrregião do município, com um técnico inserido na comunidade. O papel desse técnico seria o de disseminar e ampliar as ações do CAV naquela microrregião, procurando inverter a situação de exclusão à assistência técnica que a maioria das comunidades experimenta. Por meio dessa assistência técnica, esperam fazer a junção entre conhecimento técnico e o conhecimento do agricultor. O CAV considera essa ação importante por entender que, por meio dela, pode ser estimulada uma discussão não somente produtiva, mas também das possibilidades e contextos externos à propriedade.

Em outubro de 2004, a equipe do CAV era formada por 13 técnicos, duas secretárias e dois cooperantes estrangeiros. No decorrer de sua atuação, suas ações têm sido financiadas por meio de projetos apoiados por organizações

nacionais e internacionais, como o Centro di Volontariato Internazionale (CeVI), União Européia, DED-Alemanha, Ministério do Desenvolvimento Social, CNPq, Instituto Marista, entre outros.

4.2 A associação regional

A Associação Regional tem como área de atuação a Zona da Mata mineira (ver mapa no anexo A), região que possui um relevo montanhoso e, como o próprio nome indica, é marcada por vegetação de Mata Atlântica e por terras bastante férteis, que se beneficiam da reciclagem de nutrientes da mata. Até o início do século XIX, esta região funcionava como uma barreira florestal que separava a região das minas, no centro do estado, da região litorânea onde poderia acontecer o comércio com o exterior, evitando o contrabando de minérios. Ao fim do período colonial, a região começou a ser ocupada a partir de suas bordas interiores, caracterizando uma das raras regiões brasileiras onde o povoamento não ocorreu no sentido litoral/interior. Sua ocupação chegou ao ponto máximo somente em meados do século XX (Ribeiro et al., 2001).

O cultivo do café a partir do começo do século XIX fez com que houvesse a expansão da fronteira agrícola tanto no sentido oeste-leste (Ouro Preto/Mata) quanto no sentido sul-norte (Juiz de Fora/Mata). Lá se desenvolveram grandes propriedades cafeeiras que, com a crise do café, em 1960, cederam espaço à pecuária leiteira e outras lavouras. Além disso, a grande exigência dessa cultura trouxe problemas ambientais, reduzindo drasticamente a fertilidade dos solos. As áreas abandonadas na busca de terras férteis foram então ocupadas por pastagens e culturas, como milho, feijão e cana-de-açúcar, destinadas ao consumo na própria região. Ao mesmo tempo, a região experimentou um afluxo de imigração européia, principalmente italiana. Essa combinação de decadência cafeeira e emergência de colonos estabeleceu, nesta

região, uma área de agricultura familiar bastante consolidada (Ribeiro et al., 2001).

Projetos governamentais também atuaram na Zona da Mata. No entanto, ao contrário de outras regiões mineiras, esta área recebeu menos políticas creditícias voltadas ao desenvolvimento rural, sendo alvo, na maior parte das vezes, de políticas compensatórias de apoio comunitário, como o Prodemata e o MG-II (Ribeiro et al., 2001).

Os movimentos políticos e sindicais que cresceram no Brasil desde os fins da ditadura militar (1964/1985) consolidaram suas bases na agricultura familiar da região, criando uma série de organizações que atuam em comunidades e pequenas cidades da região, como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA) e a Associação Regional de Trabalhadores Rurais da Zona da Mata Mineira (Associação Regional) (Santos, 1999).

A Associação Regional é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, composta por Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) dos municípios de Acaiaca, Araponga, Ervália, Guidoal, Paula Cândido, Visconde do Rio Branco, Divino, Orizânia, Espera Feliz, Caiana, Caparaó, Alto Caparaó, Tombos e Pedra Dourada, e pelas Associações de Agricultores Familiares dos municípios de Carangola, Araponga, Guidoal, Paula Cândido, Divino e Tombos, na região da Zona da Mata norte, em Minas Gerais, abrangendo um total de 15 municípios. Até o ano de 2005, a Associação Regional tinha sua sede no município de Espera Feliz, Minas Gerais.

A organização tem como objetivos a articulação, formação e assessoria aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e associações de agricultores familiares ligadas a eles, buscando congregar forças para ocupar os espaços existentes, como estratégia para fortalecer o desenvolvimento local. Dividem suas

atividades em quatro áreas principais: associativismo, mulheres, sindicalismo e jovens.

A Associação Regional tem sua origem no movimento sindical da Zona da Mata, que se inicia a partir das reflexões empreendidas nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), como forma de tentar combater os diversos abusos praticados pelos patrões nas relações de trabalho. Até então, o agricultor desamparado, “*rezava, rezava, mas na hora das injustiças que aconteciam não tinha uma estrutura jurídica que [o] defendesse*” (liderança A). Por isso, em 1985, começaram a estruturar os sindicatos, contando também com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT). O maior fluxo de fundação de STRs ocorre no ano de 1986.

Além das questões trabalhistas, os STRs cuidavam também dos assuntos relacionados à Previdência Social. Nessa época, os trabalhadores rurais dependiam de uma carteirinha emitida pelo patrão para poder, por exemplo, realizar consultas médicas, visto que não existia o Sistema Único de Saúde (SUS). Com a fundação do sindicato, a carteirinha de sócio do trabalhador podia substituir a carteirinha que o patrão “dava”. Isso é considerado, pelo movimento sindical, como um primeiro resultado de libertação para os agricultores, principalmente para os meeiros, que deixam de ter que se sujeitar às vontades do patrão para ter direito ao atendimento médico. Como resposta à organização dos trabalhadores, muitos líderes sindicais foram ameaçados, inclusive de morte, durante esse período inicial que vai até o final da década de 1980.

Em 1988, os sindicatos da Zona da Mata perceberam a importância do despertar da consciência e da formação de lideranças e começaram as atividades de formação política, por meio da Escolinha Sindical. Devido ao fato de já atuarem juntos, pensaram até em criar uma escola regional de formação, idéia que acabou não sendo levada à frente. No entanto, passam a se organizar para realizar os cursos de formação em cada município, com a articulação e apoio

entre os sindicatos. Essa articulação acabou sendo a precursora da Associação Regional, oficializada em abril de 1994.

Nesse tempo, o grupo informal já agia de forma coletiva, com vários sindicatos realizando, inclusive, seus serviços de contabilidade em conjunto. No entanto, não existia uma instituição legalizada, com o poder de assumir projetos, receber recursos, etc. Tinham também o interesse em comercializar os produtos da agricultura familiar da região, dificuldade que se impunha com grande força aos produtores(as) do local. Resolveram, assim, fundar a Associação Regional, com o objetivo de captar recursos e conduzir o processo de comercialização da agricultura familiar da Zona da Mata mineira.

Ao longo do tempo, utilizaram diversas estratégias para pensar essa comercialização. Uma delas foi o estabelecimento de uma parceria com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – o prefeito na época era Patrus Ananias -, para a construção de um ponto de venda nesse município, o “Armazém da Roça”. O caminho que decidiram seguir foi o da comercialização dos produtos em mercados “lá fora”, ou seja, de outros municípios. Reuniam os produtos como o feijão, a rapadurinha, arroz, etc., e levavam para esses outros mercados.

Posteriormente, avaliaram que essa experiência havia sido um pouco complicada e, com o tempo, perceberam que era inviável, visto que envolvia custos muito altos de transporte. Mesmo possuindo um veículo próprio para buscar os produtos nas áreas rurais, devido à grande extensão da região de atuação, precisavam percorrer grandes distâncias para recolher os produtos na Zona da Mata, o que fazia com que os produtos chegassem em Belo Horizonte com um alto custo de produção, tornando inviável sua comercialização. Também já atuavam com os “mercadinhos” locais – pequenos mercados organizados pelos agricultores familiares com o auxílio dos sindicatos para a comercialização de seus produtos no meio urbano do município em que vivem - e observavam que a estratégia de comercialização externa, conduzida pela Associação

Regional, fragilizava a organização desses “mercadinhos”. Além disso, começaram a ter dificuldades com a padronização dos produtos, que recebiam uma mesma marca, mas eram produzidos por agricultores(as) diferentes, com matérias-primas e processos, às vezes, diferenciados.

Nessa época, a Associação Regional agregava cerca de 20 municípios e sua sede ficava no município de Muriaé. Repartiam o espaço em três microrregiões: microrregião de Muriaé, microrregião de Carangola e microrregião de Viçosa.

Apesar da união e dos diversos trabalhos realizados em conjunto, no final da década de 1990, a organização começou a apresentar divergências políticas entre os diversos sindicatos envolvidos. No ano de 2000 essas divergências se acirraram, tendo como pano de fundo a centralização das ações na microrregião de Muriaé, um grande aumento da estrutura da Associação Regional em detrimento das iniciativas de organização local e a necessidade sentida pelos grupos menos contemplados em reverter esse processo. Esses conflitos levaram a uma cisão do grupo, com os sindicatos das microrregiões de Carangola e Viçosa se unindo e retirando-se do processo de eleição da Associação Regional, e o grupo de Muriaé, juntamente ao STR de Carangola que permaneceu. Posteriormente, esse grupo renunciou ao mandato da Associação e o grupo que anteriormente havia se afastado retornou, assumindo a direção da entidade.

Após um longo processo de reflexão e de reestruturação da organização, que contava inclusive com algumas dívidas, começaram a buscar o mercado local, o fortalecimento das associações locais e dos minimercadinhos da agricultura familiar. Continuaram também com as ações já existentes voltadas às mulheres, jovens e sindicalismo.

Atualmente, a Associação Regional busca potencializar as iniciativas locais de desenvolvimento sustentável nos municípios e nas comunidades. Em

depoimentos dirigentes avaliam que, da forma como era antes, tinham um grande marketing e uma grande estrutura externa, mas internamente os sindicatos e associações estavam desestruturados. Por isso consideram que agora a Associação Regional tem como missão apoiar os sindicatos e associações locais, estimular e aglutinar as diversas experiências, visto que, sozinhas, deixam de ter força:

‘No coletivo, a Associação (Regional) tem um peso, pra fora, na região, no estado, pra mostrar o que a gente tá construindo junto aqui, que não é uma coisa isolada. E também de promover o intercâmbio entre essas experiências, fazer com que um visite o outro, que um aprenda com o outro, fazer seminário de avaliação, de associativismo, com o trabalho das mulheres, troca de experiências...’ (Liderança A).

Em 2001, a Associação Regional começou a atuar com um fundo rotativo para financiamento de pequenos projetos com a finalidade de geração de renda, denominado de crédito solidário. Do montante de recursos destinados ao crédito, 30% se destinavam a projetos elaborados por mulheres, que desenvolvem atividades, como produção de doces, compotas, temperos, criação de frangos, galinhas de postura, entre outras. Os outros 70% ficam disponíveis para homens e mulheres. Em 2004, apoiavam 53 projetos de famílias e associações de agricultores. Também liberaram recursos para associações, sindicatos ou grupos organizados, para compras coletivas de insumos, como calcário, composto orgânico, etc. Possuem ainda um fundo de crédito solidário para o café orgânico, que tem o objetivo de auxiliar nas vendas de café pelo produtor, que são difíceis, visto que, na maioria das vezes, ele precisa vender seu café rapidamente após a colheita - para quitar suas dívidas -, conseguindo um preço geralmente baixo. O fundo paga ao produtor o mesmo preço que ele receberia nessa venda, em forma de empréstimo. Num momento posterior, na venda do café pelo agricultor, em condições de melhor preço, este faz o

pagamento do empréstimo para a Associação Regional, ficando com a diferença da transação. Com esses empréstimos também objetivam criar condições para que o produtor não tenha que vender imediatamente seu produto, tornando mais fácil reunir uma quantidade suficiente para comercializar em mercados maiores.

No caso do crédito para a produção, os juros são de 6% ao ano e, se o pagamento for feito em dia, a taxa cobrada é de 4%. São realizados encontros anuais e trocas de experiências entre as famílias.

Desde 2000, a organização tem atuado com o Plano Estratégico do Café (PEC). Esse trabalho surgiu a partir do questionamento sobre o papel da Associação Regional em estimular essa vocação da Zona da Mata que é a cafeicultura. Até então atuavam em várias áreas, como a criação animal, os sistemas agroflorestais, entre outras, mas não tinham atividade específica voltada ao café. Atualmente estão fazendo os contatos para o comércio do café orgânico e preparando a venda desse produto para o exterior. Também têm refletido sobre o mercado interno e a necessidade de que esse alimento de qualidade também chegue até a mesa dos mais humildes.

Outra ação desenvolvida pela Associação Regional diz respeito às mulheres. Esse trabalho teve seu início antes mesmo da formação da organização, por volta de 1987, reunindo mulheres dos municípios de Tombos, Miradouro, Eugenópolis, Vieira, Muriaé e Carangola. Em 1988 realizaram dois encontros: um para discutir a saúde e o corpo da mulher e outro para discutir as mudanças ocorridas com a nova Constituição Federal, esse último encontro para discutir, principalmente, as políticas públicas. Com a assessoria de duas freiras católicas do município de Eugenópolis, elaboraram uma cartilha, que passou a orientar as ações com as mulheres. Em alguns municípios, a atuação nunca parou, como em Tombos e Miradouro; em outros, pararam em uma certa época.

Com a fundação da Associação Regional, em 1994, as ações com as mulheres continuaram. No entanto, o grupo, que até então era chamado de

“movimento de mulheres”, passou a contar com uma área específica de ação dentro da associação. As mulheres estão presentes em todas as atividades da Associação Regional de Trabalhadores Rurais da Zona da Mata, com espaço garantido nos cursos de formação de liderança, participação nas diretorias de sindicatos e associações, fóruns, etc. Além disso, são desenvolvidas atividades específicas para elas, por meio da Comissão Regional de Mulheres - que reúne uma liderança de cada organização vinculada à Associação Regional - e das comissões municipais, existentes em cada município da base da entidade. A capacitação é o ponto principal. A Comissão Regional reúne-se a cada 2 meses em um encontro de dois dias. No primeiro dia estudam e debatem temas como gênero, participação política, entre outros; no segundo dia, fazem oficinas práticas de confecção de bonecas de palha de milho, fabricação de pomadas medicinais, fabricação de sabonetes de ervas, alimentação alternativa e outros temas relacionados à geração de renda e saúde da mulher.

Também são realizados encontros regionais - com a participação da liderança e outras três representantes de cada município - e encontros de formação nos municípios, onde se discutem temas diversos, como agroindústria rural. As mulheres participam também de eventos, como a Feira Regional de Economia Popular Solidária, realizada em Juiz de Fora e o Fórum de Educação Ambiental, realizado na Universidade de Viçosa, do qual já participaram por 2 anos seguidos. Nesses espaços, além de participarem e se capacitarem, realizam a venda de produtos. Também compõem a “Marcha das Margaridas”, mobilização realizada anualmente na Capital Federal, por mulheres agricultoras de todo o país, em defesa dos direitos da mulher e da agricultura familiar. Na semana do dia internacional das mulheres, cada município realiza mobilizações locais, com um evento regional de fechamento. Segundo depoimento de um dirigente, “a discussão está ficando mais leve de fazer” (dirigente A).

Outra ação importante está no Programa de Formação de Agricultores e Agricultoras (PFA), realizado em parceria com o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata Mineira (CTA) e com a Universidade Federal de Viçosa. Atuaram primeiramente com o Programa de Formação de Monitores (PFM) e agora estão trabalhando o PFA, visando uma formação de agricultores(as) capacitados para auxiliar na assistência técnica à produção de café orgânico em seus municípios, voltada para a melhoria da qualidade do produto. A idéia partiu da constatação de que o CTA - que dá assessoria aos agricultores - não consegue atender a todos. Avaliaram a demanda e, para suprir essa carência, acharam interessante formar lideranças para que realizem experimentações em suas propriedades e orientem os outros agricultores nos temas relativos à lavoura do café, como produção, colheita e pós-colheita, armazenamento, manejo do solo, etc.

Participam do PFA 7 municípios, com cerca de 20 lideranças sendo capacitadas em toda a cadeia do café, num total de 13 homens e 7 mulheres. As capacitações ocorrem a cada dois meses e, ao final de cada uma delas, os monitores(as) retornam para suas propriedades e fazem experimentações utilizando os conhecimentos apreendidos. Depois, realizam encontros para repassar o que aprenderam - no módulo e na vivência em suas propriedades - para o grupo de discussão municipal. Em alguns municípios, isso acontece mais informalmente, em bate-papos de fim de tarde, etc. Fazem também acompanhamento nas propriedades e dias de campo, divulgando as experiências aprendidas, por exemplo, sobre compostagem orgânica.

Com relação aos “mercadinhos”, a Associação Regional realiza um trabalho de assessoria às reflexões para implantação e promove trocas de experiências entre os mercados já existentes. Existem mercados do produtor já em funcionamento nos municípios de Arapongas, Tombos, Divino, Simonésia e

Espera Feliz. Em Tombos, possuem uma marca própria e já estão num processo mais avançado do trabalho.

A Associação Regional está atuando em parceria com a Cáritas de Minas Gerais e outras organizações, para o desenvolvimento de marcas para os produtos da agricultura familiar da região, no chamado “Projeto Marcas”. Nesse projeto, profissionais de diversas áreas, articulados pela Cáritas e estudantes ajudarão a desenvolver as marcas da Zona da Mata. Em Espera Feliz estão criando a marca “Chão Feliz”.

Além disso, tem apoiado ações em relação à formação de Escolas Famílias Agrícolas²², auxiliando em trocas de experiência e reflexões para a formação de escolas e articulando o contato entre grupos municipais interessados em sua implantação e experiências já em andamento, como a da Escola Família Agrícola do município de Acaiaca. Também presta assessoria aos STRs de sua base, visando a organização para melhor gestão desses espaços.

A Associação Regional tem contado com apoios do Centro de Tecnologia Alternativa da Zona da Mata (CTA) para a realização de suas atividades, por meio de recursos do Pronaf Capacitação e outros captados com organizações nacionais e internacionais.

4.3 As ações desenvolvidas, seus potenciais e limitações

com base no que foi apresentado sobre as OTDs, seus objetivos e áreas de atuação, é possível perceber que elas desenvolvem ações diferenciadas na agricultura familiar. Dois pontos merecem destaque nessa atuação. Primeiro, buscam ações inovadoras que consigam reverter quadros de degradação

²² As Escolas Família Agrícola são escolas voltadas a filhos e filhas de agricultores(as) familiares que possuem uma metodologia diferenciada de ensino, adaptada às condições da agricultura familiar. Utilizam a pedagogia da alternância, método que busca conciliar estudo e trabalho, no qual os estudantes ficam períodos alternados de 7 a 15 dias na escola e em sua casa, desenvolvendo tarefas ligadas ao aprendizado e podendo auxiliar suas famílias na lida no campo.

ambiental, exclusão de mercados, acesso às políticas públicas, etc. Um exemplo são as atividades realizadas pelo CAV com os sistemas agroflorestais e os trabalhos da Associação Regional com a cafeicultura orgânica. São iniciativas diferenciadas que buscam uma prática adaptada de agricultura e a sustentabilidade da agricultura familiar. Nesse sentido, possuem um duplo significado. Por um lado, são a resposta encontrada para a crescente degradação experimentada pelos agricultores em suas áreas; por outro são a construção e o avanço num modo de agricultura com maior domínio pelos agricultores e menor dependência de “pacotes” externos – como é o modelo de agricultura implantado pela “Revolução Verde”.

Iniciativas, como os “mercadinhos do produtor”, estimuladas pela Associação Regional, também trazem exemplos de maneiras diferenciadas de buscar uma maior inserção da agricultura familiar nos mercados. Possuem dificuldades, como a regularidade no fornecimento de produtos, a padronização de suas características e a necessidade de capital de giro para a compra da produção da agricultura familiar – evitando que os agricultores(as) tenham que deixar os produtos no mercado e receber seu pagamento após a venda. No entanto, constituem alternativas que, primeiro, fortalecem o aprendizado da agricultura familiar ao suscitar discussões como as comentadas anteriormente, estimulando a ação no sentido de resolvê-las. Segundo, fortalecem a organização dos agricultores e sua auto-estima, ao demonstrar o potencial produtivo e organizativo da agricultura familiar. O mesmo acontece com as ações voltadas à comercialização de produtos que são conduzidas pelo CAV.

Outro ponto da ação dessas OTDs está na capacitação política que promovem junto aos agricultores envolvidos. Mesmo aqueles interessados apenas em questões meramente produtivas ou de comercialização acabam por se capacitar por meio das diversas discussões realizadas. É o caso, por exemplo, dos agricultores que produzem o café orgânico e que se inserem em discussões

como o comércio internacional e a necessidade de democratização do acesso, por populações de menor renda, aos produtos orgânicos. Ou dos agricultores que participam das discussões sobre conservação de nascentes que acabam por refletir sobre a Lei das Águas, e a forma como este recurso natural vital tem se transformado em negócio no Brasil e em várias partes do mundo.

As discussões sobre gênero empreendidas pelas OTDs, mesmo que incipientes, trazem também elementos diferenciados de sua ação, por meio da reflexão da melhoria nas relações familiares e aumento da cidadania feminina.

Mas se, por um lado, desenvolvem uma ação engajada, por outro também possuem alguns problemas. Um deles está na dependência de financiamentos para suas atividades, condicionados à formulação de projetos que se, por um lado, contribuem para uma objetividade nas ações, por outro, muitas vezes, impõem amarras à atuação dessas organizações, dificultando, por exemplo, um planejamento de atividades a longo prazo. Este é outro ponto a analisar. Dentre organizações como as estudadas (assim como no Brasil, em geral), a prática de planejamento para períodos maiores praticamente inexistente. Isso dificulta sua inserção propositiva e ajuda a tornar suas ações mais reativas. Como consequência disso, existe ainda o risco de que, com a tendência atual de uma cobrança crescente por resultados por parte das financiadoras, elas deixem de atuar em temas de abrangência maior, com resultados a médio e longo prazo e passem a se dedicar a ações com resultados observáveis mais rapidamente. Essa dificuldade com recursos também traz problemas de equipe. Em algumas conjunturas, técnicos podem ter que deixar o trabalho devido à falta de financiamento, o que causa uma certa instabilidade da equipe e uma cisão nos programas. Esses são temas sobre os quais se deve refletir.

As ações das OTDs também possuem outras limitações, como o pequeno número de técnicos para o acompanhamento de grandes áreas e o fato de que, em muitos casos, estes técnicos são obrigados a despender grande parte de seu

tempo e esforços no desenvolvimento de atividades meio, como buscar agricultores para que possam participar de determinado encontro, transportar produtos para comercialização, o que toma grande quantidade de tempo, mas que são fruto da necessidade de apoio à agricultura familiar, frente à estrutura deficiente de transporte, sua baixa capitalização, etc.

Outro ponto forte da ação de ambas as organizações é o estímulo à participação e a reivindicação dos agricultores familiares em espaços de políticas públicas, tanto no município como fora dele, por meio da atuação em espaços como conselhos, fóruns, políticas de acesso a crédito, entre outros. Esse último aspecto, no entanto, será tratado adiante.

Assim, constata-se que as OTDs estudadas não desenvolvem experiências meramente produtivas, mas que procuram captar a totalidade da dinâmica social dos atores envolvidos. Para isso, atuam em diversos temas relacionados não somente à agricultura, mas a um projeto de vida para esses atores.

4.4 Metodologias de atuação e canais de participação

Ambas as organizações estudadas possuem sua origem na organização da agricultura familiar e na necessidade encontrada por esse segmento em lidar com temas como produção, comercialização, formação, representação, entre outros. Um grande desafio que se apresenta após a criação desse tipo de organização é evitar o seu distanciamento das bases e fazer com que elas permaneçam como espaços de participação e expressão das demandas dos agricultores(as). De pouco adianta a existência de organizações territoriais que desenvolvem ações para a agricultura familiar, se essas possuem uma postura autoritária, que não leva em consideração as necessidades e anseios do público pelo qual e para o qual foram criadas. Pôde-se verificar, por meio dessa pesquisa, que as duas OTDs estudadas preocupam-se com essa questão,

buscando a participação efetiva dos agricultores e agricultoras tanto, nas atividades realizadas como na definição dos rumos a serem seguidos pela entidade. Para permitir essa participação é necessário atentar para a existência tanto de canais na estrutura de funcionamento das organizações como de metodologias que conduzam a esse envolvimento durante a realização das atividades.

O Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica tem a estrutura jurídica de uma associação. Conta com uma diretoria, um conselho fiscal e assembleias ordinárias e extraordinárias, que são os fóruns maiores de decisão. Nas assembleias ordinárias – que acontecem anualmente – e nas extraordinárias, são feitas as prestações de contas das atividades realizadas, dos resultados alcançados, a socialização de informações e projetos, etc., e a eleição da diretoria (a cada 3 anos). A assembleia conta com a participação dos sócios, compostos por agricultores e agricultoras familiares, integrantes da comunidade turmalinense, parceiros e equipe técnica. Dessa forma, os agricultores são sócios e têm voz ativa na assembleia.

A organização realiza um planejamento anual de atividades. Uma prática antes desenvolvida era a participação de agricultores e agricultoras nesses momentos, proporcionando a incorporação direta de suas demandas. Mas, essa prática não vem sendo adotada como regra e, nos últimos planejamentos, tem havido a participação apenas dos setores de trabalho da entidade – divididos em sistemas agroflorestais (SAFs), água e nascentes, comercialização e economia popular solidária e gênero. Este é um ponto negativo, visto que a participação direta dos agricultores(as) no planejamento proporciona um melhor ajuste das atividades planejadas às demandas e um enriquecimento maior das discussões realizadas. No entanto, existem outros espaços para a participação da agricultura familiar. São realizados todos os anos os planejamentos de cada setor com os públicos com os quais atuam. No caso dos grupos de trabalho (GTs) ligados à

área de comercialização e economia popular solidária, por exemplo, ao final de cada ano, eles realizam uma reunião de avaliação e uma programação das ações para o ano seguinte, junto com todos os participantes do grupo. As demandas levantadas nessa ocasião se incorporam ao planejamento da equipe.

Por meio do envolvimento dos agricultores(as), das avaliações realizadas ao final de todas as atividades, no decorrer de reuniões, durante as conversas e nas visitas, os técnicos também percebem demandas, que são incorporadas aos projetos e ao planejamento geral da organização, junto com as atividades já programadas anteriormente. Dessa forma, mesmo sem a existência de canais formais para a participação dos agricultores dentro da organização (com exceção das assembléias geral e extraordinária), estes participam do planejamento das atividades, expressando suas demandas e opiniões a partir do diálogo existente em todas as ações realizadas.

Além do contato direto durante as atividades, outro expediente freqüentemente utilizado para garantir a expressão dos interesses da agricultura familiar nos trabalhos são os diagnósticos participativos da realidade, que auxiliam na percepção de problemas e na formatação de ações em temas específicos. Esse foi o caso, por exemplo, das atividades com nascentes, em que, partir de um diagnóstico, percebeu-se o valor atribuído pelas famílias rurais à essas fontes de água pura e cristalina. O diagnóstico orientou os trabalhos do CAV nessa área.

Mas não é somente na captação das demandas e opiniões dos agricultores(as) que existe espaço para a participação. Verificou-se que, em todas as atividades realizadas, existe a valorização da participação, com a incorporação de seus saberes e o estímulo ao seu envolvimento, tanto como participantes quanto como executores e disseminadores das experiências.

Assim, nas atividades com águas e nascentes, partem sempre de reflexões participativas, conduzindo à construção da realidade pelos próprios

agricultores e agricultoras que, a partir desse processo, passam a se interessar mais pela conservação. Por meio da reflexão conduz-se a uma participação consciente por parte dos agricultores(as), aspecto essencial para o processo participativo, enfatizado por Tenório & Rozenberg (1997). Ou seja, a partir da compreensão sobre o processo de degradação ambiental que vem ocorrendo e da percepção da importância de participar de ações que visem recuperar e conservar os recursos naturais, esses agricultores passam a realizar ações conservacionistas de forma consciente, e não apenas porque uma organização disse que isso deveria ser feito. Dessa forma, participam ativamente da escolha de nascentes a serem cercadas, do processo de cercamento e do acompanhamento dessas nascentes cercadas.

Os trabalhos do CAV dão grande valor às trocas de experiências entre os agricultores, com a existência de espaços como a reunião anual de monitores, as visitas de intercâmbio entre agricultores, os dias de campos em comunidades, etc., quando os agricultores(as) têm um contato direto entre si, conversando e compartilhando suas vivências.

A participação também pode ser notada por meio do depoimento de agricultores:

“(...) é a mesma coisa se eu falar assim: eu não quero plantar isso, porque, às vezes, isso não vai dar certo. E eles sabe que a gente trabalha na terra e, às vezes, tem mais ou menos uma experiência, né? Aí eles vai concordar também com a gente, porque é igual eu tava falando: se às vezes vem um técnico de lá, mas ele não tem tanta experiência na terra da gente, e a gente vai plantar uma coisa que não dá ali, mesmo que cê vai adubar a terra, às vezes não dá certo, né?...(...) É igual, às vezes, muita gente fala: porque o técnico ele vem pra ensinar, e ele sabe uma parte, mas a gente também sabe outra, né? Aí, uma coisa com a outra ajuda a dar mais certo” (Sr. P., comunidade Palmital, Leme do Prado, MG).

O depoimento acima mostra como os agricultores se sentem à vontade em participar e interferir nos processos e ações junto à OTD. Diz respeito à convivência entre técnicos e agricultores no aspecto da produção. No entanto, serve para ilustrar a forma como a organização procura respeitar e construir uma relação dialógica como os agricultores com quem atua.

Essa abertura à participação também pode ser observada em outras situações, como na definição e mudança da forma como determinadas ações são realizadas. Um exemplo diz respeito às atividades do CAV com a implantação de viveiros para a produção de mudas para as atividades com SAFs. O CAV adotou como metodologia a implantação de viveiros nas comunidades para que os próprios agricultores cuidassem e distribuíssem as mudas aos interessados.

A partir do alerta, por parte de um agricultor que administrava um dos viveiros, de que se tratava de um processo difícil – no qual o agricultor tem que se dedicar diariamente aos cuidados ao viveiro, necessitando de tempo, além de ser necessária uma boa disponibilidade de água durante todo o ano -, o CAV reavaliou a proposta e passou a implantar menos viveiros, em locais estratégicos onde havia demanda e acompanhados, quando possível, da construção de uma caixa d'água para a captação de água da chuva, para garantir o regadio durante todo o ano. Esse é um aspecto da participação como conquista: a partir do relacionamento existente entre CAV e agricultores, foi possível estabelecer um processo de participação. Essa participação não foi doada, mas construída, de forma que existe a possibilidade de negociação entre as partes. Assim, de início, os técnicos do CAV tiveram certa resistência em acatar as considerações do agricultor. No entanto, devido ao espaço de participação por ele conquistado, realizou-se um debate por meio do qual se chegou à conclusão de que seria melhor readaptar os planos para a implantação de viveiros.

Técnicos do CAV contam que, quando começaram a atuar muitos agricultores(as), não tinham uma percepção de seus direitos e deveres, nem do

que poderiam exigir frente ao poder público. Por isso, possuem ações também em relação à cidadania, refletindo sobre a função do poder público e os direitos dos cidadãos em reivindicar recursos que são públicos. Buscam, ainda, um aumento da auto-estima desses agricultores e agricultoras, mostrando que, como qualquer outra pessoa, eles também podem fazer os contatos para essas reivindicações. Dessa forma, atuam em dois aspectos, apontados por Demo (1987) como importantes para participação, que são o da educação para o processo participativo e o da cultura. Participar também é um exercício de aprendizado e sujeitos valorizados, que vêm em si e em seus conhecimentos um instrumento importante de contribuição para a sociedade, têm muito mais disponibilidade para participar.

Enfatizam, assim, em relação a todas as atividades realizadas pelo CAV, seja com águas e nascentes, sistemas agroflorestais, EPS, relações sociais de gênero, que:

‘Na verdade, isso tudo só acontece a hora que o agricultor se sente sujeito e participante ativo da comunidade. Ele tem que se apropriar da idéia, tem que se sentir útil, tem que se sentir capaz, pra poder fazer isso, né? Pra poder fazer essas coisas acontecer. Ele sabe que o CAV apóia, mas ele tem um papel e o nosso papel inicia a partir do papel dele, e isso a gente tem pegado muito, né? E, com esse trabalho, a gente tem conseguido dar mais autonomia pra esses agricultores. Através de testemunhos deles, em alguns momentos que a gente tem participado, eles próprios colocam assim: - Até pra bater na porta de uma prefeitura, hoje nós temos mais condições, porque vocês colocaram para nós o seguinte: que a prefeitura tem lá o seu papel, e que nós temos o nosso, e que a gente funciona junto, que ninguém é mais importante do que ninguém e que o diálogo está para nós. Nós temos que procurar, temos que nos comunicar, e resolver as coisas. Coloca assim não como a prefeitura. O prefeito está lá em cima e eu aqui, mas que a relação entre os atores é um processo natural da construção’ (V. – equipe do CAV).

Preocupam-se também com a organização, pois “*não adianta você ter boas propostas, um produtor ter boas propostas mas trabalhar isolado, vir fazer (as propostas) e cobrar isolado, né?*” (J. A. - equipe do CAV). Por isso avaliam que os agricultores estão se libertando. Não acham que não serão ouvidos porque sabem que não estão sozinhos; estão organizados, sabem o que querem, possuem o CAV para respaldá-los e sentem-se mais seguros.

As contrapartidas são outro ponto de destaque, assumido como necessário em qualquer projeto. Dessa forma, consideram que, se a prefeitura contribui, agricultores também devem contribuir de alguma forma. Do contrário, afirmam, não se desenvolve uma parceria e esbarra-se no problema de que tudo que é conseguido sem esforço não recebe o devido valor: é encarado pelos receptores como algo dos outros - da prefeitura, do CAV. Se isso acontece, os agricultores(as) deixam de assumir suas responsabilidades em relação àquele bem ou conquista, e de cuidar, zelar e administrar aquilo como seu.

Essa postura contribui para a construção de um espírito participativo e de colaboração, fazendo com que o agricultor saiba reivindicar seus direitos, mas que não veja os recursos públicos ou de outras origens como fontes inesgotáveis da qual se deve retirar o máximo possível, mas sim como parte de um projeto conjunto na qual ele próprio também tem parte e responsabilidade.

Os técnicos contam ainda que têm percebido resultados de mudança em relação à organização e à participação nas comunidades. Um exemplo aconteceu na comunidade de Gentio, onde o CAV já realizou uma atividade sobre os recursos hídricos e a conservação de nascentes. Depois disso, a comunidade procurou a organização para participar de uma reflexão religiosa que aconteceria numa nascente comunitária. Isso foi feito por iniciativa própria da comunidade, o que demonstra que ela tem incorporado e se apropriado da idéia da conservação de nascentes e da importância da reflexão, da fé, da convivência coletiva.

No caso da Associação Regional, essa organização também possui uma diretoria e um conselho fiscal, contando ainda com coordenadores de área, que são membros da própria associação que se dedicam integralmente às áreas de associativismo, gênero, sindicalismo e jovens, sendo responsáveis por articular as atividades e realizar os contatos com os sindicatos, associações municipais e para as ações junto às parcerias.

É uma associação que congrega sindicatos e associações de agricultores e agricultoras familiares. Portanto, tem uma característica diferente: seus sócios são representantes indicados por essas organizações. Cada uma delas indica dois representantes, sendo um homem e uma mulher. Dessa forma, as assembléias anuais, onde são realizadas as avaliações dos trabalhos e o planejamento das ações para o próximo ano, são compostas somente por esses representantes, sem uma participação direta dos agricultores que estão na base.

No entanto, os agricultores e agricultoras familiares não estão excluídos das decisões tomadas pela organização. Para garantir a representação das bases, a Associação Regional conta com um sistema em que são formados grupos de discussão de acordo com as áreas de ação antes citadas, em que representantes das comunidades se reúnem numa comissão municipal, formada por cerca de 10 a 15 pessoas, da qual sempre participam pessoas ligadas aos STRs e associações. Desses são escolhidos representantes dos municípios que se reúnem na comissão regional. As discussões em âmbito regional incorporam, assim, os elementos das comunidades e municípios e, de forma inversa, ao retornar aos municípios, os representantes regionais repassam as informações aos representantes da comissão municipal que, por sua vez, repassam às comunidades.

Antes de realizar as assembléias gerais, que contam com a presença de três representantes de cada sindicato ou associação, cada representante comunitário interage com sua comunidade e leva suas avaliações e demandas para o grupo municipal. Os representantes municipais, por sua vez, levam tais

demandas para a assembléia geral. Os coordenadores de área também estão em constante contato com os municípios e servem como vetores das demandas das bases para a associação. Dessa forma, garante-se a participação de todos na tomada de decisões dentro da organização. Da mesma forma, as decisões tomadas na assembléia são repassadas aos municípios e comunidade, num processo inverso. A eleição da coordenação se dá a cada 3 anos.

A participação também está presente como componente das atividades da Associação Regional. Valorizam-se assim as trocas de experiências realizadas, por exemplo, entre os mercados do produtor, as experiências de crédito solidário, entre outras. Está sendo organizado um circuito de visitas entre os trabalhos com os mercadinhos, que contará com representantes de todos eles e com a assessoria de uma organização não governamental, a Capina, para refletirem sobre os potenciais, problemas e projetos dessas iniciativas. Realizam ainda encontros anuais com todas as famílias que acessam o crédito, nos quais fazem uma confraternização e uma avaliação, com uma troca de experiências entre as famílias, que conhecem os projetos dos outros, trocam informações, etc. Além dessa atividade, realizaram visitas direcionadas entre experiências afins, como aquelas que utilizam o crédito para a produção de farinha, galinhas de postura e mel.

A própria forma de concessão do crédito solidário se dá de maneira participativa. Os créditos são concedidos a partir da elaboração de um projeto simplificado por parte dos interessados. Este projeto é julgado por uma comissão composta por representantes da Associação Regional, do grupo de mulheres da Associação Regional e do CTA Zona da Mata. Os projetos são analisados de acordo com critérios específicos, como a viabilidade econômica. As famílias ajudam a definir os critérios e, de acordo com a atividade que vão financiar, os prazos de carência para o pagamento são diferenciados. Para galinhas de postura, por exemplo, cujo prazo para o início da produção é de quase 6 meses, o

prazo de carência é de até 8 meses, em vez dos 6 meses existentes para outros projetos. Após o prazo de carência existe um prazo de 1 ano para o pagamento do empréstimo. Caso o projeto não tenha sustentabilidade, conversam com os interessados e existe a possibilidade de reformulação da proposta. Também compartilham as responsabilidades da seleção e gestão dos projetos com os STRs e associações locais vinculados à Associação Regional.

No espaço do café orgânico, cada município tem um monitor ou monitora, que auxilia na articulação das atividades dentro do município e que fica responsável por orientar, acompanhar tais ações. Junto com outros monitores, formam a coordenação técnica, que se reúne de dois em dois meses pra discutir e planejar. São agricultores(as) ligados aos sindicatos e associações.

Outro exemplo de participação está no Programa de Formação de Agricultores (PFA), em que os módulos são adaptados de acordo com questões que estão em pauta e geram a necessidade de capacitação por parte dos agricultores. Alguns módulos são realizados, em parte, na Universidade Federal de Viçosa, como o que versou sobre solos, com uso de laboratórios, explicações sobre gênese do solo, leitura de análise dos solos, mas também conciliam discussões que valorizam o conhecimento do agricultor, por exemplo, sobre plantas indicadoras de fertilidade, que são conhecidas por eles e, muitas vezes, dispensam a análise de solo. A metodologia é de reflexão participativa, conduzindo o grupo para que chegue às respostas por conta própria.

A abertura participativa nas atividades é também um elemento que permite um melhor ajuste das demandas durante as atividades. Naquelas realizadas com as mulheres, por exemplo, a coordenadora da área na Associação Regional tem, entre outras atribuições, o papel de articular assessorias e pessoas para suprir demandas dos municípios em relação a temas variados. No caso do município de Arapongas, as mulheres expressaram seu interesse em aprender sobre técnicas de plantio de hortas. A coordenadora articulou, então, a assessoria

de um agricultor que possui experiência na área e foi realizado um encontro de capacitação.

No município de Ervália, as mulheres identificaram uma dificuldade em relação à grande falta de documentos entre agricultores e agricultoras. Com o apoio da Associação Regional, construíram um questionário em conjunto e as mulheres passaram em todas as comunidades do município aplicando-o para levantar o número de pessoas sem documentos, como carteira de identidade, carteira de trabalho, documentação da terra, cadastro no INCRA, cartão do produtor rural, guia da produção, etc. Com esses dados, o STR de Ervália irá negociar com os órgãos responsáveis pela emissão desses documentos para que eles possam ir até as comunidades para fazer a documentação.

A partir desses exemplos, percebe-se que, nas duas organizações estudadas, existem espaços para a participação da agricultura familiar, seja em momentos de planejamento e avaliação, seja durante a execução de atividades. Em alguns casos, essa participação não se dá de forma direta, mas por meio de representações e, em outros, se dá em espaços mais informais.

Avaliando-se de acordo com a tipologia proposta por Bordenave (1986), percebe-se que os agricultores(as) têm inserção em todos os níveis de participação na organização, desde o mais elevado deles, que é a participação na elaboração da doutrina e da política da instituição, passando pela determinação de objetivos e estabelecimento de estratégias, pela participação na elaboração de planos, programas e projetos, pela alocação de recursos e administração de operações, pela execução de ações e pela avaliação dos resultados.

Dentro desses níveis existem os mais variados graus de participação que, muitas vezes, se dão pela consulta ou pela elaboração de propostas. No entanto, o mais presente deles é o de co-gestão, com os agricultores e agricultoras governando as ações e rumos da instituição em parceria com aqueles que dela tomam frente.

Por meio dos exemplos anteriores, percebe-se, ainda, que a participação é tratada como um instrumento estratégico. Mais importante que isso é o fato de que as organizações estimulam sempre a participação consciente por parte dos agricultores e atuam na valorização de seus conhecimentos e cultura, de forma que se sintam aptos a conquistar seus espaços, tanto na organização como relação aos poderes públicos, as mercados e à sociedade civil.

4.5 Empoderamento e capital social

Um dos princípios sempre enfatizados pelos autores que escrevem sobre empoderamento é o de que este não pode ser doado, mas sim conquistado. Coerente com essa perspectiva, pôde-se observar que o empoderamento e a construção do capital social entre os agricultores(as) ligados ao CAV e à Associação Regional fazem parte de uma construção realizada no dia-a-dia das atividades, pela participação e compartilhamento de objetivos comuns, como a busca de melhoria das condições de vida e de uma maior representatividade das demandas da agricultura familiar. Dessa forma, as organizações não empoderam os agricultores(as) familiares, mas sim atuam com eles na construção desse processo.

Diversas são as formas como as organizações estudadas contribuem para o empoderamento da agricultura familiar. A partir do apresentado anteriormente, pode-se verificar, por exemplo, a possibilidade de uma melhor inserção em mercados, a partir de produtos com melhor qualidade e da organização e assessoria para a venda em conjunto, realizada tanto pelo CAV quanto pela Associação Regional. Essa mudança da relação de poder em relação ao mercado, com melhores condições de negociação, traz um maior empoderamento dos agricultores.

A Associação Regional, por exemplo, deixou de comercializar diretamente os produtos da agricultura familiar. No entanto, no caso do café

orgânico, é ela quem articula a venda. Por meio de uma parceria com a Sapucaí Certificadora - licenciada pela Flor, uma organização que realiza a certificação de produtos para comercialização internacional – que pode vender até 30% de produtos vindos de outras organizações, irão exportar cerca de 600 sacas de café para a Itália no ano de 2004/2005. Também estão negociando a venda de café para os Estados Unidos da América, em parceria com a Fazenda Braúna, um grupo que comercializa café de qualidade mas não possui café orgânico. Diante da demanda por um café denominado “Café com Romance” – que valoriza o modo de produção e a história da agricultura familiar -, não produzido pelo grupo Braúna (formado por grandes produtores), propuseram a formação dessa parceria. Sempre que exportam um *container* com mercadorias, colocam cerca de 10 a 20 sacas de café dos produtores ligados à Associação Regional. Esta é considerada uma boa oportunidade, visto que esses agricultores familiares não produzem uma grande quantidade de café (o que, na maioria das vezes, torna inviável sua exportação devido à deseconomia de escala) e, dessa forma, têm a oportunidade de divulgar seu produto, que é mandado com a marca e embalagem da Associação Regional.

Esse é um bom indicador do papel da Associação Regional para o empoderamento dos agricultores familiares frente ao mercado, visto que, sem essa articulação maior, dificilmente teriam como fazer tais parcerias. Esse contato com organizações, como Sapucaí e Fazenda Braúna, pode também ser considerado um aumento do capital social dos agricultores, que passam a ter relacionamentos externos com outras organizações civis.

Outra forma de empoderamento da agricultura familiar pode ser verificada na mudança do relacionamento com o Estado, pela possibilidade de uma maior inserção em políticas públicas, na participação em espaços de gestão social e, também, de uma maior expressão das demandas da agricultura familiar nesses espaços. Além disso, o empoderamento pode ser notado no maior acesso

pela agricultura familiar aos poderes e órgãos públicos locais, pela da mediação e apoio de organizações, como o CAV e Associação Regional, seja para a consecução do transporte de materiais, seja no acesso ao crédito, nas parcerias para pesquisa, etc.

Mas, além desses aspectos já expostos, outros são de grande importância para o empoderamento. Um deles é o trabalho na formação de lideranças, que se empoderam e auxiliam nos processos de empoderamento da agricultura familiar, tanto em relação ao mercado quanto em relação ao Estado e à sociedade civil. A Associação Regional, por exemplo, já há muito tempo realiza essa capacitação, por meio de cursos que buscam a formação de agricultores(as) não só para atuar nos aspectos organizacionais dos STRs, mas também para uma ação política embasada e para a condução de processos participativos de desenvolvimento local.

A constituição da Associação dos Apicultores do Alto Jequitinhonha (AAPIVAJE), iniciada com o apoio do CAV, pode servir também como exemplo. Nesse processo, os entrevistados do CAV afirmam que a todo o momento tiveram a preocupação de evitar a tutela e estimular a autonomia dos agricultores. Deixaram claro que a diretoria da associação não existe por acaso: seus membros têm um papel e têm que exercer esse papel. Assim, os diretores da Associação são agricultores familiares e se envolvem diretamente nas atividades da associação, numa ação pela melhoria da auto-estima e valorização que conduz a um processo natural de desprendimento. Passam assim a ter a iniciativa, a chamar a equipe do CAV, a conversar, a propor, etc. Ao mesmo tempo, o CAV procura auxiliar na construção de uma estrutura física (de sede, de beneficiamento, comercialização, etc.) que proporcione a contratação de funcionários que possam, por exemplo, receber os produtos, realizar contatos de venda e dêem condições para que os agricultores(as) e a associação sejam cada vez mais independentes e auto-sustentáveis. Segundo um técnico do CAV, o

objetivo é usar a estrutura para uma capacitação técnica e política, para que os agricultores adquiram a capacidade de caminharem sozinhos, porém, coletivamente. As atividades com a constituição de mercadinhos conduzidas pela Associação Regional também trazem essa reflexão de autonomia.

Outro aspecto de empoderamento citado pelos entrevistados do CAV está no fato de que por meio das atividades que a organização tem realizado com os agricultores em relação ao meio ambiente, tem-se conseguido o estabelecimento de uma consciência ecológica em todo o Alto Jequitinhonha. Essa consciência pode ser fruto até mesmo do contexto vivido nos últimos anos, em que o meio ambiente passou a ser ponto central de todas as discussões nacionais e internacionais. No entanto, as ações desenvolvidas pelo CAV e agricultores têm demonstrado os resultados e os benefícios de práticas de conservação ambiental.

Representantes do poder público hoje reconhecem a importância da questão ambiental, o que era praticamente impossível uma década atrás, quando o CAV iniciou seus trabalhos. A partir disso, observou-se um empoderamento dos agricultores e agricultoras, que passaram a ter suas práticas conservacionistas valorizadas. Aumenta-se, assim, a disposição do poder público em atender às reivindicações de agricultores, por exemplo, para a construção de bacias de contenção, mesmo que, às vezes, poderes e órgãos públicos não façam tudo o que poderiam fazer.

Outro exemplo de empoderamento está ainda no GT Ambiental, grupo formado por agricultores e CAV, criado para discutir a questão ambiental nas empresas reflorestadoras da região – que, muitas vezes, realizam desmatamentos e outras ações que prejudicam os agricultores(as). Um técnico do CAV conta que, no início, reflorestadoras e agricultores apenas se criticavam mutuamente, havendo um certo conflito, sem o estabelecimento de acordos. Por meio do GT ambiental, puderam construir um diálogo com as empresas e conseguir alguns

acordos, como o não desmatamento de novas áreas para o plantio de eucalipto. A referência nesse grupo ainda continua sendo o CAV, pois, diante de qualquer problema enfrentado pelos agricultores em relação às reflorestadoras, recorrem à ele. O CAV acaba fazendo, aí, o papel de mediador. Recorrem ao CAV, que é uma instituição consolidada e que pode auxiliar os agricultores e, como é o CAV quem faz a cobrança, torna-se também referência para as empresas. Apesar de não serem cumpridos todos os acordos (que são informais), hoje existem o respeito e o contato.

Isso demonstra que o diálogo acaba sendo o melhor caminho. No entanto, também é preciso ressaltar que esse diálogo só acontece quando ambos os interlocutores possuem expressão e poder de negociação. Do contrário, o grupo mais forte faria cumprir seus desejos, sem se preocupar com o outro grupo. Se existe a negociação é porque existe a consciência de que a afronta poderia trazer prejuízos. Esse “equilíbrio” de forças só acontece para a agricultura familiar, quando esta se encontra organizada e representada em instâncias maiores, seja por meio dos órgãos públicos responsáveis, seja pelo apoio do CAV.

Mesmo assim, técnicos do CAV apontam um ponto negativo. Apesar de conseguirem aproximar agricultores e reflorestadoras por meio do GT ambiental, muitas vezes, o agricultor sozinho não é bem atendido ao fazer um contato com essas empresas. Outras vezes, também encontram problemas estruturais para fazer os contatos e existe uma certa desmobilização nas comunidades, com dificuldades para mobilizar um grupo expressivo para reivindicar. Os técnicos atribuem isso, em parte, ao fato de que, após firmado o acordo entre GT e empresas, o grupo deixou de se reunir, e lideranças e referências deixaram de desempenhar esse papel. Ao mesmo tempo, nas próprias empresas, as pessoas mudaram e o acordo acabou perdendo sua validade. Mas, como o grupo de

trabalho já não está mais ativo, os agricultores têm tido dificuldade de negociação e o CAV acaba assumindo essa responsabilidade.

Apesar dessas dificuldades, um bom passo já vem sendo dado pelo CAV, ao trabalhar não só a capacidade de reivindicação do agricultor familiar, mas também uma mudança de postura, que deve ser refletida em sua imagem, de forma que se construa uma nova relação, na qual a agricultura familiar deixe de ser encarada com desprezo e passe a ser enxergada com respeito. Esse processo de empoderamento é lento e, certamente, passará por muitas e muitas ações, negociações e, talvez, até gerações.

Um outro componente da ação têm sido as pesquisas, realizadas em parceria com o Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar Justino Obers, da Universidade Federal de Lavras, que têm dado uma base científica às ações, por meio de diagnósticos consoantes com a realidade da região, que permitem ao CAV expor e negociar com dados reconhecidos. As atividades com os recursos hídricos, por exemplo, ganharam impulso a partir dessas pesquisas, que deram forças ao CAV para organizar um seminário onde estavam reunidos agricultores, empresas reflorestadoras, órgãos e poder público, para apresentar a situação das águas no município de Turmalina e debater ações. Essa apropriação de dados científicos contribui para o empoderamento do CAV e agricultores que contam, além do saber tradicional, com o peso – às vezes excessivo – dado à ciência.

A Associação Regional também tem atuado com as pesquisas, estabelecendo parcerias com órgãos públicos, como Epamig e Universidade Federal de Viçosa.

Outro grande exemplo de empoderamento da agricultura familiar diz respeito às relações internas existentes nessa agricultura, com a mudança na posição das mulheres. A própria existência de uma área voltada às mulheres e

gênero dentro da Associação Regional foi resultado da luta de algumas mulheres que participavam da associação e propuseram atividades específicas para elas.

Nas ações com o crédito solidário, desenvolvidas pela Associação Regional - que tem 30% dos créditos direcionados às mulheres - um dos entrevistados conta que, no início, os homens acessavam os 70% dos créditos disponíveis para eles e ainda buscavam os 30% das mulheres, que não eram muito utilizados. Com a sensibilização e formação das mulheres, hoje elas estão acessando o crédito que têm garantido e, em alguns casos, até a outra parte, direcionada para homens e mulheres.

Observam também a maior participação das mulheres em todos os espaços, como conselhos, sindicatos, associações, com um melhor posicionamento. Também apontam o aumento da cidadania feminina, com maior consciência de seus direitos e menor submissão. A geração de renda e produção feminina vem sendo notada aos poucos, por exemplo, por meio dos produtos comercializados nos mercadinhos locais que, no caso do mercado da agricultura familiar de Divino, são fornecidos, em sua maioria, por mulheres. Todos esses exemplos demonstram o empoderamento feminino frente ao Estado, mercado e sociedade civil.

No Quadro 1 encontra-se é apresentado um resumo das formas de empoderamento, ilustrado com alguns exemplos.

QUADRO 1 Formas de contribuição para o empoderamento de agricultores e agricultoras e seus exemplos

Formas de contribuição para o empoderamento de agricultores e agriculturas	Exemplos
Melhor inserção em mercados	A Associação Regional e o CAV têm apoiado a reunião e comercialização de produtos, como o café, o açúcar mascavo e o mel, o desenvolvimento de marcas, o acesso a crédito para produção, melhorando a situação dos agricultores frente ao mercado.

Continua...

QUADRO 1 - Continuação.

Formas de contribuição para o empoderamento de agricultores e agriculturas	Exemplos
Inserção em espaços de gestão social	Conquista de espaços de participação em políticas nos níveis local, estadual e nacional, como o P1MC, CRSAN/PROSAN, Programa de Desenvolvimento Territorial, Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.
Maior representatividade em políticas públicas	Por meio da participação do CAV e agricultores familiares no CMDRS de Turmalina, foram incorporadas demandas ao Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável deste município, como o cercamento de 22 nascentes. Pela atuação da Associação Regional no Projeto de Desenvolvimento Territorial, o plano de ação deste projeto incorporará a construção de um galpão para agricultura familiar.
Apoio em demandas contra outros atores da sociedade civil	Discussão de questões ambientais com empresas reflorestadoras, apoio a demandas contra empresas. Em 2001, CAV e agricultores conseguiram o não desmatamento de uma área que tinha importância crucial para o abastecimento de água de uma comunidade rural.
Maior acesso aos poderes e órgãos públicos	CAV e Associação Regional apóiam as negociações de agricultores com as prefeituras municipais. Em Turmalina, por exemplo, o CAV e os agricultores solicitaram melhorias na feira municipal. Já a Associação Regional possibilitou a consecução de crédito do Pronaf Ecologia com o Banco do Brasil.
Formação de lideranças	Estímulo à formação e participação de lideranças, como no caso da constituição da AAPIVAJE e nos cursos de formação de lideranças e de formação de agricultores organizados pela Associação Regional.
Reconhecimento da sociedade em relação às questões ambientais e alternativas propostas	Por meio da atuação das OTDs, observa-se uma maior adoção de tecnologias conservacionistas por produtores não familiares e por algumas prefeituras e órgãos de assistência técnica e extensão rural.
Maior representatividade e ação das mulheres	Por meio das atividades de capacitação, reflexão, etc, desenvolvidas pela Associação Regional as mulheres têm ocupado mais postos de liderança e acessado mais créditos para produção.

Fonte: Dados de pesquisa, 2004.

De forma semelhante ao empoderamento da agricultura familiar, ocorre com a construção do capital social, que se dá no dia a dia das atividades, fruto de um processo participativo.

Um exemplo da contribuição das organizações estudadas para a construção de capital social entre os agricultores e agricultoras está na atuação com os casais de referência, realizado pelo CAV nas atividades de cercamento de nascentes. Por meio desses casais, a própria comunidade realiza o monitoramento das atividades de cercamento e resolve seus problemas, coletivamente. O CAV só interfere em casos extremos. Além de conviverem todo o tempo na comunidade, podendo monitorar melhor, os conflitos são resolvidos, muitas vezes, pela força moral que os grupos possuem dentro da comunidade. Isso demonstra um aproveitamento das relações internas para o monitoramento das atividades, o que pode ser mais efetivo que o policiamento por pessoas que não podem estar presentes o tempo todo na comunidade.

O nome da instituição (o CAV, CMDRS) empresta maior legitimidade a essas relações internas em termos de cobrança, ou seja, a pressão comunitária ganha mais força devido ao fato de entidades como o CAV e o CMDRS estarem envolvidas, demonstrando que existe um investimento naquela iniciativa e que aquilo é um recurso de toda a comunidade. Existe também um encontro anual com essas pessoas de referência, para saberem dos resultados, das dificuldades, da aceitação das ações, etc. Assim, desenvolve-se o senso de grupo e ação em conjunto, com um grande potencial de construção de capital social.

Na avaliação de projetos para o crédito solidário, realizada pela Associação Regional, também existe um estímulo ao capital social. Nela, os sindicatos e associações locais ligados à Associação têm que enviar uma carta de apresentação. Amarram, assim, os critérios de seleção para que essa possa ser feita com o aval dessas organizações locais, que possuem uma maior proximidade e conhecimento em relação aos agricultores(as) de cada município.

Um dos critérios que instituíram é que se um(a) produtor(a) de um município faz um empréstimo e fica inadimplente, outras pessoas daquele município não terão acesso ao crédito enquanto a inadimplência não for sanada. Transferem um pouco da responsabilidade para os municípios, fazendo com que tenham maior cautela na hora de fornecer as cartas de apresentação. Evita-se, assim, o descaso com esse ato que, quando não levado em consideração, traz problemas para os gestores do programa, devido à cessão de créditos para pessoas desconhecidas e ou descompromissadas. Também estimulam o capital social ao valorizar uma relação de maior solidariedade e proximidade entre os agricultores no município – visto que a inadimplência de um deles pode prejudicar os demais – que, como consequência, passam a exercer um maior poder de controle e sanção entre si.

Outra forma de estímulo ao capital social está na construção de espaços extra locais de solidariedade e participação, como indicado por Fox (1996). A Associação Regional, por exemplo, institui encontros regionais e a participação em Fóruns, onde agricultores e agricultoras podem discutir e propor ações de forma mais aberta, sem a coerção local muitas vezes exercida nos municípios pelas forças políticas locais.

O capital social também é estimulado por meio dos apoios aos grupos, como o Grupo do Nico, a AAPIVAJE e os grupos de trabalho, estimulados pelo CAV, por meio dos quais se reforça a união entre os agricultores e agricultoras e a valorização da ação em conjunto, dos laços de solidariedade e reciprocidade que podem levar a um resultado de sucesso e a um maior contato com outras organizações externas.

Por meio das Comissões Municipais, das reflexões em conjunto e do fortalecimento de iniciativas como os mercadinhos do produtor – que funcionam pela união dos agricultores, calcada na solidariedade entre eles -, a Associação Regional também tem estimulado o capital social.

Outro expediente utilizado pelas organizações para a construção de capital social é o aproveitamento de períodos de dificuldades para catalisar idéias e ações positivas para a mudança, como nos trabalhos com o café orgânico desenvolvido pela Associação Regional. Ou seja, a partir da constatação da dificuldade encontrada pelos produtores de café em relação à melhoria da qualidade do produto, mercados de comercialização, etc., iniciou-se um processo de pesquisa a partir do qual realizaram um diagnóstico da realidade da região para construção do Plano Estratégico do Café (PEC). No final do plano, visitaram a experiência dos agricultores associados de Poço Fundo, no sul de Minas. A partir dessa visita perceberam que já utilizavam muitas práticas agroecológicas, como a homeopatia, fertilizantes e caldas, como o “supermagro”, bi ogel, etc. Decidiram, então, produzir de maneira orgânica. No final de 2001 entraram em contato com uma certificadora e iniciaram os trabalhos com 45 produtores. Aos poucos, outros produtores agregaram-se, chegando a 116, contando, em 2004, com a participação de 96 produtores(as) de 7 municípios: Arapongas, Ervália, Paula Cândido, Tombos, Divino, Espera Feliz e Carangola. Observa-se, então, que, a partir de um momento de dificuldade, a Associação Regional conseguiu promover uma ação que desembocou em um trabalho coletivo, com a construção de capital social entre os agricultores envolvidos. O mesmo pode ser afirmado sobre os trabalhos desenvolvidos pelo CAV em relação aos sistemas agroflorestais, que surgiram da dificuldade de produção e tornaram-se atividades agregadoras dos agricultores.

Outra forma de construção do capital social está na participação em redes²³ de organizações, das quais tanto o CAV quanto a Associação Regional

²³ As redes podem ser definidas como “interações horizontais e práticas sociopolíticas pouco formalizadas ou institucionalizadas, entre organizações da sociedade civil, grupos e atores informais, engajados em torno de conflitos ou de solidariedades, de projetos políticos ou culturais comuns, construídos ao redor de identidades e valores coletivos” (Scherer-Warren, 1999:50). A mesma autora enfatiza o aspecto da solidariedade para a formação das redes, num processo de conciliação entre interesses individuais e bem comum.

têm feito parte. Essas redes funcionam como um elo para a articulação entre as redes submersas (formadas cotidianamente nas comunidades, com base social informal calcada no parentesco, vizinhança e amizade) e as redes “ético-políticas” formadas pelos movimentos sociais e fortalecidas com a participação das ONGs, com objetivos de promoção da cidadania (Scherer-Warren, 1999).

Dessa forma, as discussões empreendidas nesses espaços mais amplos são socializadas nos espaços locais, por meio da difusão dos conhecimentos adquiridos pelos agricultores(as) envolvidos na rede para a sua comunidade. Um exemplo é o de um agricultor do município de Leme do Prado, que tem realizado reflexões, atividades e capacitações em sua comunidade, com base nas ações das quais tem participado na Rede Pacari - uma rede voltada à valorização do conhecimento da agricultura familiar em relação às plantas medicinais do cerrado brasileiro.

Além da Rede Pacari, o CAV participa de diversos outros espaços, como a Rede Cerrado, a Rede sobre Gênero da Rede de Tecnologias Alternativas, o Fórum de Entidades Sociais do Vale do Jequitinhonha, a Articulação do Semi-Árido Mineiro, a Rede Mineira de EPS (Economia Popular Solidária), entre outras.

Da mesma forma, a Associação Regional também integra redes, como o grupo de trabalho sobre certificação orgânica do Grupo de Agricultura Orgânica do Brasil (GAO), que reúne pessoas de todo o Brasil para discutir a certificação orgânica. Também participa do grupo de discussão sobre certificação participativa com a GAO e outras organizações. Além desses, participa da Rede Mineira de Economia Solidária e do GT Sapucaí, grupo de trabalho que reúne as experiências de cafeicultura orgânica certificadas pela Certificadora Sapucaí.

As redes proporcionam, assim, um aumento das relações dos agricultores com diversos atores. Estes também são espaços para conhecer e socializar experiências. Assim, as organizações estudadas fomentam a criação de

capital social, apoiando a educação, comunicação e as alianças entre atores apoiados pela informação, como indicado por Jara (1999).

Entretanto, um ponto negativo na participação nas redes é que nem sempre os agricultores e agricultoras participam delas. Em muitas ocasiões, pela demanda de tempo, pela dificuldade de transporte, ou pela própria característica das discussões, eles deixam de participar. Nesse caso, ocorre uma certa centralização por parte da organização, que passa a deter o conhecimento entre os atores, as experiências, etc.

Outra forma de ampliação desses contatos entre agricultores e outros atores e que atua na construção de capital social são as parcerias formadas, tanto com organizações da sociedade civil quanto com órgãos públicos, para as atividades. Assim, a Associação Regional estabelece parcerias com organizações com o Centro de Tecnologia Alternativas da Zona da Mata (que apóia quase todos as ações dessa organização), a Agência de Desenvolvimento Solidário (ligada à CUT), o Instituto Marista de Solidariedade, a Cáritas Regional de Minas Gerais, Emater, Epamig, Universidade Federal de Viçosa, entre outras. Da mesma forma, o CAV conforma parcerias com órgãos como Emater, Universidade Federal de Lavras e organizações como o Centro di Volontariato Internazionale (CeVI), Cáritas Regional de Minas Gerais, Instituto Marista, Fundo Cristão para Crianças e Adolescentes, Escolas Família Agrícola, etc.

Observa-se, então, que as OTDs atuam na construção do capital social, tanto no nível local, pelo estímulo de iniciativas comunitárias e coletivas de organização e solidariedade, como os grupos de trabalho, mercadinhos e associações, quanto no nível maior que o local, por meio de parcerias e participação em redes. Isso demonstra uma consolidação desse capital social que, com a organização formada pelas comunidades locais, cria a possibilidade de articulação com instâncias maiores para a promoção do desenvolvimento rural.

No Quadro 2 são apresentadas as formas de influência na construção e no fortalecimento do capital social, utilizadas pelas organizações estudadas e exemplos de situações nas quais são observadas a construção e o fortalecimento desse ativo de capital:

QUADRO 2 Formas de contribuição para a construção e o fortalecimento do capital social de agricultores e agricultoras e seus exemplos

Formas de influência na construção e fortalecimento do capital social	Exemplos
Apoio à organização dos agricultores.	Estímulo ao trabalho em grupo, constituição da AAPIVAJE e mercadinhos locais.
Aproveitamento de energias sociais e idéias após períodos negativos	A Associação Regional impulsionou um trabalho coletivo voltado para o café orgânico, após períodos de dificuldade enfrentado pelos produtores. O CAV iniciou os trabalhos com SAFs após a degradação dos solos e o enfrentamento de problemas produtivos pelos agricultores. Ambas as iniciativas desembocaram na união de produtores e na construção de capital social.
Participação em redes regionais e nacionais	Rede Cerrado, GT Gênero da Rede PTA, Fórum do Vale, ASA-MG, Articulação Pacari, Fórum Mineiro de EPS e GT Sapucaí.
Parcerias com instituições públicas	UFLA, Epamig, UFV, Emater, entre outras.
Apoio às relações comunitárias	Nos trabalhos com nascentes, o CAV trabalha com casais de referência em cada comunidade onde existe uma nascente cercada. Esse casal funciona como um elo de ligação entre a comunidade e o CAV.
Maior contato com poderes públicos	Por meio da participação em políticas públicas os agricultores(as) passam a ter maior acesso a instâncias como a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, Secretaria da Agricultura Familiar.
Maior contato com instituições da sociedade civil	Por meio de parcerias com organizações como a ADS, centros de assessoria (CTA-ZM), Certificadora Sapucaí, Fazenda Braúna, Cáritas, Escolas Famílias, etc.

Fonte: Dados de pesquisa, 2004

4.6 A articulação entre as experiências no território

Nesse ponto cabe ressaltar a diferença de concepção e objetivos das duas organizações estudadas. O CAV foi fundado com o objetivo de encontrar alternativas sustentáveis de produção para os agricultores familiares do Alto Jequitinhonha. Sua atuação em municípios, além de Turmalina, se deu após o início de suas atividades, impulsionada pela necessidade e demanda pela expansão das experiências desenvolvidas. Trata-se de uma organização de mediação, entre agricultura familiar, técnicas de produção, órgãos de pesquisa e públicos. Já a Associação Regional tem como objetivo congregar as forças dos diversos sindicatos da região onde atua. Tem, assim, um papel de fortalecimento da representação política da agricultura familiar e o objetivo de unir forças para alcançar objetivos como a comercialização, produção sustentável, etc. Essa diferença de concepção entre as duas organizações traz também implicações diferentes para a articulação entre as diversas experiências nos municípios do território no qual atuam.

No caso do CAV, não existe grande articulação entre as forças políticas dos vários municípios, a não ser no caso do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC)²⁴. No entanto, existe uma articulação entre as atividades desenvolvidas e sua divulgação, com o fortalecimento da imagem da organização e de sua representatividade frente aos órgãos governamentais e não-governamentais. A articulação entre as experiências se dá em momentos de trocas de experiência, como os que acontecem entre os monitores de sistemas agroflorestais, por exemplo. Essa troca de experiências é muito interessante, visto que se os agricultores não realizam atividades em conjunto, de outro lado, são capazes de aprender e ensinar com suas experiências e de outros monitores.

²⁴ Nesse programa, em cada município, trabalhado, existem Unidades Executoras Locais do projeto e há o estímulo para a formação de grupos locais de discussão para debater o tema das políticas públicas de convivência com o semi-árido. Essas experiências locais se articulam no Fórum de Entidades Sociais do Vale do Jequitinhonha e no Fórum do Semi-Árido Mineiro.

Essa sinergia proporciona um aumento de conhecimentos e também um intercâmbio cultural, com as amizades feitas, as piadas trocadas e contribui para que se tenham agricultores mais capacitados no aspecto da agricultura e da inserção social. Nesses momentos compartilham entre si o que têm observado, o que tem havido de mudanças, trocando as impressões dos agricultores como pesquisadores.

No caso da Associação Regional, desde sua criação, existe o objetivo de articular as forças dos diversos sindicatos e associações ligadas a eles. Por meio de encontros regionais que são repassados aos municípios, conseguem essa articulação. Realizam também trocas de experiências dentro do território em que atuam.

Porém, diante do ao exposto em relação à articulação das experiências, cabe também ressaltar um limite da atuação das organizações analisadas: seu alcance parcial. O público atingido pelas OTDs estudadas é pequeno, quando se faz uma análise do número total de agricultores familiares nos municípios nos quais atuam. Entretanto, quando se analisa o objetivo das experiências, percebe-se que elas não procuram ser onipresentes. Buscam organizar agricultores(as), experimentar e divulgar práticas sustentáveis de agricultura e utilização de recursos naturais, promover uma maior inserção da agricultura familiar em mercados, modificar relações sociais de gênero e representação política, melhorar a qualidade de vida de populações rurais, entre tantos outros objetivos. Com isso, procuram realizar um projeto, mas também sensibilizar outros agricultores e representantes de poderes e órgãos públicos para a construção em conjunto de novas experiências.

Um elemento central da ação dessas organizações é que “trabalham com quem quer trabalhar”. Esse é um princípio que, apesar de simples, é muito importante, pois faz com que se desenvolvam atividades apenas com pessoas realmente dispostas a participar e a dedicarem-se à construção de um projeto

conjunto, o que garante que a ação seja feita com maior satisfação e dedicação, levando a melhores resultados.

Algumas limitações contribuem, assim, para que o público envolvido seja parcial, como a insuficiência de técnicos e recursos, a pequena atenção dispensada por poderes e órgãos públicos, as diferenças de vivência e de disponibilidade para o trabalho existentes entre os agricultores(as) familiares, as forças sociais que se opõem às mudanças, as opiniões divergentes e não identificadas com as linhas de ação dessas organizações, seja entre os próprios agricultores familiares ou outros atores sociais, além de tantos outros fatores visíveis e invisíveis. No entanto, aos poucos, essas experiências têm conseguido se expandir, conquistar espaços e construir um projeto de desenvolvimento para a agricultura familiar, talvez não da forma ideal, mas da forma possível.

Independente das características particulares de cada organização - de sua atuação na articulação política ou das atividades desenvolvidas em sua área de ação - e de suas limitações, observa-se que ambas conseguem conformar um território de ação, reunindo experiências com características semelhantes. Atuam na união de atores com culturas, sistemas de produção, problemas e potencialidades que se identificam. Por meio dessa atuação, realizam um movimento de mão dupla. Por um lado, adquirem um conhecimento bastante consistente da região em que atuam, fator necessário para que possam ter uma ação calcada na realidade e nas necessidades locais. De outro, contribuem para a consolidação dessas características, ou seja, pela articulação entre elas, dão visibilidade e consistência às características, potencialidades e demandas locais.

Dessa forma, atuam na articulação das experiências nos territórios, ao mesmo tempo que contribuem para sua identificação, conhecimento e reconhecimento, dando a oportunidade para que as forças sociais e produtivas ali existentes se descubram e sejam descobertas, conforme Bourdieu (1989).

Ainda utilizando os ensinamentos de Bourdieu, essa constatação leva a ressaltar a importância da ação dessas organizações para a conformação de projetos territoriais que não sejam apenas figurativos, ou seja, que atuam em regiões que não se reconhecem como pertencentes a um mesmo território e que, por isso, não são capazes de desenvolver ações em conjunto. Por meio da ação das OTDs estudadas, conforma-se a possibilidade da construção de territórios representativos, estabelecidos a partir de critérios que se aproximam das dinâmicas locais e que, por isso, tem maior possibilidade de mobilizar as forças sociais ali existentes em torno de um projeto comum.

Observa-se também que, a partir de sua ação com a agricultura familiar, estimulando a criação de grupos, articulando parcerias, participando de políticas públicas, essas organizações podem ter um papel significativo para a construção do que Abramovay (2000a) denomina de “pacto de desenvolvimento territorial”. Os objetivos deste pacto são unir forças entre atores de um território e estimular aspectos estratégicos para a promoção do desenvolvimento local. Por meio dessa ação, abre-se a possibilidade de que as políticas territoriais não apenas decidam para onde vão recursos existentes, mas também criem recursos por meio de organizações significativas para os atores locais (Beduschi Filho & Abramovay, 2003).

4.7 OTDs, gestão social e políticas públicas

Na época atual, em que as políticas públicas têm passado por mudanças significativas, o apoio de organizações que auxiliem a agricultura familiar no processo de gestão social torna-se bastante importante. Nesse sentido, os resultados da pesquisa de campo indicaram uma grande participação das organizações estudadas nesses espaços.

Várias são as formas com as quais as OTDs estudadas têm participado e influenciado nas políticas públicas. Essa atuação se dá tanto no município

quanto em políticas estaduais e federais. Mas, uma diferença torna-se evidente nesse fato. No âmbito federal e estadual, as organizações participam de políticas públicas bem delimitadas, via projetos, programas, fóruns, etc. Já nos municípios, com exceção da participação nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), em que atuam em relação ao Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, as demais atividades dificilmente se inserem em políticas públicas delimitadas, que integram um projeto. Quando essa inserção acontece, a iniciativa geralmente parte da própria OTD, como é o caso do projeto para melhoria da feira municipal de Turmalina, na qual, a partir da proposta do CAV, a prefeitura é parceira, no entanto, com algumas dificuldades.

Talvez por isso, o que mais frequentemente se observa nos municípios são influências realizadas por meio de negociações constantes e, geralmente, dependentes de contatos específicos, ou seja, de quem ocupa o cargo de prefeito, secretário de agricultura, etc. A mudança de dirigentes afeta diretamente esse relacionamento entre OTD e poder público municipal, caracterizando uma relação personalista.

Outro aspecto é que, muitas vezes, esses relacionamentos envolvem atores que historicamente tiveram posições políticas diferentes, em várias ocasiões, travando conflitos entre si. Isso faz com que tanto as organizações como as prefeituras tenham receio em desenvolver projetos conjuntos. No caso do CAV, contam que, em tempo atrás, tiveram dificuldades em firmar parceria com a prefeitura de Turmalina devido às divergências existentes entre poder público local e STR. Com o passar do tempo, encontraram uma maior abertura por meio da secretaria de agricultura e começaram uma maior aproximação.

Ao expandir ações para os municípios de Minas Novas, Leme do Prado e Chapada do Norte, o CAV realizou um primeiro contato com prefeituras e STRs, que são organizações locais com potencial de apoio ao desenvolvimento

da agricultura familiar, cuja parceria é fundamental para a realização e a continuidade de atividades. Os membros da equipe do CAV avaliam que de modo geral, lidar com as prefeituras é um tanto difícil, visto serem pouco acessíveis, sendo necessários tempo e paciência para encontrar os representantes na hora e local certos, para que haja uma negociação. Nos primeiros contatos do CAV com as prefeituras, contam que esses representantes geralmente se mostraram um tanto desconfiados, receosos de que estavam ali para pedir doações ou apoio financeiro, estrutural, etc. À medida que apresentaram as contrapartidas e explicaram o que o CAV realizaria, demonstrando aos poucos a boa intenção da proposta, passaram a ter um melhor contato.

Mesmo assim, no final de 2004, o único município com o qual possuíam uma relação mais estreita era Minas Novas e, mesmo assim, em relação pessoal por meio de seu secretário de agricultura. Um problema apontado é que, muitas vezes, o poder público tem a intenção de manipular a organização para proveito próprio. Quando isso não é possível, geralmente vêem a organização como concorrente.

Contudo, têm conseguido alguns resultados nos relacionamentos com o poder público. Avaliam que, no mínimo, este cumpriu com a contrapartida que deveria dar, por exemplo, no caso da proteção de nascentes, em que o transporte dos materiais, do cercamento até as nascentes, foi feito pelas prefeituras que, em vários casos, também providenciam transporte para que agricultores e agricultoras possam participar de eventos ligados ao CAV. Outra ação foi a cessão de um caminhão por parte da prefeitura municipal de Turmalina – os agricultores custearam o combustível - para o transporte de insumos comprados em conjunto pelos produtores de hortaliças. Essa mesma prefeitura também cede um funcionário ao CAV, por meio de um convênio realizado entre ambos.

Afirmam, entretanto, que esses resultados são conseguidos ‘meio na marra’, pela organização dos agricultores que sempre negociam com igualdade e

fazem também propostas, apoiados pelo CAV. Assim, as conquistas via prefeitura não são vistas como favores e sim como a facilitação de um processo de desenvolvimento.

Nas ações do CAV com as feiras de Turmalina e Minas Novas, as prefeituras municipais são parceiras. No entanto, em Turmalina tem havido dificuldades para que a prefeitura cumpra seu papel no projeto. Já em Minas Novas, por meio do contato com o secretário de agricultura, tem um bom relacionamento com a direção do município. Nesse último caso, temem pelo destino da parceria, com a derrota nas últimas eleições municipais.

Os representantes da Associação Regional entrevistados também colocam essa característica personalista nos relacionamentos com as prefeituras. No entanto, essa organização tem tido menor diálogo com os poderes públicos locais. Um aspecto que ajuda a explicar esse menor contato está no fato de que, por ser uma organização de representação regional, a Associação Regional não realiza muitos contatos com os municípios, ficando essa atribuição a cargo dos STRs e associações locais. Isso pode ser percebido na resposta dada por um dos coordenadores de área da Associação Regional, quando perguntado sobre a existência desses relacionamentos:

‘Com a Associação Regional não. Agora, alguns municípios que trabalham com a Associação Regional conseguem ter uma aproximação melhor. Acaiaca, por exemplo, o prefeito é o Padre João, do PT, né? Aí, no caso do desenvolvimento local lá, existe a parceria da prefeitura e o sindicato. Tombos já teve parceria com a Prefeitura, mas, hoje, tá mais distante. Arapongas também tá tendo parceria com a prefeitura ...’
(liderança A).

Outra possível contribuição para essa diferença encontrada entre as duas organizações estudadas em relação ao diálogo com o poder público local pode estar na característica de cada uma delas. O CAV é uma organização de mediação, a Associação Regional uma organização de representação. Dessa

forma, o CAV possui como princípio buscar o desenvolvimento de alternativas e experiências demonstrativas e a influência em políticas públicas; a partir disso, procura sempre envolver o poder público municipal em seus eventos. Atua sobre a organização dos agricultores para fazer propostas e solicitar apoios. Por não se tratar de uma organização de representação, que trava disputas diretas pelos interesses da agricultura familiar, como são os sindicatos, consegue manter uma certa neutralidade e tem conseguido algum sucesso.

Já a Associação Regional também visa a influência em políticas públicas, mas como uma organização de representação, formada pelos diversos sindicatos da Zona da Mata mineira, conta com dirigentes diretamente envolvidos nas disputas de poder locais. Isso dificulta a “neutralidade” assumida pelo CAV que, apesar de ter origem no movimento sindical, conta com um corpo de técnicos que se apóia principalmente no saber técnico para “negociar” suas demandas.

Na Associação Regional, não existe um corpo técnico, mas sim dirigentes eleitos para coordenar as áreas de trabalho da Associação, sendo remunerados por isso. Desenvolvem, dessa forma, também, um trabalho técnico, mas, como coordenadores eleitos, possuem um tempo limitado de atuação nessa função. Na renovação do quadro de coordenadores são outros dirigentes dos STRs e associações ligados à Associação Regional que irão assumir. Já no caso do CAV, os técnicos são contratados para desempenhar essa função e não possuem ligação direta com os movimentos sindicais, possuindo um relativo distanciamento das demandas entre forças locais.

Um dos coordenadores de área da Associação Regional deu o seguinte depoimento em relação ao pequeno contato com as prefeituras, quando perguntado sobre seu motivo:

‘Não sei se pela própria tradição política, né? Porque os sindicatos são tudo mais ligados ao PT, né? E boa parte das prefeituras tã na mão de

grupo de oposição. Acho que historicamente já criou um distanciamento, né? E, agora que a gente tá vendo a necessidade de começar a aproximar. Não adianta você ser contra, simplesmente contra...” (Liderança A).

Como é uma organização sediada no município de Turmalina, o CAV participa do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), espaço de gestão social que, quando ocupado por bons representantes, tem trazido resultados satisfatórios. O CAV representa a sociedade civil, ocupando por meio de seu representante, a presidência do conselho. Nesse espaço existem melhores condições para a influência nas políticas públicas municipais, pelo Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS), que é elaborado pelos componentes do Conselho, formado ainda por outras organizações da sociedade civil, agricultores familiares e poder público local. Por esse plano, cria-se um certo compromisso entre os diversos representantes e poder público. Com a participação no CMDRS tem conseguido influenciar de maneira mais visível a política municipal voltada à agricultura familiar.

No início de sua ação, os CMDRS recebiam recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)²⁵ para executar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS). No PMDRS de Turmalina, aprovaram a aquisição de equipamentos para colheita de mel para serem distribuídos em pólos de referência de comunidades de Turmalina, a construção de várias bacias de contenção da água da chuva, proteção de 22 nascentes no município e a construção de um galpão para o armazenamento de

²⁵ Esses recursos faziam parte dos investimentos da linha de infra-estrutura e serviços do Pronaf, que conta ainda com as linhas de crédito e de capacitação. Essa linha destina-se ao investimento a fundo perdido em obras e melhorias de infra-estrutura que contribuam para qualidade de vida e para a produção da agricultura familiar em municípios selecionados de acordo com critérios específicos. Os recursos do Pronaf Infra-Estrutura e Serviços só podiam ser aplicados pelo município a partir do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS), elaborado pelo CMDRS.

açúcar mascavo. Todas são atividades cujo início ocorreu pela ação do CAV e que hoje já são reconhecidas e executadas por diversos agricultores no município, sendo encaradas pelos próprios membros do poder público como idéias viáveis.

Um representante do CAV também participou do Conselho Municipal de Conservação, Defesa e Desenvolvimento do Meio Ambiente (CODEMA). Um dos entrevistados avalia que a participação nos conselhos é bastante importante. Conta que, apesar de muitas vezes o poder público não perceber o valor da parceria com o CAV, nesses conselhos - a partir do trabalho sério, imparcial e comprometido que o CAV tem desenvolvido, contribuindo para o bom funcionamento desse espaço - têm recebido reconhecimento. Desde o ano de 2004, o CMDRS não recebe mais os recursos do Pronaf e, em Turmalina, as ações desenvolvidas em relação ao plano têm sido executadas por meio da gestão dos recursos municipais. O CAV também procura sempre inserir outros agricultores nos conselhos, como forma de aumentar a representatividade da agricultura familiar.

A Associação Regional já teve representação no Conselho Municipal de Espera Feliz, mas, na época da realização da pesquisa, não participava mais desse espaço. Nos diversos municípios em que ela atua, existe a participação dos representantes dos STRs e associações, mas, de acordo com a particularidade de cada um desses municípios. Em Tombos, por exemplo, representantes da Comissão Municipal de Mulheres participam do CMDRS e também de outros conselhos, como de educação e ação social.

Também no âmbito federal e estadual, as OTDs têm participado de políticas públicas importantes de gestão social. Essa participação, em boa parte das vezes, se dá a partir do convite de representantes dos poderes e órgãos públicos, a partir da divulgação das experiências desenvolvidas pelas OTDs.

Um exemplo é o Projeto Territórios, uma política pública do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que busca desenvolver um projeto territorial de desenvolvimento, com discussão, nivelamento e agregação de iniciativas governamentais e não governamentais. No Alto Jequitinhonha, a proposta de formação de um território foi apresentada à Associação dos Municípios do Alto Jequitinhonha (AMAJE), que convidou o CAV, como entidade da sociedade civil, para participar das discussões. O CAV faz parte do conselho gestor provisório do território - que congrega 21 municípios -, junto com outras entidades, como a unidade regional da Emater, de Diamantina. Nesse espaço de gestão social, além do relacionamento com representantes do governo federal, órgãos públicos estaduais e municipais, possuem relacionamentos com municípios e têm participado bastante ativamente, trocando experiências com outras ONGs, órgãos do governo, como Emater, IEF, IDENE e várias outras.

Representantes do CAV afirmam que têm havido divergências mas também convergências, em um modo de convívio que leva ao respeito mútuo. Um dos técnicos avalia que, apesar das particularidades de cada local, existem coisas em comum e que a maioria das dificuldades e das potencialidades é comum. Assim, por exemplo, questões relativas à educação, água, saúde, meio ambiente e potenciais, como a força do povo e a cultura, são comuns, podendo ser coletivamente discutidas. Há um plano de desenvolvimento rural sustentável pronto, aguardando a liberação de recursos pela Caixa Econômica Federal. A participação do CAV influenciou a formação do plano, por exemplo, no que diz respeito ao estímulo à apicultura, atividade que conta com a previsão da construção de um entreposto de mel, no município de Turmalina, que terá caráter regional e agregará outros entrepostos locais. Afirmam que a valorização dessa atividade no plano aconteceu principalmente devido ao trabalho que o CAV vem desenvolvendo, em parceria com a AAPIVAJE.

Tem avaliado como interessante essa participação, mas apontam a necessidade de que aja uma atuação efetiva do poder público federal, que tem trazido, como pano de fundo de todas essas discussões, o financiamento das atividades. A demora do governo em cumprir sua parte tem desanimado um pouco os participantes, principalmente da sociedade civil, que são chamados para discutir e debater, elaboram o plano, mas enfrentam dificuldades na hora de executá-lo, com a demora do governo na liberação dos recursos. Segundo um membro da equipe do CAV, isso se torna complicado, pois estão interessados, investindo tempo, colocando as idéias, mas não vêem resultado. Avaliam, então, que falta maior definição por parte dos governos e do poder público em efetivamente apoiar os esforços desses grupos.

Com base nessas constatações, fica claro que o processo de gestão social pode apresentar alguns problemas. Um é aquele que diz respeito à atuação das organizações da sociedade civil junto ao poder público e órgãos locais, que pode trazer conflitos. Outro, diz respeito à própria atuação do poder público federal que, em alguns casos, cria a expectativa, mas não cumpre suas promessas, desperdiçando grandes esforços locais de mobilização²⁶.

Em relação ao primeiro dos problemas citados, parece não haver uma grande expressão nesse Programa de Desenvolvimento Territorial, do qual participam tanto o CAV quanto a Associação Regional.

A Associação Regional participou da criação e compõe o Programa Território da Serra do Brigadeiro, junto com organizações como o CTA da Zona da Mata, Emater, Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Epamig. Também faz parte da coordenação da implementação das atividades dessa política territorial.

²⁶ Esse fato também pode ser atribuído ao que Serva (1997) chama de diferenças de racionalidade entre ONGs e poder público, que levam a uma diferença nas formas de gestão, com o poder público apresentando uma gestão mais burocrática, utilitarista e, às vezes, em tempos diferenciados das dinâmicas sociais locais.

Um membro da organização afirma que, a partir do trabalho nesse programa, a associação tem voltado mais suas atenções para o contato com o poder público municipal, visto que precisa elaborar planos de trabalho onde é necessária a negociação com as prefeituras.

Esse é um elemento de destaque, que é a mão dupla dessas políticas de gestão social. Se, por um lado, forçam um diálogo do poder público com a sociedade civil, por outro também conduzem a uma aproximação entre sociedade civil e poder público, rompendo, às vezes, com barreiras históricas. O Programa de Desenvolvimento Territorial procura corrigir os problemas da municipalização do desenvolvimento trazidos pelo Pronaf Infra-Estrutura, que tinha suas ações voltadas ao município. Com os recursos do Pronaf Infra-Estrutura sendo repassados para os municípios, criavam-se condições para sua apropriação pelo poder político local. Com os projetos elaborados e os recursos geridos por uma instância maior, territorial, o conjunto de organizações dos agricultores em âmbito regional se fortalece, com um maior equilíbrio de forças.

O plano territorial da Serra do Brigadeiro prevê a construção de um armazém no município de Divino, com o apoio da prefeitura, voltado para a reunião dos produtos da agricultura familiar, ação identificada com os trabalhos da Associação Regional em relação à comercialização.

A incorporação de demandas locais pelas OTDs é um dos pontos positivos da participação dessas organizações. Assim, representantes do CAV lembram que, nesse tipo de projeto, existe espaço para demandas que ‘partem da gente’, ou seja, partem do local e respeitam a dinâmica local. Por isso, a casa de mel, que também foi uma iniciativa discutida pelo CAV como uma estratégia para beneficiar e comercializar o mel, não terá sua localização em qualquer município que técnicos do governo achem ideal, mas em Turmalina, onde já existe uma associação, já existe uma articulação com o resto do Alto Jequitinhonha, além de se tratar de um município bem situado geograficamente.

Quando se fala da parceria entre poder público e sociedade civil, dentro desses projetos, como o Programa de Desenvolvimento Territorial, representantes do CAV afirmam que o poder público possui algumas limitações e que, na maior parte das vezes, não procura se capacitar para buscar alternativas de desenvolvimento. Por isso, a formatação dos projetos que têm participado tem sido dada, principalmente, pela sociedade civil, que está mais envolvida, possuindo maior conhecimento da realidade e capacidade para propor.

Esses representantes também mencionam a dificuldade que a maioria das prefeituras tem em construir um projeto de desenvolvimento eficaz. Isso contribui para que a atuação mais efetiva para a formulação de propostas nas políticas públicas na região do Alto Jequitinhonha tenha sido feita pelo CAV que, pela forma como tem elaborado propostas e pelos resultados obtidos, tem convencido e animado agricultores(as) e representantes dos governos municipal, estadual e federal.

Essa influência das experiências desenvolvidas pelas OTDs nas políticas governamentais também pode ser ilustrada com outros exemplos. No caso da Associação Regional, por meio da experiência com o Plano de Formação de Agricultores, em parceria com CTA e Epamig, está sendo desenvolvida uma forma diferente de assistência técnica e extensão rural com a participação dos próprios agricultores. Essa experiência chegou ao conhecimento dos representantes do governo federal, responsáveis por construir a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Foram então convidados para participar das oficinas que vinham acontecendo para o nivelamento de conceitos nos estados e regiões nacionais. Nessas oficinas, apresentou e debateram a experiência. Dessa participação, a política incorporou diversos elementos apresentados, ficando, segundo o depoimento da liderança entrevistada, bastante parecida com o que tem-se desenvolvido na Zona da Mata.

A Associação Regional participou ainda das discussões de outra política pública, que é a de crédito fundiário. Na base da Associação existe uma experiência de referência, que foi desenvolvida pelo STR do município de Arapongas, com a compra coletiva de terras. A Associação, como representante dos sindicatos, foi convocada para discutir a política de crédito fundiário, juntamente com o MDA, Instituto de Terras de Minas Gerais (ITER), CTA Zona da Mata e outras organizações, para resolverem como participariam nessa política. No entanto, tiveram algumas dificuldades e o processo ainda não se concretizou.

O CAV também faz parte das discussões da política de assistência técnica e extensão rural. Tem atuado também no Plano Nacional contra a Desertificação, junto com organismos governamentais e não-governamentais do Vale do Jequitinhonha e do Norte de Minas.

O CAV ainda participa da Articulação do Semi-Árido (ASA), sendo uma das Unidades Gestoras Microrregionais do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (PIMC), uma política pública por diversas organizações da sociedade civil, que conta com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Social, Federação Brasileira dos Bancos, entre outros e visa a construção de cisternas para a captação de água das chuvas. A escolha da UGM e da quantidade de cisternas a serem construídas em cada microrregião é negociada nos fóruns regionais da ASA, realizados em cada microrregião dos estados onde o PIMC atua, reunindo as organizações e movimentos ligados à questão da água e do desenvolvimento rural. A UGM é quem gerencia todos os recursos do projeto, com exceção dos recursos para a mobilização das comunidades nos municípios, que são repassados para as Unidades Executoras Locais (UEs – também organizações não-governamentais, como sindicatos, centros de assessoria, etc).

A escolha do CAV para a participação como UGM foi feita no Fórum de Entidades Sociais do Vale do Jequitinhonha - espaço que conta com a participação de diversas organizações da região - por ser considerada a entidade mais capacitada no momento. Por meio dessa atuação, tem procurado agregar aos trabalhos do PIMC as experiências desenvolvidas, buscando uma melhor adaptação das atividades à realidade local.

CAV e Associação Regional participam ainda de outro espaço de gestão social, o Programa Mutirão pela Segurança Alimentar e Nutricional em Minas Gerais (PROSAN), que financia projetos comunitários no valor de até R\$ 15.000,00, em sua maioria ligados à segurança alimentar e à produção coletiva da agricultura familiar. Essa é uma iniciativa experimental, implantada somente em Minas Gerais em 2002 e que recebe recursos do governo estadual, com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Social. A Cáritas Brasileira executa o projeto, com o apoio das comissões regionais, presentes em 10 regiões do estado de Minas Gerais. O CAV e a Associação Regional integram essas comissões em suas regiões, atuando na divulgação do programa nos municípios e na avaliação dos projetos para financiamento, juntamente com outros representantes do poder público e da sociedade civil.

Além de participar de políticas públicas nos âmbitos municipal, estadual e federal, em algumas delas com uma maior participação em todas as etapas, desde a concepção até a avaliação, e em outras com um envolvimento um pouco menor, as OTDs estudadas têm também buscado uma maior efetividade de algumas políticas por meio de negociações, manifestações e da organização dos agricultores(as), como em relação ao Pronaf .

A Associação Regional, por exemplo, estimulou o grupo de agricultores que cultiva café orgânico a acessar o crédito do Pronaf Ecologia. Esta é uma modalidade de crédito com maior prazo para pagamento - 8 anos, dos quais três anos de carência e mais cinco pra pagar – que nunca havia sido feita na região da

Zona da Mata. Um dos coordenadores da Associação Regional conta que, em um dos municípios, foram feitas diversas reuniões com o Banco do Brasil, sendo formada uma comissão para discussão. Segundo ele, o Banco do Brasil alegava que não havia dinheiro para essa linha de crédito. Por meio da comissão, pressionaram, buscaram informações na superintendência do Banco do Brasil em Belo Horizonte e comprovaram que muito do que era falado não era realmente da forma como os representantes do Banco do Brasil diziam. Realizaram ainda contatos com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e com a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). A partir daí foram procurados por representantes do Banco do Brasil e avisados de que havia recursos em conta para o Pronaf Ecologia. Já em outros municípios, o acesso foi mais tranqüilo, de acordo com as características da gerência de cada banco, como em Arapongas e Viçosa. Segundo depoimento, a maior ou a menor agilidade na liberação dos recursos dependem também da questão política de cada município; em alguns casos, órgãos como a Emater atrapalham; já em outros, auxiliam. No total foram aprovados 54 projetos em 8 municípios.

Em Turmalina, o exemplo foi de sinergia entre CMDRS, CAV e Emater, que chamaram a nova gerência do Banco do Brasil para negociar e, a partir da receptividade encontrada, começaram a elaborar projetos. A organização dos produtores, já existente através dos GTs animados pelo CAV, facilitou boa parte das ações e foram liberados créditos para aproximadamente 170 projetos de custeio e investimento.

Observa-se, a partir disso, que o relacionamento com os órgãos públicos ocorre de forma satisfatória, apesar de algumas dificuldades. Têm estabelecido parcerias com entidades como a Emater, Epamig, IEF, UFLA, entre outros. Mas esse contato também está amarrado a um determinado técnico, mais aberto a esse tipo de relacionamento. No entanto, mesmo com essa condicionante, têm conseguido, pela organização dos agricultores(as) em grupos, do convite para

que esses órgãos participem de atividades que envolvem os agricultores familiares, forçar um maior comprometimento e posicionamento desses técnicos, mesmo nos casos em que eles não possuem grande identificação.

Pelos exemplos citados percebe-se a importância dessas organizações para a formatação de políticas adequadas à agricultura familiar, contribuindo tanto para a existência de projetos adaptados às condições locais, quanto para o melhor funcionamento de projetos já elaborados ou cuja elaboração é feita por atores “de fora”. O que se observa é que em todos os níveis, sejam municipais, estaduais, federais ou em órgãos públicos, as OTDs têm encontrado espaços para a negociação de demandas e para a formatação de projetos que se identifiquem com a agricultura familiar, realizando uma “ponte” entre políticas e público local. Os resultados dessa atuação, que se dá em um período recente, muitas vezes não possuem muita visibilidade, mas constituem uma avanço na democracia de nosso país e no acesso da agricultura familiar aos benefícios sociais, políticos e econômicos dos quais vem sendo excluída.

No entanto, aqui também é preciso refletir sobre alguns aspectos dessa relação, que podem trazer problemas ou que poderiam ser melhorados. Um deles diz respeito ao processo de “captura” que pode ocorrer por parte do Estado em relação às organizações. É o que se tem observado em parte em projetos como o PIMC, nos quais, para o financiamento das atividades, o Estado passa a impor metodologias, metas, prazos e ações que, muitas vezes, vão contra os ritmos de trabalho e modos de ação dessas organizações. Outro ponto está na pouca abertura para a proposição por parte das ONGs. O que se observa, em vários casos, é a chegada de projetos de gestão social já formatados, dos quais as ONGs são convidadas a participar. Mesmo em projetos como o PIMC (formatado pela sociedade civil organizada), em alguns casos, não existe a abertura para negociação de novas demandas, nem para a adaptação do projeto entre as regiões trabalhadas no semi-árido. Observa-se, assim a necessidade de que essas

organizações construam relações diferenciadas com as políticas públicas. Isso depende, em parte, também da mudança de postura de governos, num processo de negociação e aprendizado para ambas as partes.

4.8 Algumas formas de contribuição ao desenvolvimento da agricultura familiar

Finalizando, pode-se perceber por meio da análise dos dados da pesquisa e do relatado até aqui, que, por meio de sua ação, as organizações estudadas têm contribuído para o desenvolvimento da agricultura familiar, pela melhoria de acesso a ativos que podem influenciar as trajetórias de desenvolvimento desse segmento. Esses ativos permitem aos agricultores agir no sentido de melhorar sua qualidade de vida, dar melhor sentido à sua vida por meio de pressupostos sociais e culturais afirmados e melhorar suas relações com outros recursos e instâncias, levando ao empoderamento. Isso pode ser observado a partir de uma maior capacitação dos agricultores e agricultoras, de melhorias da qualidade ambiental de suas áreas, do apoio material aos processos produtivos por eles desenvolvidos, da valorização das qualidades e cultura locais, da melhoria nas relações com grupos como prefeituras, outras entidades civis, etc.

Um aspecto importante dessa constatação é que essa contribuição parte de um processo dialético. Foi a partir da organização dos trabalhadores e agricultores familiares que ambas as experiências tiveram início. Sua formação foi o resultado de um processo de busca por parte de movimentos organizados da agricultura familiar por melhores condições de vida. E a partir dessa organização, tem havido, então, uma melhoria do acesso a ativos de capital por parte desses agricultores. Ao mesmo tempo que essas organizações contribuem para o desenvolvimento da agricultura familiar, dela partem, nela se apóiam e por ela existem.

Um resumo das formas de contribuição aos ativos de capital, de acordo com a perspectiva de Bebbington (1999), encontra-se no Quadro 3.

QUADRO 3 Ativos estimulados pelas organizações estudadas e formas de contribuição com esses ativos

Ativo	Forma de contribuição
Capital humano	Cursos de formação, encontros de troca de experiência, dias de campo, seminários.
Capital natural	Recuperação de solos e nascentes, cultivos sustentáveis.
Capital produzido	Facilitação na aquisição de equipamentos, embalagens, crédito, desenvolvimento de novas técnicas de produção.
Capital cultural	Fortalecimento da identidade e auto-estima da agricultura familiar e valorização dos saberes tradicionais, valorização das mulheres.
Capital social	Apoio a reflexões comunitárias, formação de grupos e associações, participação em espaços de gestão pública, conselhos, redes.

Dados: Pesquisa de campo, 2004

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando a análise apresentada, algumas considerações tornam-se importantes. Observou-se a existência, nas organizações estudadas, de diversos elementos de destaque para a análise do desenvolvimento rural e da agricultura familiar.

Um deles, que se tornou bastante claro, trata da necessidade da existência de organizações de apoio à agricultura familiar. Foi devido a essa necessidade que as organizações estudadas foram criadas pelos próprios agricultores(as). Descobrir novas técnicas de produção, melhorar a qualidade de produtos e formas de comercialização, articular mercados, pesquisar formas de conservação e recuperação de recursos naturais, participar em espaços de representação política e redes e articulações diversas, adquirir conhecimentos e capacidades em variadas áreas, etc., são tarefas difíceis de serem realizadas pelos agricultores no dia a dia, visto que demandam tempo, conhecimentos técnicos, recursos financeiros e materiais, entre tantos outros requisitos.

Na ausência de estruturas específicas para esse fim, tal tarefa se tornaria bastante difícil para agricultores familiares, que teriam que dedicar tempo e esforços para se capacitar, articular, etc., e, em muitos casos, poderiam até ter que abandonar a condição de agricultor(a), comprometendo o sustento da família, para desenvolver tais atividades. As organizações de apoio auxiliam assim nesse processo. É importante frisar que isso não significa que agricultores e agricultoras simplesmente deleguem essa responsabilidade às organizações de apoio, afastando-se do processo. No entanto, com o auxílio delas, podem ter uma participação de acordo com suas possibilidades, contribuindo e recebendo contribuições durante esse processo dialógico.

Um exemplo diz respeito às políticas públicas. Com a chamada das políticas públicas atuais para a participação da sociedade civil e com a

necessidade de que a sociedade organizada se envolva diretamente em todos os níveis dessas políticas, inclusive em sua execução, para que consiga realizar programas de acordo com suas demandas e projetos de vida – requisitos esses muitas vezes não supridos por executores de políticas ligados aos órgãos e poderes públicos -, torna-se vital a existência de estruturas específicas para esse fim. O Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) ilustra isso. Nesse projeto, para que se consiga a construção de um milhão de cisternas para armazenamento de água da chuva em regiões do semi-árido e a sensibilização e capacitação da população local para discutir a convivência com o semi-árido e as políticas públicas para essa região, os movimentos organizados se envolveram na execução de todo o projeto. Tais empreitadas exigem uma grande dedicação para serem realizadas. Se os agricultores(as) não contassem com estruturas como organizações não-governamentais e sindicatos que os apoiassem nesse processo, dificilmente teriam condição de realizar a gestão do programa por meio de uma associação, por exemplo. Para a operacionalização desse tipo de programa, é necessário que haja pessoas com disponibilidade exclusiva e uma estrutura adequada, o que dificilmente seria o caso, e nem o papel, de uma associação de produtores.

Mas, após a fundação dessas organizações, elas ganham vida própria e passam a integrar espaços às vezes impensados pelos próprios agricultores, como redes de organizações afins, novos espaços de políticas públicas, etc. O desafio aí está em não abandonar a relação de troca na qual teve origem e continuar sendo expressão dos interesses da agricultura familiar e não apenas de seus próprios interesses, garantindo a participação dos agricultores em seus destinos e ações. O que pôde ser observado nessa pesquisa é que as organizações estudadas preocupam-se com isso e procuram estimular a participação em todos os seus trabalhos. A participação é o componente central, enfatizado tanto por técnicos como pelos próprios agricultores.

Apesar disso, em alguns casos, a relação entre organização de apoio e agricultores(as) familiares, às vezes, parece chegar ao nível de tutela, com uma forte dependência dos agricultores para a realização das atividades. No entanto, compreendendo a origem da relação, como comentado anteriormente, observa-se que isso se dá exatamente pelo objetivo para o qual essas organizações foram criadas: apoiar. Assim, por exemplo, encontrar mercados, realizar contatos telefônicos, de internet ou fax, comprar embalagens, transportar produtos, etc., podem ser tarefas difíceis para qualquer empreendedor. O que essas organizações fazem é conduzir um processo educativo, partindo da demanda e contando com a participação dos agricultores, para que, no futuro, eles tenham conhecimento, estrutura e condições de realizar esse processo autonomamente.

As OTDs procuram, assim, debater alternativas e iniciar um processo participativo de construção de um projeto de desenvolvimento para a agricultura familiar. Um processo que só pode se dar na prática do dia a dia, da luta por melhores condições. Esse é um fato que parece simples, mas que traz grande diferença, visto que, nos níveis municipal, estadual, federal, só muito recentemente têm-se atentado para um projeto de desenvolvimento para a agricultura familiar e esse processo ainda caminha de forma bastante lenta.

Além dos aspectos de assessoria à produção, comercialização e reflexão ambiental, observou-se que as organizações estudadas contribuem também em outros aspectos bastante importantes, como a articulação dos agricultores familiares e o estímulo ao seu empoderamento frente ao mercado, Estado e sociedade civil, seja por meio de sua melhor inserção em mercados, maior representatividade em políticas públicas, no apoio em demandas contra outros atores da sociedade civil, na formação de lideranças, etc. O capital social também é estimulado, no nível local e maior que o local, proporcionando um fortalecimento das solidariedades entre grupos nos municípios, que proporcionam uma maior articulação com outros atores e instituições fora dele.

Esse processo, cujos resultados são lentos e não facilmente mensuráveis, vem se demonstrando claramente nas iniciativas de organização dos agricultores e no aumento de seus relacionamentos com poderes e órgãos públicos.

Por meio das atividades desenvolvidas, da busca de alternativas, da demonstração, as organizações estudadas têm, em muitos casos, conseguido a incorporação da importância de suas atividades por todos os setores da sociedade, inclusive daqueles que, em certos aspectos, são contrários a elas, como fazendeiros, reflorestadoras, etc. Funcionam, assim, como verdadeiros formuladores de políticas de desenvolvimento, como é o caso do CAV que, por meio das ações voltadas aos recursos hídricos fez com que alternativas como o cercamento de nascentes e a construção de bacias de contenção sejam práticas adotadas por todos os atores presentes no meio rural dos municípios em que atua, inclusive pelos poderes públicos, mesmo que com dificuldades.

Ainda em relação às políticas públicas, percebe-se que, pela organização e representação da agricultura familiar, as OTDs estudadas podem catalisar demandas, articular ações e conformar projetos territoriais verdadeiramente integrados. Mais que isso, podem atuar como atores decisivos na formulação de pactos de desenvolvimento territoriais, articulando atores e ações e proporcionando a criação de recursos no âmbito local. Diversas políticas públicas têm começado a perceber esse potencial e, como resultado disso, essas organizações já vêm sendo chamadas para participar de políticas públicas de gestão social. Dessa forma, até mesmo organizações como o CAV que, a princípio, é uma organização de mediação, vêm sendo convidadas a representar a agricultura familiar, devido à maneira como expressa e trabalha as demandas dos agricultores e agricultoras em seu dia a dia. Nesses espaços, têm conseguido influenciar na formulação de políticas públicas, que passam a incorporar demandas e anseios locais. Já no âmbito municipal, entretanto, o que se observa é a ausência de projetos e políticas formatadas com o objetivo específico de

desenvolvimento da agricultura familiar que busquem aproveitar o potencial dessas organizações. A consecução de resultados junto ao poder público local passa a ter, assim, uma lógica de balcão e funciona com base em contatos personalistas. Isso demonstra que também existem dificuldades, como a pequena resposta dada pelos governos aos apoios prometidos aos projetos de gestão social em que as OTDs participam.

Com base em todas as observações realizadas, é possível afirmar que, por meio de suas ações, as OTDs estudadas contribuem para o aumento de ativos à disposição dos agricultores familiares, que influenciam tanto no acesso a outros ativos e atores como na forma como os agricultores irão compor sua estratégia de desenvolvimento. Assim, influencia a trajetória de vida da agricultura familiar, que passa a encontrar apoio e construir a organização e as propostas necessárias para a realização de seu projeto de vida, um processo que não se dá de forma clara, mas em meio às dificuldades e desafios do dia a dia.

Devido a esses aspectos, mesmo com as diversas dificuldades e desafios existentes, OTDs não parecem ser apenas organizações de emergência ou corretivas, que buscam somente sanar as deficiências da agricultura familiar em relação à assistência técnica, políticas de desenvolvimento, etc. Para além disso, parecem ter papel importante, mesmo em uma sociedade organizada, com agricultores e agricultoras autônomos e empoderados, com políticas adaptadas e construídas para eles, visto que foram criadas para representar e auxiliar esse segmento na busca de seu próprio desenvolvimento.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo/Rio de Janeiro/Campinas: Hucitec/ANPOCS/UNICAMP, 1992. 275p.

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia aplicada**, v.4, n.2, p.1-10, abr./jun. 2000a.

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000b. 31p. (Textos para Discussão, 702)

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 149p.

ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J.E. da. **Novas instituições para o desenvolvimento rural**: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Brasília: Convênio FIPE/IPEA, 1999. 49p. (Texto para discussão, 641.07/97)

ALEXANDER, J. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.13, n.37, p.5-31, jun.1998.

ALVES, M.A. et al. **Vicente fala**: uma mão na terra outra no coração. Rio de Janeiro: Instituto Apoio Jurídico, 1993. (Coleção Socializando Conhecimentos, 9).

ANDRADE, M.C. de. **Espaço, polarização e desenvolvimento**. São Paulo: Atlas, 1987. 120p.

BASSO, D.; DELGADO, N.G.; SILVA NETO, B. O estudo de trajetórias de desenvolvimento rural: caracterização e comparação de diferentes abordagens. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v.1, n.1, 24p, nov. 2002.

BEBBINGTON, A. **Capitals and capabilities**. a framework for analysing peasant viability, rural livelihoods and poverty in the andes. London: IIED/DFID, 1999. 54p.

BEDUSCHI FILHO, L.C., ABRAMOVAY, R. Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41., 2003, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: SOBER, 2003. 1 CD-ROM.

BOGDAN, R.C.; BIKKLEN, S.K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994. 335p.

BORDENAVE, J.E.D. **O que é participação**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 84 p. (Coleção Primeiros Passos).

BOSERUP, E. **Evolução agrária e pressão demográfica**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1987. 141p. (Estudos Rurais).

BOURDIEU, P. **La distinction: critique sociale du jugement**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 311p. (Memoria e Sociedade).

BRANDÃO, C.R. Saber de classe e saber popular. In: _____. **O ardil da ordem**. 2.ed. Campinas: Papyrus, 1986. p.9-39.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **CMDR – Conselhos municipais de desenvolvimento rural**. Cidade: 2002. 22 p. Cartilha.

BRASIL. **Ministério Do Desenvolvimento Agrário**. Apresenta informações sobre o Ministério e suas atividades. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br> >. Acesso em 18 fev. 2004.

BRUM, A.O. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1995.

BRUSCHINI, C. Uma abordagem sociológica de família. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v.6, n.1, p.1-23, jan./jun. 1989.

CARVALHO, M.C.B. de. A reemergência das solidariedades microterritoriais na formação da política social contemporânea. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.11, n.4, p.16-21, 1997.

CASTRO, M.F; CARVALHO, M.I.V. Globalização e transformações políticas recentes no Brasil: os anos 1990. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.18, p.109-129, jun. 2002.

CAZELLA, A.A.; MATTEI, L.; DELGADO, N.G. A gestão do Pronaf Infra-Estrutura e Serviços pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural: Evidências sobre o Estado de Santa Catarina. In: CONGRESSO DA SOBER, 43., 2002, Recife. **Anais...** Recife: SOBER, 2002. CD.

CHAYANOV, A.V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

DELGADO, G.C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo/Campinas: Ícone/UNICAMP, 1985. 240p.

DELGADO, N.G. Desenvolvimento local e extensão rural e pesqueira: reflexões metodológicas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.16, p.62-73, abr. 2001.

DELGADO, N.G. Extensão e desenvolvimento local: em busca da construção de um diálogo. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE A EXTENSÃO E O NOVO ESPAÇO RURAL NO NORDESTE BRASILEIRO, 2002, Recife. **Anais...** Recife: [s.n]. 8p.

DEMO, P. **Participação é conquista**. Fortaleza: UFC. 1987. 176 p.

DIEGUES, A.C.S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1995.

FARAH, M.F.S. Gestão pública e cidadania: iniciativas inovadoras na administração subnacional no Brasil. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v.4, n.31, p.126-156, jul./ago. 1997.

FOX, J. How does civil society thicken? The political construction of social capital in rural Mexico. **World Development**, v.6, n.24, p.1089-1103, jun. 1996.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Segundo plano integrado do noroeste mineiro/plano diretor. **Revista da Fundação João Pinheiro**, Belo Horizonte, v.8, p.2-81, jun./jul. 1978.

GODOY, A.S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n.3, p.20-29, maio/jun. 1995.

GRAZIANO da SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996. 217p.

GRAZIANO da SILVA, J. O novo rural brasileiro. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v.7, n.1, p.43-81, maio 1997.

GRAZIANO da SILVA, J. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 1999. 238 p.

GRAZIANO da SILVA, J. **Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento?** Brasília: MDA/CNDRS/NEAD, 2001. 47p. (Série Textos para Discussão, 2).

HABERMAS, J. **Teoria da la acción comunicativa**. Madrid: Taurus, 1987.
INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. **Guia do CONSAD**, Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local. Rio de Janeiro: IBAM, 2003. 50 p.

JARA, C. Capital social e desenvolvimento local sustentável. In: FÓRUM CONTAG DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, 2., 1999, São Luís. **Anais...** São Luís: CONTAG, 1999. p.34-68.

LAFER, B.M. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva. 1975. 187p.

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional**. Traduzido por: Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Unicamp, 1993. 336p. Tradução de: L'agriculture familiale.

LEAL, V.N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978. 270p.

MARTINS, J.S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981. 186 p.

MARTINS, J.S. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994. 174p.

MEDEIROS, L.S. Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.11, n.2, p.65-72, 1997.

- MIGLIOLI, J. **Introdução ao planejamento econômico**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MOURA, M.M. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança**. São Paulo: Hucitec, 1978. 100p.
- NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados USP**, São Paulo, v.16, n.43, dez. 2001. Disponível em: < <http://www.nead.org.br>>. Acesso em: 15 jan. 2004
- OFFE, C. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1989. Tradução de: Disorganized capitalism.
- OLIVEIRA, L. Neutros e neutros. **Humanidades**, Brasília, v.5, n.19, p.122-127, 1988.
- ORTEGA, A.C.; CARDOSO, A. Potenciais e limites de uma política de desenvolvimento local: o Pronaf Infra-estrutura. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 6., 2001, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2001. v.1, p.1-20.
- OSTROM, E. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. 8.ed. New York: Cambridge University, 1996.
- PUTNAM, R.D. **Comunidade e democracia**. a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.97-132/173-194.
- REZENDE, C. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Contexto, 1999.
- RIBEIRO, E.M. **Lembranças da terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha**. Contagem: CEDEFES, 1996. 235p.
- RIBEIRO, E.M.; GALIZONI, F.M.; ASSIS, T.R.P. Migrações, retornos e movimentos sociais no nordeste mineiro (1960-2000). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 8., 2003, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABET, 2003. 1 CD-ROM
- RIBEIRO, E.M. et al. A dinâmica do trabalho rural nas regiões mineiras 1980/1990. In: CONGRESSO DA SOBER, 39., 2001, Recife. **Anais...** Recife: SOBER, 2001.

ROMANO, J.O.; DELGADO, N.G. Os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural como Processos Sociais. In: MOREIRA, R.J.; COSTA, L.F. de C. (Org.). **Mundo Rural e Cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. p.285-302.

SACHS, I. **Desenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, C.E.S. **Agricultura familiar, marketing e inserção nos mercados: o sonho possível?** 1999. 87p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural)- Universidade Federal de Lavras, Lavras.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 26.ed. Campinas: Autores Associados, 1992. 104p. (Polêmicas de Nosso Tempo).

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999. 95p.

SCHERER-WARREN, I. ONGs na América Latina: trajetória e perfil. In: VIOLA, E.J. et al. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1995. p.161-180.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. Traduzido por: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

SERVA, M. O estado e as ONGs: uma parceria complexa. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p.41-54, nov./dez. 1997.

SILVEIRA, C.M. Desenvolvimento local: concepções, estratégias e elementos para avaliação de processos. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**. 2000.

SORJ, B. **A nova sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Análise regional da Bahia rural: relatório final do diagnóstico**. Salvador: SEI, 2003. Disponível em: <www.codevasf.gov.br>. Acesso em: 13 jan. 2004.

TENÓRIO, F.G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v.32, n.5, p.7-23, set./out. 1998.

TENÓRIO, F.G.; ROZENBERG, E.R. Gestão pública e cidadania: metodologias participativas em ação. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v.31, n.4, p.101-125, jul./ago. 1997.

TEODÓSIO, A. dos S. de S. O terceiro setor e a provisão de políticas públicas sociais: desafios, perspectivas e armadilhas da relação entre organizações da sociedade civil e estado em Minas Gerais. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10., 2002, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2002. 1 CD-ROM.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. Traduzido por: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 493p.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. 175p.

VEIGA, J.E. da. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE-IICA (MDA-CNDRS/NEAD), 2001a. 105p. (Série Textos para Discussão, 1).

VEIGA, J.E. Desenvolvimento territorial: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. **Bahia Análise&Dados**, Salvador, v.10, n.4, p.193-206, mar. 2001b.

WANDERLEY, M.N.B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996, Caxambu. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 1996. p.1-16.

WOORTMANN, E.F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

ANEXOS

ANEXO A - Mapas: Vale do Jequitinhonha, MG e Zona da Mata, MG

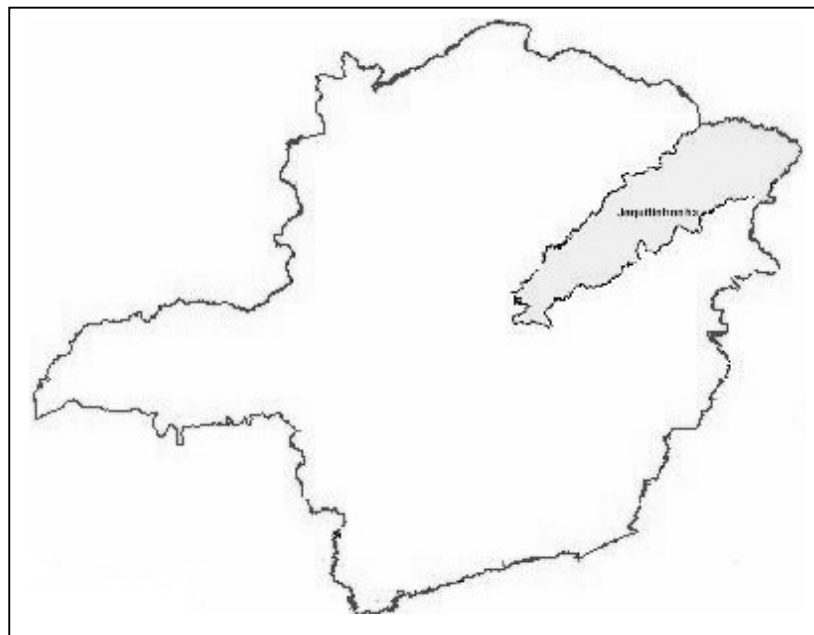


FIGURA 1 Vale do Jequitinhonha, MG
Fonte: IBGE

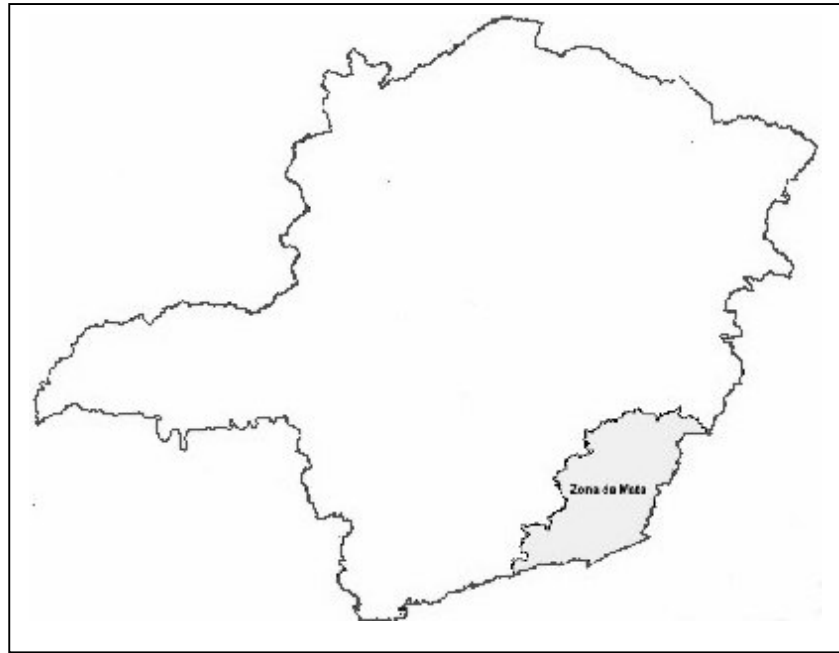


FIGURA 2 Zona da Mata, MG

Fonte: IBGE

ANEXO B – QUESTIONÁRIOS DA PESQUISA

QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO PARA ENTREVISTAS COM OS AGRICULTORES FAMILIARES:

1. Como conheceu a OTD?
2. Como começou a participar de atividades junto a OTD?
3. Que tipo de atividades a OTD realiza?
4. Com que frequência participa de encontros ou reuniões junto a OTD?
5. Essas reuniões geralmente são para tratar do quê?
6. O trabalho da OTD contribui para melhorias no relacionamento e para a consecução de resultados em relação aos representantes do setor público (prefeituras e outros)? Como?
7. O trabalho da OTD contribui para melhorias nas formas de compra ou venda de produtos (novos produtos, novas técnicas, novas relações)? Como?
8. O trabalho da OTD contribui para melhorias no relacionamento com os representantes de outras organizações? Como? (serve também para verificar capital social)
9. O trabalho da OTD contribui para ganhos ambientais ou de relacionamento?
10. Como é a aceitação da OTD na comunidade?
11. Já participou de alguma reunião para planejar as atividades junto a OTD?
12. Como fica sabendo das atividades da OTD?
13. Dá opinião em relação às atividades realizadas pela OTD? Se sim: como?
14. Como é a participação junto a OTD?
15. Como é a participação da OTD junto ao agricultor?
16. Conhece outros agricultores e comunidades com quem a OTD realiza atividades?

17. Conhece as experiências da OTD em outros municípios? Sabe quem são as pessoas que participam? Realizam alguma reunião ou atividade em conjunto?
18. O que o trabalho da OTD traz de mais positivo para a agricultura familiar?
19. Acha que o trabalho da OTD tem dado resultados? Se sim: Quais? Se não: Por quê?
20. O que poderia melhorar no trabalho da OTD?
21. Existe algum ponto que gostaria que a OTD trabalhasse junto aos agricultores e não trabalha? Quais?
22. Participa de alguma associação, conselho, sindicato?
23. Compensa participar dessas atividades? Por que?
24. A OTD tem alguma atividade junto a essa associação?
25. O trabalho da OTD tem ajudado no fortalecimento de instâncias de participação ou representação?

QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO PARA ENTREVISTA COM REPRESENTANTES DO PODER E/OU SETOR PÚBLICO:

1. Conhecem a OTD?
2. Sabem com o que ela trabalha?
3. Como é o relacionamento com a OTD?
4. Possui parceria com a OTD?
5. Já realizou algum trabalho junto à OTD?
6. Se sim: Qual? Quais foram os resultados? Como avalia?
7. Se não: Por quê?
8. Qual a relação custo benefício?

QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO PARA ENTREVISTA COM A EQUIPE TÉCNICA E/OU DIRETORIA DA OTD

1. Qual o objetivo (ou objetivos) principal da OTD?
2. Esse(s) objetivo(s) continua(m) orientando as ações e estratégias da OTD?
3. História Da OTD: (como e quando surgiu; principais “fases” ou “momentos” de sua vida, fatos relevantes, etc)
4. Em quais localidades/municípios se concentram as ações da OTD? Quais municípios são atingidos parcial ou indiretamente?
5. Quais as atividades ou ações que a OTD desenvolve (listar todas as atividades)
6. Dessas ações quais são as que são consideradas principais?
7. Ocorre a concentração de atividades em algum ou alguns dos municípios onde a OTD trabalha? Quais municípios? Por que? Houve mudança de municípios mais trabalhados? Por quê?
8. Quem são os beneficiários da OTD?
9. Como é a organização interna da OTD?
10. De onde vem ou vieram os recursos financeiros para o andamento da OTD?
11. Por quais instâncias e com quais critérios é definido o destino dos recursos?
12. A organização tem condições de se manter com recursos próprios na eventualidade de deixar de contar com recursos externos?
13. A mudança de governos locais (como resultado das eleições) afetam o desenvolvimento das atividades da OTD?
14. Quais as principais dificuldades ou limitações (políticas, econômicas, de representação, de administração etc.) que a OTD enfrenta ou tem enfrentado?
15. Existem outras organizações/projetos na região que desenvolvem ações semelhantes ou trabalham na mesma linha da OTD?

16. Quais parcerias esta organização tem feito ou estabelecido?
17. Quais são os resultados mais importantes alcançados?
18. De que maneira medem ou avaliam os impactos das ações que a OTD desenvolve?
19. O que pode (ou poderia) ser feito para aperfeiçoar o trabalho que vem sendo desenvolvido?
20. Como é a relação desta organização com o setor público?
21. O projeto possui um plano de ação para os próximos anos?
22. Trabalham a organização de agricultores? Como?
23. Preocupam-se com a realização de atividades coletivas entre agricultores?
24. Qual o papel dos agricultores junto à organização?
25. Quais os espaços para participação dos agricultores?
26. Como decidem as atividades da organização?
27. Possuem a preocupação de influenciar políticas públicas? Se sim: como atuam nesse sentido? Quais ações concretas desenvolvem para isso? Quais os principais obstáculos que têm encontrado para isso?
28. Participam de alguma rede de comunicação? Se sim: Qual? Como é a dinâmica de participação? Quais as vantagens da participação? Quais as desvantagens?
29. Existe articulação entre as atividades nos municípios?
Se sim: Como? Acha importante? Por que? Quais dificuldades encontram?
Se não: Por que?
30. Participam de algum conselho, associação, etc? Como? Por quê? Como avaliam essa participação? Quais as potencialidades e dificuldades dessa participação?
31. Acha que a OTD contribui para o desenvolvimento rural? Como?
32. Participam de alguma política pública? Em quais programas atuam? De quais instâncias?

33. Trabalham em conjunto com o poder público, seja a nível municipal, estadual ou federal? Como? Se não: Por quê?
34. Como e porquê o trabalho da OTD se tornou intermunicipal? Quais as dificuldades encontradas para superar a municipalidade?
35. Como foram recebidos – qual a relação – por outras OTDs ou agências locais de outros municípios?

ANEXO C - LISTA DE ENTREVISTADOS:

CONTRIBUÍRAM PARA A PESQUISA OS SEGUINTEs DIRIGENTES E TÉCNICOS LIGADOS À ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE TRABALHADORES RURAIS DA ZONA DA MATA MINEIRA:

1. Amauri Adolfo da Silva – Coordenador da área de associativismo.
2. Margarida Alves de Oliveira - Coordenadora da área de mulheres e gênero.
3. Maria Aparecida Zanon de Lima – Sindicalista.
4. Marlene Cândida da Silva Reis – Sindicalista.
5. Milton José Gomes – Sindicalista.
6. Niuton Teotônio Lopes (Seu Neném) – Sindicalista.
7. Paulo Sérgio Gomes - Coordenador da área de Sindicalismo.
8. Romualdo José de Macedo – Técnico do CTA Zona da Mata.
9. Vanderli Pereira Pinheiro – Sindicalista.

CONTRIBUÍRAM PARA A PESQUISA OS SEGUINTEs TÉCNICOS E AGRICULTORES LIGADOS AO CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA VICENTE NICA (CAV):

1. Anderson Aparecido Barroso – Agricultor Monitor do CAV.
2. Antônio Rodrigues dos Santos – Agricultor Monitor do CAV.
3. Boaventura Soares de Castro – Equipe técnica do CAV.
4. Francisco Gomes de Azevedo – Agricultor Monitor do CAV.
5. Geilson Miranda Gonçalves – Equipe técnica do CAV.
6. João Antônio Gonçalves dos Santos – Equipe técnica do CAV.
7. Joelma Soares de Souza – Secretaria do CAV.
8. José Murilo Alves de Souza – Equipe técnica do CAV.

9. Marcilene Maria Ramalho Silva – Equipe técnica do CAV.
10. Maria Aparecida das Graças Oliveira – Equipe técnica do CAV.
11. Osvaldo Soares de Matos – Agricultor Monitor do CAV.
12. Pedro Alves de Castro – Agricultor Monitor do CAV.
13. Roland Marcos Fiechter – Cooperante Suíço no CAV.
14. Sasa Cernic – Cooperante Italiana no CAV.
15. Valdeci Lopes Viana – Equipe técnica do CAV.
16. Valmir Alves de Macedo – Coordenador da equipe técnica do CAV.
17. Viviane da Silva Ribeiro – Equipe técnica do CAV.

CONTRIBUÍRAM PARA PESQUISA OS SEGUINTE REPRESENTANTES DE ÓRGÃOS E PODERES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TURMALINA-MG:

1. José Eduardo de Castro – Técnico da Emater.
2. Nelson Evaristo César Godinho – Secretário Municipal de Assistência Social.